



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO

KATIANE GELLY DANTAS ASSIS-DE-SOUZA

Desenvolvimento turístico e sustentabilidade: Análise da percepção dos residentes sobre o impacto da atividade turística

NATAL
2023

KATIANE GELLY DANTAS ASSIS-DE-SOUZA

Desenvolvimento turístico e sustentabilidade: Análise da percepção dos residentes sobre o impacto da atividade turística

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Turismo, na área de desenvolvimento regional.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Freire Medeiros, Dr.

NATAL
2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Souza, Katiane Gelly Dantas Assis de.

Desenvolvimento turístico e sustentabilidade: análise da percepção dos residentes sobre o impacto da atividade turística / Katiane Gelly Dantas Assis de Souza. - 2023.

141f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Turismo. Natal, RN, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Freire Medeiros.

1. Turismo - Tese. 2. Desenvolvimento sustentável - Tese. 3. Sustentabilidade - Aspectos ambientais - Tese. 4. Sustentabilidade - Aspectos culturais - Tese. 5. Sustentabilidade - Aspectos econômicos - Tese. I. Medeiros, Carlos Alberto Freire. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 338.48

KATIANE GELLY DANTAS ASSIS DE SOUZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Turismo, na área de Gestão em Turismo.

Aprovada em: 24/03/2023

Banca Examinadora

Prof. Carlos Alberto Freire Medeiros, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente-Orientador / UFRN

Prof^a. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto, Dra.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Interna/UFRN

Prof. Sergio Marques Junior, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno/UFRN

Cristiane Soares Cardoso Dantas Gomes, Dra.
Instituto DEL – SC
Membro Externo – IDEL

Prof. Marcelo Chiarelli Milito, Dr.
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN
Membro Externo – SENAC

DEDICATÓRIA

*Dedico às minhas filhas
Maria Luíza, Maria Isabel e Maria Clara, fonte
de amor, força e motivação.*

AGRADECIMENTOS

À Deus pela companhia constante durante cada momento que respiro.

Aos meus pais Carlinhos e Guia. Vocês são o meu chão, são a minha segurança ao pisar, o solo firme e o porto seguro, minha base, rocha, referência, norte e alento. Obrigada por me ensinarem que não existe limites e pelos sins diários, pelo orgulho que sentem por mim, mesmo sem eu entender os porquês.

Aos Meus irmãos Gigi, Gian, Beto e Pedro. Vocês são a minha luz e minha inspiração, olhando para vocês eu sei a direção que devo tomar e o melhor caminho a escolher. Obrigada por suas famílias também serem minha, uns de sangue, outros de coração.

Às minhas filhas, Malu, Bebel e Clarinha. Vocês são o meu ar! Assim como é impossível alguém viver sem respirar, eu não imagino não ter vocês! Que loucura nós passamos hein? Me perdoem o cansaço e a falta de tempo. A falta do aconchego na cama nas madrugadas de estudo. Sim, nós enlouquecemos juntas, mas eu jamais conseguiria sem vocês! Eu agradeço por cada interrupção, por não me deixarem estudar, pelo barulho tirando a concentração. Era a maneira que vocês tinham de mostrar que queriam estar comigo. Dividir os meus estudos com as provas de Malu, ver Bebel e Clarinha dormindo no sofá para poderem na madrugada abrir os olhinhos e me verem ali pertinho... Estudar ao som de Peppa, Dora e tantos mais. Nós conseguimos meus amores! Mamãe agora é Doutora! Obrigada por me escolherem, eu escolho vocês por todas as minhas vidas!

À dona Zeni, Sr. Carlinhos e família pelo apoio constante e pela presença e torcida.

Às minhas amigas, antigas e novas. Citar é sempre difícil, mas preciso registrar a importância de vocês nesse processo. Laila, Bia, Mari, Tâmara, Sajyna. Foram força em uma fase difícil, sem vocês eu não conseguiria. Mas preciso destacar duas que participaram dessa reta final comigo: Cris que me ajudou em tudo o que pode, principalmente nas horas que a gente começava a rir das desgraças...Obrigada pela parceria, mesmo de longe te senti o tempo todo comigo, senti sua torcida, seu carinho, sua energia; e Cat ah essa me carregou nos braços! Eu jamais vou poder agradecer tudo que você fez por mim. A ajuda, o apoio, a cobrança a preocupação, o cuidado. Você me empurrou pra frente na hora que bateu o desespero pra eu perceber que conseguiria realizar mais esse sonho e nós conseguimos! E agora chegou a hora do nosso mantra se cumprir. Passamos dias rindo no meio de um caos e dizendo: Vai dar tudo certo, porque errado já está dando! Muito obrigada!

Ao meu orientador Carlos Alberto pelos ensinamentos, pela ajuda, pelo afeto e paciência. O senhor é para mim uma inspiração de profissional e ser humano. Me sinto muito honrada de ter tido a sua companhia em mais esse sonho!

Aos professores membros internos da banca, Prof. Sérgio, a quem admiro desde o tempo do Mestrado pelo profissional que é e pela maneira que demonstra amor pelo seu ofício e carinho e atenção com seus alunos. Prof. Leiliane, que nem imagina o carinho e gratidão que eu sinto. Durante a pandemia, enquanto coordenadora, entrei em contato pensando em trancar o doutorado. Isolada em casa, com três crianças o tempo todo, sendo uma bebê... não conseguiria, pensei em desistir e ouvi um: não se preocupe! Solicite prorrogação! Imagino como está difícil

para você. Não sei como você ainda conseguiu dar conta de finalizar a disciplina! (...) Eu já tinha ouvido falar em empatia, mas foi a primeira vez que senti.

Agradeço ao SENAC por me oportunizar o trabalho e ao setor do DEL por me permitir fazer o que eu amo. Antes agradeço a Andreas Dohle pela disponibilização dos dados do DEL para a realização desta pesquisa. Agradeço a todos os meus colegas de trabalho (Jane, Ju, Antônio e Eric, Fernanda, Louise, Waleska, Karla, Ari, Tay, Silvia e Nilza), em especial a equipe do DEL em nome de meu gerente Marcelo. Meu amigo, muito obrigada por tudo! Você sabe que eu não terei como te agradecer por todas as oportunidades que você me proporciona e por sua amizade. Ter na minha banca você e Cris é uma honra sem tamanho para mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – que contribuiu para o financiamento deste estudo.

Aos professores e amigos que participaram direta e indiretamente dessa jornada acadêmica, meus sinceros agradecimentos.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste sonho.

Sempre que houver alternativas, tenha cuidado. Não opte pelo conveniente, pelo confortável, pelo respeitável, pelo socialmente aceitável, pelo honroso. Opte por aquilo que faz o seu coração vibrar. Opte pelo que gostaria de fazer, apesar de todas as consequências.

Osho

RESUMO

A atividade turística interage com diversos setores da sociedade e é responsável por movimentar as localidades por meio de diversas perspectivas. Os fatores que influenciam os efeitos que o turismo pode causar em determinada sociedade relacionam-se ao seu planejamento e gestão. Nas últimas décadas, diversos estudos e teorias têm buscado compreender o processo evolutivo da atividade turística nos destinos, bem como seus impactos positivos e negativos para a comunidade. O turismo tem sido uma força motriz significativa para o desenvolvimento econômico e social de muitas comunidades, porém, é acompanhado de desafios ambientais, sociais, culturais e econômicos, que podem impactar o bem-estar das populações locais. Nesse contexto, a adoção de práticas sustentáveis tornou-se uma prioridade para garantir a preservação dos recursos naturais e culturais e a qualidade de vida dos moradores, especialmente no que concerne à percepção do residente quando considerada como um fator fundamental para a avaliação da sustentabilidade do turismo em um destino. Diante disso, a presente tese investiga a evolução do turismo, com ênfase na sustentabilidade orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, considerando os aspectos voltados para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico através da análise da percepção dos residentes em destinos turísticos. O parâmetro evolutivo foi observado à luz do Modelo de Butler (1980) Tourism Area Life Cycle – TALC e os níveis de desenvolvimento turístico foram considerados a partir da categorização orientada pelo Ministério do Turismo (MTur). A pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, de abordagem quantitativa, tipo survey, de corte transversal. Foram utilizados os dados coletados pelo Programa DEL Turismo (IDEL – FECOMÉRCIO RN-MS, FACISC, FECAM, FEDERAMINAS, FIEAC) – 2019-2022 disponibilizados para finalidades deste estudo. Por meio de entrevistas foram coletadas informações sobre a percepção dos residentes em relação aos impactos do turismo com 1.247 respondentes residentes nas cinco regiões brasileiras, divididas em 06 estados e 21 municípios. A análise de dados foi realizada por meio da estatística descritiva através do software Statistical Package for Social Science (SPSS 22.0) utilizando o coeficiente *Rho* de Spearman. Dentre os resultados observou-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais os residentes têm percepções positivas sobre os benefícios do turismo em relação ao desenvolvimento econômico e social; quanto mais desenvolvido o destino, mais os residentes correlacionam negativamente o turismo com o desenvolvimento ambiental; e quanto mais desenvolvido o destino, mais percepções neutras há em relação aos impactos do turismo para o desenvolvimento cultural. Por fim, a presente tese conclui que o envolvimento ativo dos residentes é essencial para alcançar um turismo verdadeiramente sustentável e que a percepção da comunidade deve ser valorizada como uma importante ferramenta na avaliação do impacto das atividades turísticas. Ao adotar medidas baseadas nas perspectivas dos residentes, é possível promover um turismo mais responsável, que contribua para o desenvolvimento socioeconômico do destino, sem comprometer seus recursos naturais e culturais a longo prazo.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Percepção do Residente.

ABSTRACT

The tourist activity interacts with different sectors of society and is responsible for moving localities through different perspectives. The factors that influence the effects that tourism can have on a given society are related to its planning and management. In recent decades, several studies and theories have sought to understand the evolutionary process of tourist activity in destinations, as well as its positive and negative impacts on the community. Tourism has been a significant driving force for the economic and social development of many communities, however, it is accompanied by environmental, social, cultural and economic challenges, which can impact the well-being of local populations. In this context, the adoption of sustainable practices has become a priority to ensure the preservation of natural and cultural resources and the residents' quality of life, especially with regard to the resident's perception when considered as a fundamental factor for assessing the sustainability of tourism in a destination. Therefore, this thesis investigates the evolution of tourism, with an emphasis on sustainability guided by the Sustainable Development Goals - SDG, considering aspects related to environmental, social, cultural and economic development through the analysis of the perception of residents in tourist destinations. The evolutionary parameter was observed in the light of Butler's Model (1980) Tourism Area Life Cycle - TALC and the levels of tourism development were considered based on the categorization guided by the Ministry of Tourism (MTur). The research is characterized as exploratory-descriptive, with a quantitative approach, survey type, cross-sectional. Data collected by the DEL Turismo Program (IDEL – FECOMÉRCIO RN-MS, FACISC, FECAM, FEDERAMINAS, FIEAC) – 2019-2022, made available for the purposes of this study, were used. Through interviews, information was collected on the perception of residents in relation to the impacts of tourism with 1,247 respondents residing in the five Brazilian regions, divided into 06 states and 21 municipalities. Data analysis was performed using descriptive statistics using the Statistical Package for Social Sciences software (SPSS 22.0) using Spearman's Rho coefficient. Among the results, it was observed that the more developed the destination, the more residents have positive perceptions about the benefits of tourism in relation to economic and social development; the more developed the destination, the more residents negatively correlate tourism with environmental development; and the more developed the destination, the more neutral perceptions there are in relation to the impacts of tourism on cultural development. Finally, this thesis concludes that the active involvement of residents is essential to achieve truly sustainable tourism and that community perception should be valued as an important tool in assessing the impact of tourism activities. By adopting measures based on the perspectives of residents, it is possible to promote more responsible tourism that contributes to the socio-economic development of the destination, without compromising its natural and cultural resources in the long term.

Keywords: Tourism. Development. Sustainability. Resident Perception.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorização de Municípios Turísticos – MTUR.....	55
Quadro 2: ODS (ONU, 2015) e as dimensões da sustentabilidade.....	74
Quadro 3 – Municípios Integrantes do Programa DEL Turismo até novembro/2022.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hipótese de Evolução da Área Turística.....	36
Figura 2: Modelo explicativo – Butler (1980).....	42
Figura 3 – Gestão descentralizada do turismo.....	51
Figura 4 – Macroprogramas do Ministério do Turismo.....	51
Figura 5 – Marco Lógico – Agenda estratégica 2013/2022 – PNT em ação.....	53
Figura 6: Princípios do Programa DEL.....	66
Figura 7 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Ambiental.....	108
Tabela 2 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Cultural.....	112
Tabela 3 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Social.....	118
Tabela 4 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Econômica.....	122
Tabela 5 – Correlação entre todas as dimensões.....	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Geral.....	19
1.2.2 Específicos.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS TURÍSTICOS.....	21
2.1.1 Turismo e Desenvolvimento.....	21
2.1.2 Evolução de destinos turísticos.....	26
2.1.3 Políticas Públicas de Turismo no Brasil.....	43
2.2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	57
2.2.1. Planejamento Participativo.....	57
2.2.2 DEL Turismo.....	65
2.3 PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES E PROTAGONISMO.....	67
2.4 SUSTENTABILIDADE.....	71
2.4.1 Programa e certificação de Turismo Sustentável.....	77
2.4.1.1 GSTC – Conselho Global de Turismo Sustentável.....	78
2.4.1.2. Green Destinations.....	78
2.4.2 Dimensões da Sustentabilidade.....	80
2.4.2.1 Desenvolvimento Ambiental.....	80
2.4.2.2 Desenvolvimento Cultural.....	84
2.4.2.3 Desenvolvimento Social.....	89
2.4.2.4 Desenvolvimento Econômico.....	94
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	99
3.1 TIPO DO ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	99
3.2 COLETA E TABULAÇÃO DOS DADOS.....	101
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	103
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	107
4.1 ANÁLISE DOS DADOS.....	107
4.2 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO AMBIENTAL.....	107
4.3 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO CULTURAL.....	111
4.4 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO SOCIAL.....	117
4.5 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO ECONÔMICA.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Os deslocamentos provisórios considerados como turísticos sugerem diferentes características e comportamentos ao longo do tempo, podendo ser considerado como um dos setores mais dinâmicos e influentes do mundo, impactando significativamente as economias locais e globais. Sua evolução está intrinsecamente ligada às transformações sociais, tecnológicas e ambientais que têm ocorrido nas últimas décadas. As discussões acerca do turismo abordam a relevância da atividade em diversos aspectos, seja o turismo como prática social (CORIOLANO, 2006-1), atividade econômica (KOTLER, 1994), fenômeno sociocultural (MOESCH, 2000), fator de desenvolvimento local (LLORENS, 2001), entre outros. Interagindo com diversos setores da sociedade, o turismo movimenta positiva ou negativamente as localidades nas quais está inserido sob pontos de vista sociocultural, espacial, ambiental, político ou econômico (BENI, 2007), estando este último aspecto em posição de destaque em se tratando de discursos advindos, em sua maioria, por gestores públicos, sustentando argumentos de vantagens monetárias que o setor turístico pode oportunizar (SCHÜLER E FREITAS, 2015).

A adaptação do tipo de turismo à realidade local e ao manejo da atividade, levando em conta as características de cada destinação, são fatores que determinam os efeitos que serão ocasionados, contudo, a população local é quem, de fato, sentirá os efeitos que atividade provocará (DIAS, 2003).

Após ser percebido ou produzido em um destino, o turismo desponta como uma alternativa relevante de desenvolvimento para muitas localidades (BARRETTO, 1995) que podem possuir ou criar produtos ligando-os a uma área geográfica definida, formando assim uma destinação turística. Esse caminho da percepção até o real acontecimento do turismo pode ser considerado um ciclo evolutivo, tendo como um dos modelos mais referenciados na literatura do turismo o modelo do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas, proposto por Richard W. Butler, no ano de 1980, mais conhecido pela sigla TALC (Tourism Area Life Cycle).

O modelo TALC é instrumento descritivo que apresenta um período de evolução do turismo baseado na iniciação da atividade no local, seguido do processo evolutivo apresentado por fases distintas e sequenciais. Ele sugere um ciclo de vida de áreas turísticas, apresentando uma curva de base “S”, destacando na ilustração a ondulação da atividade turística. Explica que há pelo menos seis fases presentes neste ciclo, que são as fases de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e rejuvenescimento ou declínio, e, desde então,

vem sendo aplicada para o estudo de destinos nacionais (MACHADO, 2013; PAULA *et al*, 2016; PEREIRA E LOPES, 2010), internacionais (CANTALLOPS E CARDONA, 2014; AGARWAL, 1997; IVARS I BAIDAL *et al*, 2013; COOPER & JACKSON, 1989; MA E HASSINK, 2013), regiões (CEPEDA E FERNANDES, 2000; ASSIS-DE-SOUZA, 2014), buscando identificar o estágio em que o objeto de estudo se encontra, visualizando a trajetória e vislumbrando caminhos futuros.

A teoria de Butler é um clássico do turismo, pois mesmo depois de 40 anos, apresenta-se dinâmica e atual, uma vez que sugere flexibilização na sua análise, podendo ser feita em diversos equipamentos turísticos, em cidades, regiões, atrativos; mostra que, por mais que haja uma sugestão linear de desenvolvimento, cada lugar analisado pode apresentar características particulares e não apresentar uma fase ou passar imediatamente para outra diferente da proposta no gráfico. Desde que foi proposto, o TALC gerou considerável interesse nos estudos de turismo.

Modelos evolutivos do turismo são relevantes por permitir analisar os aspectos positivos e negativos inerentes à atividade turística, assim como torna possível observar os acontecimentos que podem fazer com que o turismo evolua ou tenha um crescimento mais lento, podendo vir a declinar antes mesmo de chegar na fase de estagnação, como relata Butler (1980) em sua teoria. Esses modelos tornam possível a compreensão dos níveis de desenvolvimento turístico a partir de um relato qualitativo das fases, apresentando um parâmetro para a compreensão do crescimento e desenvolvimento da atividade turística nas localidades.

Sendo o turismo uma prática que envolve inúmeros segmentos profissionais e modifica o estilo de vida das localidades em que se insere positiva ou negativamente, os destinos que convivem com o turismo vão sentir os efeitos desta atividade, seja através do desenvolvimento econômico mediante maiores oportunidades de trabalho e renda, ou por meio do fluxo de pessoas em seu entorno; seja pela modificação do espaço ou pelo sentimento da população em se sentir invadida (SWARBROOKE, 2000) todavia, de alguma maneira, o turismo vai modificar, ainda que discretamente, o estilo de vida do local (BENI, 2007; DIAS, 2003; MOLINA, 2001; CORIOLANO, 2006; KRIPPENDORF, 2003).

Atrativos turísticos naturais ou artificiais/culturais abertos à visitação, eventos programados, equipamentos turísticos de alimentos e bebidas e hospedagem, passeios, praias,

balneários, montanhas, templos, entre outros, são chamarizes para não residentes, gerando fluxo de pessoas e injeção de renda na localidade.

Entendendo os diversos aspectos que permeiam o turismo, traz-se à tona o tema sustentabilidade, abordados em sua dimensionalidade ambiental, social, cultural e econômica, conforme previsto nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015). Nesse contexto, a sustentabilidade surge como um imperativo para o desenvolvimento do turismo, buscando harmonizar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais e culturais, bem como o bem-estar das comunidades residentes. A sustentabilidade no turismo visa o aproveitamento consciente dos recursos naturais e culturais, assim como o envolvimento e percepção por parte da comunidade de que o turismo é uma área importante a ser desenvolvida. Para tanto, faz-se necessárias uma série de apontamentos em relação à importância e necessidade da inserção ou continuidade da prática no destino.

Compreendido como sendo nocivo ao espaço em que ocorre, o turismo passa a ser criticado por diversos autores, tendo em vista a alteração que pode gerar na localidade (BROWN 1998; BRUSADIN E SILVA, 2012). Contudo, há uma linha de pensamento defendendo que o turismo não deve ser responsabilizado pelos impactos negativos gerados (BENI, 2007; DIAS, 2003; MOLINA, 2001; CORIOLANO, 2006; KRIPPENDORF, 2003), uma vez que isso pode ocorrer por ingerência local, ou seja, uma comunidade vulnerável sentirá mais fortemente os impactos causados pelo turismo, não sendo ele o principal culpado. A inquietação que surge, vem da interrogativa de como a população percebe essa dinâmica, já que são os residentes que sentirão os impactos positivos ou negativos ocasionados pelo turismo. Para tanto, faz-se necessário a presença do planejamento turístico, sobretudo o participativo, quando há o protagonismo da população em seu desenvolvimento. A percepção do residente, por sua vez, desempenha um importante papel no processo de desenvolvimento do turismo sustentável. Os residentes são agentes-chave, uma vez que o impacto do turismo é vivenciado diretamente por eles, influenciando suas vidas e a forma como enxergam o setor. Entender a percepção e a atitude dos residentes em relação ao turismo é fundamental para a tomada de decisões estratégicas que promovam a coexistência harmoniosa entre os visitantes e a comunidade anfitriã.

Entretanto, quando priorizado demasiadamente o viés econômico, a relação da comunidade receptora com o turismo pode sofrer impactos no tocante à concentração de renda se voltar para o poder de uma minoria que pode vir a decidir os rumos da atividade, optando

pelo crescimento em detrimento ao desenvolvimento econômico, social e humano (CORIOLANO, 2006-2009; SEN, 2000).

Assim, apesar da crescente relevância da sustentabilidade e da percepção do residente, ainda há lacunas significativas na literatura acadêmica que exploram de forma abrangente e integrada a relação entre esses três temas. Este estudo de doutorado intenciona preencher essa lacuna, analisando a evolução do turismo sob uma perspectiva sustentável e considerando a percepção dos residentes como um fator determinante para o alcance de práticas turísticas mais responsáveis e benéficas para todos os envolvidos.

Referindo-se ao turismo não somente como uma atividade econômica, mas como uma prática social que permite estar inserida nas dimensões da sustentabilidade, inseriu-se nesta tese as abordagens das dimensões ambiental, cultural, social e econômica a fim de compreender como o turismo atua nessas temáticas e como o residente percebe essas dimensões a partir interrogativa: Qual a percepção dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo aliado à sustentabilidade nas áreas ambiental, cultural, social e econômica?

Adicionalmente, será conduzida uma investigação da relação entre o turismo sustentável e a percepção do residente em destinos turísticos específicos. Por meio de análise das entrevistas realizadas, pretende-se captar as visões, preocupações e aspirações dos moradores locais, explorando como suas percepções podem influenciar ou serem influenciadas pelas práticas turísticas implementadas. A presente tese busca identificar, do ponto de vista da percepção do residente, como as questões envolvidas no paradigma da sustentabilidade são visualizadas e sentidas, tendo em vista a relevância presente em cada um dos pontos de desenvolvimento inseridos na pesquisa, observando os setores ambiental, cultural, social e econômico.

Ao fim desta pesquisa, espera-se obter *insights* significativos que contribuam para o desenvolvimento de diretrizes e estratégias de gestão do turismo mais conscientes e voltadas para o bem-estar das comunidades anfitriãs, enquanto ainda promovem a prosperidade econômica e social, assim como a preservação dos recursos naturais e culturais. Acredita-se que o presente estudo possa ser uma importante referência para acadêmicos, profissionais do setor e gestores públicos interessados em uma abordagem holística e integrada para o turismo sustentável, levando em consideração a valiosa perspectiva dos residentes que vivenciam e compartilham seus espaços com os turistas.

1.1. JUSTIFICATIVA

A abordagem desta tese refere-se ao turismo como atividade econômica, ambiental, social e cultural, levando em consideração o processo de desenvolvimento humano frente à visão economicista de turismo massificado e de acúmulo de capital, especificamente no que diz respeito a um país onde o Estado gerencia o setor turístico com normas, leis e políticas públicas com vistas a organizar, sistematizar e direcionar a atividade.

Mesmo com o impacto gerado pela pandemia da COVID 19, o turismo permanece nos planos da população mundial em relação às viagens internacionais, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2021), as projeções para o retorno dessas viagens sugerem um acréscimo de 66% em relação a 2020 e -55% em relação a 2019.

Inserindo o desenvolvimento no contexto, convém mencionar que, de acordo com o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD (2022), o Brasil ocupa o 87º lugar entre os países do globo, atingindo 0,754 no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Segundo o MTur (2019), O turismo no Brasil é uma atividade que possui relevância econômica, ambiental e cultural. Para que haja desenvolvimento local ocasionado pelo turismo o setor necessita demonstrar preocupação em realizar planos, programas e projetos, atuando com organização e planejamento da atividade, conforme afirmam Beni (2007), Dias (2003) e Molina (2001).

O país possui uma diversidade de atrativos naturais, culturais e históricos, o que o torna um destino turístico atrativo para visitantes nacionais e internacionais, no entanto enfrenta desafios de infraestrutura, de segurança pública em algumas regiões, acesso aéreo em áreas remotas são algumas questões que necessitam atenção para promover um turismo mais sustentável e inclusivo. O governo brasileiro reconhece a importância do turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e tem adotado medidas para promover o turismo sustentável aderindo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).

Em agosto de 2015, foram concluídas as negociações que culminaram na adoção, em setembro, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030,

sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022)

No Brasil, através do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que teve por finalidade “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas” (*Id*, 2022). Os ODS norteiam os passos da sustentabilidade levando em consideração o planejamento do turismo sustentável, caso contrário, é provável que o turismo se torne desordenado, causando prejuízos, incômodo e insatisfação por parte da comunidade receptora.

Entende-se como relevante a participação da população local no turismo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do setor, uma vez que no momento em há envolvimento da comunidade local e essa se beneficia diretamente das atividades turísticas, há uma série de vantagens que podem ser alcançadas, entre elas estão os benefícios econômicos, através do impulsionamento da economia local, gerando empregos e oportunidades de negócios para a população residente (GURSOY; RUTHERFORD, 2004; JUROWSKI et al, 1997; BOLEY et al, 2018); a preservação cultural e patrimonial, uma vez que a população local é a guardiã da cultura e do patrimônio de uma região; o intercâmbio cultural através da interação entre os visitantes e a população local, enriquecendo a experiência turística (CASAROLA, 2003; Brown, 1998; Barretto, 2001; McINTOSH, 2000; BRUSADIN E SILVA, 2012); o desenvolvimento comunitário a partir da participação ativa da população no planejamento e na gestão do turismo promovendo a autonomia, a capacitação e o fortalecimento das comunidades locais (PATRUCCO E BARRETTO, 2011; NOVO e SILVA, 2010; LIMA E BONFIM, 2009); e a sustentabilidade devido ao conhecimento e cuidado dos residentes com o meio ambiente, recursos naturais e patrimônio cultural, sendo fundamentais na promoção de práticas sustentáveis (ODS, 2015).

Ao envolver a população local, é possível implementar medidas de turismo responsável, conservação ambiental, gestão adequada dos recursos e minimização dos impactos negativos. Em suma, a participação da população local no turismo é essencial para o desenvolvimento sustentável, econômico e cultural das comunidades. É importante garantir que os benefícios do turismo sejam compartilhados de forma justa e inclusiva, promovendo o respeito às tradições culturais, a preservação do patrimônio, a valorização da identidade local e o crescimento socioeconômico das comunidades envolvidas.

Apesar de, existir uma quantidade de estudos que abordam a percepção dos residentes sobre os impactos em destinos turísticos, as análises feitas neste estudo tornam-se particulares por analisar a percepção dos residentes a partir das dimensões da sustentabilidade, portanto espera-se que o mesmo possa contribuir como material teórico em diversos campos de estudos na atividade turística como: planejamento e gestão pública; percepção ambiental, social, cultural e econômica dos residentes, ciclo de vida do produto turístico, entre outros. Além disso, este estudo poderá contribuir para diminuir as lacunas entre a teoria e a prática, uma vez que, o universo utilizado para análise retrata, empiricamente, um modelo metodológico de planejamento turístico

Como contribuições práticas observa-se que o presente estudo pode possibilitar maior interação com a gestão pública, que por sua vez, poderá atuar no planejamento de seus destinos com maiores subsídios nas tomadas de decisões, a partir do momento que contribui para o conhecimento em profundidade dos ciclos de planejamento turístico, dos investimentos públicos, bem como a tomada de atitudes proativas por parte da gestão pública, contribuindo para detectar possíveis problemas e soluções no processo de desenvolvimento do turismo. Salienta-se que, os gestores públicos, ao utilizarem este estudo como uma ferramenta de planejamento em seus destinos: 1) Estarão mais aptos a agir de forma consciente buscando a percepção do residente; 2) Buscarão resultados mais satisfatórios para o segmento turístico; 3) Terão maiores probabilidades de sucesso na gestão turística, além da; 4) Atuação o em prol de práticas sustentáveis nas dimensões ambiental, cultural, social e econômica.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar a percepção dos residentes acerca da relação do desenvolvimento do turismo com a sustentabilidade.

1.2.2 Específicos

- a) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão ambiental da sustentabilidade;
- b) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão cultural da sustentabilidade;

- c) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão social da sustentabilidade;
- d) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão econômica da sustentabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para um melhor entendimento do turismo, faz-se necessário conhecer o setor que o compõe, que o diferencia de outros segmentos ou que o separa daquilo que é necessidade básica local. O turismo não é um produto ímpar, ele se faz do agrupamento de serviços ofertados por fornecedores, sendo um ramo de atividade que necessita do capital humano para funcionar. Dada a sua importância, considera-se que "a Indústria do Turismo é, sem dúvida, a atividade econômica que conduz ao desenvolvimento". (KOTLER, 1994, p. 145), desse modo, entendendo que o turismo se configura, além de outras vertentes, como uma atividade econômica, é de fundamental importância ratificar a sua vivacidade e facilidade de se moldar a diversas outras vertentes.

2.1 DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Na literatura sobre turismo é comum a crítica de alguns autores no que concerne a atividade turística estar relacionada basicamente ao crescimento econômico, desmerecendo questões relacionadas à sustentabilidade, preservação sociocultural, ambiental, entre outros, desassociando o turismo ao desenvolvimento levando em consideração os aspectos econômicos como prioridade. Entendendo e reconhecendo o turismo como um mosaico de oportunidades, julga-se pertinente abordar a temática crescimento *versus* desenvolvimento para chegar a uma compreensão deste conteúdo.

2.1.1 Turismo e Desenvolvimento

Para uma maior compreensão acerca da temática sugerida, Singer (1982), Sen (2000), Hall (1997), entre outros autores falam sobre crescimento e desenvolvimento, elucidando a importância do desenvolvimento em detrimento ao crescimento. Da mesma maneira, estudiosos do turismo como Beni (2007), Krippendorf (2003), Swarbrooke (2000), Coriolano (2006), Moesch (2000), Schüller e Freitas (2015), Cooper *et al* (2007), defendem o mesmo pensamento, associando seu conteúdo à atividade turística.

Segundo SINGER (1982), existem duas correntes para se chegar a definição de desenvolvimento: as que estão relacionadas ao crescimento econômico, e as que distinguem os dois termos. Na perspectiva da primeira corrente, faz-se um comparativo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que os primeiros cresceram mais que os segundos, caracterizando o subdesenvolvimento à ausência do crescimento econômico,

completando o pensamento com a visão de Alfred Marshall quando defende que o progresso da civilização trouxe para o homem a prospecção de novos desejos e modos de satisfação mais caros.

É compreensível a realidade de que o turismo configura-se como uma atividade econômica, uma vez que visa a troca de experiências pelo capital todavia, se os destinos priorizam o viés puramente economicista, o crescimento perpassa o desenvolvimento e o acúmulo de capital se torna o foco; o que não ocorre quando priorizado o desenvolvimento, onde há injeção de recursos financeiros nos destinos, sendo distribuídos entre os setores público, privado e a comunidade envolvida.

O crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital. Não se pode negar a veracidade desta proposição. Mas é possível indagar se o nível de abstração em que ela é verdadeira é adequado à compreensão de por que o “progresso da civilização” não se verificou uniformemente em todas as regiões habitadas do globo, porém se concentrou em alguns poucos países. E este é, precisamente, o problema do desenvolvimento em nossos dias. (SINGER, 1982, P. 23).

A ideia do autor se volta para os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico se mostrarem diferentes, abordando o fato de as relações de aumento de capital não induzirem o crescimento econômico de determinadas localidades (relacionando a países subdesenvolvidos), citando Cuba e Venezuela como exemplos. Ele finaliza sua compreensão dos termos admitindo que “o mero crescimento econômico não se identifica com desenvolvimento” (Id, 1982, p. 25).

Outra abordagem fundamental para a compreensão do estudo proposto é a abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen, que tece uma crítica acerca da visão economicista do desenvolvimento presente na análise econômica profissional e em discussões e debates públicos, quando relata o desenvolvimento como um processo “feroz”, como muito “sangue, suor e lágrimas”, sugerindo cautela na leitura e crença de autores e nos discursos que se referem a desenvolvimento como um procedimento simplificado que vise a igualdade e o bem comum através de um processo essencialmente “amigável”, como explica a citação a seguir:

Dependendo de qual seja o veneno favorito do autor, as tentações a que se deve resistir podem incluir a existência de redes de segurança social para proteger muitos pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, o afastamento de diretrizes institucionais inflexíveis em resposta a

dificuldades identificadas e o favorecimento “cedo demais” – de direitos civis e o “luxo” da democracia. (SEN, 2000, p. 51).

O autor defende o pensamento de que o discurso do desenvolvimento pode ser sedutor e pode trazer uma falsa impressão de simplicidade onde as resoluções dos problemas locais são reais e facilitadas. Ao contrário disso, Sen (2000) declara que o processo de desenvolvimento é árduo e que devem ser levados em consideração os vários aspectos associados às condições de liberdade que o ser humano merece desfrutar, tais como: evitar situações de fome coletiva, subnutrição, morte prematura, analfabetismo; discurso correspondente àquele em que gestores públicos propagam o turismo como a resolução dos problemas locais, criando falsa expectativa e revolta dos residentes para com os turistas.

Ele afirma ainda que essa ausência de liberdade, ou negação dos direitos civis básicos é “benéfica” para o crescimento econômico rápido, embora ressalte que essa ausência de liberdade não contribui para a formação do desenvolvimento do ser, o privando da liberdade para usufruir o que seria seu de direito.

No entanto, o conceito de desenvolvimento econômico voltado para o setor turístico se confunde com o conceito de crescimento no momento em que os gestores do turismo (públicos ou privados) concentram-se nos lucros a curto prazo que a atividade pode gerar e desconsideram outros aspectos importantes presentes na atividade turística que fazem parte da motivação do turista, como a sustentabilidade presente na preservação de patrimônios culturais, imateriais, naturais, além do envolvimento da comunidade local. O foco no crescimento pode reduzir assim o poder de atratividade do lugar, em que se prioriza o consumo imediato, independente da originalidade, aspectos históricos e preservação ambiental.

Esta prática pode incentivar o turismo de massa, tipo de turismo realizado através de viagens organizadas, adquiridas por meio de pacotes turísticos, com inclusão de transporte aéreo, terrestre e/ou marinho, alimentação, passeios, city tours, entre outros e, segundo BENI (2007, p.468) o turismo de massa é caracterizado por possuir:

[...] expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais funcionários categorizados empresariais e públicos, que desfrutam de relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato de demanda por turismo é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e conseqüentemente o incentivador e propulsor da expansão da infraestrutura de equipamentos e

serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala.

Considerado excludente para autores como KRIPPENDORF (2003), SWARBROOKE (2000), CORIOLANO (2006), *et al* o turismo de massa pode configurar-se em uma prática consumista, que não prioriza aspectos naturais, culturais, imateriais e que termina não envolvendo as pessoas da comunidade em sua dinâmica. Ele acontece quando a localidade possui elevada demanda de turistas, o que acarreta o aumento de estabelecimentos de consumo e a infraestrutura de apoio ao turismo como: equipamentos de alimentos e bebidas, de hospedagem, de lazer e entretenimento, entre outros, causando uma sensação de crescimento da localidade, mesmo não sendo considerados os níveis que este desenvolvimento econômico impõe, podendo não estar sendo acompanhado, por exemplo, pelo crescimento da infraestrutura básica local.

Muitas vezes visto como um setor que oportuniza vantagens monetárias e que pode ser moldado como tal (SCHÜLER E FREITAS, 2015), gestores públicos e empresários utilizam este argumento visando inserir o turismo como uma atividade puramente econômica, o que pode gerar graves consequências futuras para a localidade.

A decisão das ações voltadas para o turismo de massa é decidida por uma pequena parcela da população, geralmente empresários do turismo, que normalmente não convivem com a comunidade afetada, ou “beneficiada”, fazendo sobressair o crescimento econômico através (por exemplo) da especulação imobiliária. Nesse caso se faz presente o processo de exclusão social através da força do capital. Os empresários oferecem para a população um preço que, pela vulnerabilidade financeira local, considera-se irrecusável, fazendo com que haja o processo de afastamento do nativo de seu lugar de origem ou de morada, transformando o destino em um produto exclusivamente turístico, pronto para ser consumido em sua totalidade; desse modo, cabe ao residente tornar-se um “nativo mudo” (KRIPPENDORF, 2003), sendo ignorado e omitido das tomadas de decisões e dos projetos turísticos.

Os autores defendem a ideia de que o turismo deve partir do princípio de que a comunidade deva ter acesso a uma vida digna, ratificando o pensamento de Sen (2000), que reconhece o desenvolvimento como um estado de liberdade, onde há livre arbítrio político, oportunidades sociais, facilidades econômicas, garantias de transparência e segurança protetora, acrescentando ainda e por fim, o pensamento de Hall (1998), quando refere-se ao

desenvolvimento humano de diferenças, inserido nos diversos níveis da sociedade, assumindo que as diferenças humanas não significam deficiências, mas sim possibilidades de desenvolvimento de uma política de identidade que vê nas diferenças o espaço de construção de identidades.

O desenvolvimento local deve estar ligado muito além das perspectivas econômicas, devem ser levados em consideração os desenvolvimentos social, cultural, humano, ambiental e econômico para que desta forma o turismo possa atuar de maneira construtiva com o lugar a população, através de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, é importante ressaltar a contribuição das entidades não governamentais e sem fins lucrativos que visam apoiar determinada classe, independente das ações propostas pelo Estado. Elas aparecem como fonte norteadora e independente, atuando em defesa do bem comum, preservando os interesses da classe que representam com vistas ao desenvolvimento e à liberdade.

Essas organizações recebem nomenclaturas diferentes, Salamon (1997), refere-se a elas como o terceiro setor, citando o setor público como primeiro, o setor privado como o segundo e estas organizações que não estão vinculadas diretamente nem ao setor público, nem ao privado, nomeia-se de terceiro setor.

Seguindo a linha do desenvolvimento, formaram-se outras abordagens do turismo que não priorizam demasiadamente seu viés econômico. A vertente que considera “que o turismo é uma prática social de apropriação e de dominação de muitos territórios, especialmente nos países tropicais”. (CORIOLANO, 2006, p. 377). O enfoque de Moesch (2000, p. 21), salientando que “o turismo é um processo sociocultural, ultrapassando o entendimento enquanto função de um sistema econômico”, esta abordagem corrobora com o pensamento de que o social precede o econômico.

Outra perspectiva do turismo apresenta-o como fator de desenvolvimento local, a partir do momento em que a localidade se une com um objetivo em comum voltado para a melhoria de vida dos residentes. Para Llorens (2001, p. 77), o desenvolvimento local é “um processo no qual os atores ou as instituições locais mobilizam-se para apoiar as diferentes ações, buscando criar, reforçar e preservar as atividades e empregos, utilizando os meios e recursos do território”. O autor afirma que esta atitude conduz a uma melhor qualidade de vida da população local nas dimensões econômica, sociocultural, formação de recursos humanos, político-

administrativa e ambiental, culminando este último pensamento com o que afirma Beni (2007) em relação à interação do turismo com os diversos setores da sociedade.

O turismo é uma atividade dinâmica e complexa devido sua alta gama de serviços associados. Para a melhor compreensão desta abordagem, é interessante mencionar áreas de atuação imprescindíveis para a que esta prática se torne realidade, o que pode ser chamado de setor turístico e que, na realidade, é um conjunto de fornecedores responsáveis por fazer com que o turismo aconteça. A partir da interação do mercado turístico, pode-se perceber o envolvimento dos setores e a evolução do turismo local, tema que será abordado na sequência.

2.1.2 Evolução de destinos turísticos

A evolução de destinos turísticos pode ser interpretada como um fator de desenvolvimento local. É importante inserir esta discussão para a compreensão do processo evolutivo e do sistema de categorização utilizado pelo Ministério do Turismo que será abordado mais à frente, que apresenta diferentes fases de evolução e desenvolvimento turístico local.

O aumento de empresas, surgimento de políticas públicas, aumento de demanda e ampliação da oferta, envolvendo os diversos atores do turismo no processo pode configurar-se como sendo um fator evolutivo do turismo, formando uma teia de produtos e serviços que se complementam. São organizações que dão apoio direto à oferta e demanda do turismo e formam uma cadeia produtiva, conforme a perspectiva de Cooper *et al* (2007), onde os autores fazem a seguinte afirmativa em relação ao seu enfoque:

Adotamos uma abordagem baseada na análise e na avaliação, identificando os principais subsetores que, combinados, constituem a atividade turística. Nos concentramos, de forma geral, em fornecer uma compreensão das características de operação, tendências e questões que dominam o setor e, especificamente, das atrações, hospedagem, intermediários, transporte e organizações do setor público. Embora não representem toda a gama de empreendimentos da atividade, realmente ilustram as características dominantes do setor turístico e demonstram práticas operacionais fundamentais. (*Id*, 2007, p. 341).

Percebendo o turismo como formador de uma cadeia produtiva, com ofertas e serviços interligados, os autores citados identificam subsetores compreendidos como imprescindíveis para que ocorra atividade turística, sendo estes subsetores:

a) Atrativos. Ofertas responsáveis para o turismo de lazer que garantem ao turista as opções de atividade no local;

- b) Hospedagem: Pode ser o atrativo principal, mas na maior parte das vezes, está condicionada a outra oferta de motivação para a escolha do destino.
- c) Intermediários: Responsável por transformar os produtos e serviços locais em produtos desejados pelos futuros turistas.
- d) Transportes: Componente essencial para o turismo, desde o deslocamento do local de partida, até o meio de locomoção no destino.
- e) Políticas públicas de Turismo: Elemento de grande importância para o desenvolvimento do turismo local, necessária para gerenciar e direcionar a atividade turística de maneira ordenada.

Os atrativos são chamarizes da localidade. Eles podem ser naturais, culturais, artificiais, de cunho científico, esportivo ou festivo, assim como podem ser criados na intenção de gerar receita turística. Possuem cinco características (Cooper *et al*, 2007): Propriedade (pública ou privada); capacidade; mercado ou área de captação; permanência; tipo (marcas culturais, que estão ligados a atrativos físicos; tradições, se ligam a questões voltadas para comportamentos, apresentações culturais; e eventos).

Os meios de hospedagem, na maioria das vezes, podem não ser o motivo definitivo para a escolha da viagem, mas são imprescindíveis para a permanência dos turistas nos destinos, contudo podem ser em algumas vezes, o próprio atrativo. A qualidade dos meios de hospedagem irá refletir e influenciar o tipo de visitante de um local. Com uma gama de estilos, os meios de hospedagem são responsáveis em fomentar a demanda turística devido sua perecibilidade (KOTLER E KELLER, 2006).

Os intermediários são as empresas facilitadoras das viagens, eles atuam entre o turista e o destino. Oferecem venda de passagens, deslocamento (nos mais diferentes modais), hospedagem, transfer, passeios, serviços de câmbio, alimentação, entre outros; os serviços podem ser em compras separadas ou em pacotes turísticos. Os intermediários se dividem em Agência emissiva, que atua com o mercado de turismo emissivo, emitindo passagens para várias partes do território nacional ou internacional podendo, eventualmente, atuar como receptivo; já a agência receptiva trabalha com o mercado interno e ou externo, dependendo da região; recebe turistas advindos de várias partes do território nacional ou internacional, classificando-se, segundo Tomelin (2001), como:

- a) Consolidadoras: Atuam na revenda de bilhetes aéreos a agências que não tem créditos diretamente com as Companhias Aéreas;
- b) Agências de viagens e turismo escola: Geralmente localizadas em Faculdades ou Universidades com o objetivo de treinar alunos e estagiários que aceitam trabalhar com turismo nesta categoria;
- c) Operadoras: Empresas turísticas que fazem pacotes para ser revendidos pelas agências de viagens; algumas operadoras atuam também como Agência, vendendo diretamente ao público;
- d) Agências Corporativas: Funcionam dentro da Empresa a qual presta serviço.

Outro elemento fundamental no turismo é o transporte. Ele é responsável pelos deslocamentos que são a razão de ser do turismo, desde o local de partida à chegada e permanência no destino e seu retorno. É responsável também pelo alcance do destino por parte do turista sendo, em alguns casos, a própria atração turística. Os meios de transporte são essenciais para a realização da atividade turística, definindo muitas vezes, o tipo de turismo a ser praticado. Segundo Cooper *et al* (2007), ao chegar no destino, os turistas farão uso de taxis, ônibus, metrô, carros de locadoras, entre outros. Associado ao meio de transporte, está o acesso, que deve ser adequado e em condições de utilização, além da infraestrutura existente de portos, aeroportos, estações.

As Políticas Públicas de Turismo ocupam um lugar de grande importância para a atividade turística. Elas são responsáveis por fomentar, orientar, direcionar o turismo incentivando o aumento da atividade aliado ao desenvolvimento endógeno, seja através de órgãos internacionais como a Organização Mundial do Turismo – OMT, ou nacionais, como o Ministério do Turismo, a EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), Secretarias de Turismo de Estado e Municipais, instâncias de governança, conselhos. Estas instituições atuam visando gerar desenvolvimento através do turismo. Desde a implantação do Plano Nacional de Turismo – PNT, na década de 90, o Brasil teve a oportunidade de planejar suas políticas de turismo de maneira descentralizada, partindo do local para o global, fazendo com que os residentes estivessem presentes em todo o processo de sensibilização e realização da prática do turismo (BRASIL, 2009), tema que será exposto mais à frente.

O planejamento turístico atua de maneira a orientar o turismo, tendo em vista sua dinamicidade e os diversos setores da economia que se interligam com ele. A visão sistêmica do planejamento direciona o pensamento e a execução do turismo de uma maneira organizada, sistêmica, estratificada (BENI, 2007; MOLINA, 2001; PETROCCHI, 2001; DIAS, 2003; GOELDNER, 2002; BUTLER, 1980).

Pode-se afirmar que através do planejamento turístico a chance de o turismo acontecer em um destino de maneira satisfatória aumenta, já que o planejamento atua com vistas a diminuir os efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos, desde que estejam inseridas no processo três esferas do poder locais: o poder público, a iniciativa privada e a população, cada um com sua parcela de responsabilidade (BENI, 2007; MOLINA, 2001).

Cabe ao poder público, definir as diretrizes que balizarão o destino de um núcleo turístico, voltando-se, entre outros aspectos para a regulamentação e preservação do meio ambiente, (PETROCCHI, 2001). Cabe à iniciativa privada investir no empreendedorismo e em empresas de apoio ao turismo como hospedagem, restauração e prestação de serviços e cabe a população ser parte do processo atuando como profissional do turismo, estando atentos na fiscalização das ações e preservação dos espaços, entre outros (DIAS, 2003). Contudo, para que o poder público possa cumprir o seu papel, é necessário a constituição das políticas públicas através dos órgãos gestores a fim de que o turismo aconteça de forma ordenada, sendo estas “um conjunto de regulamentações [...] que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação”. (GOELDNER *et al*, 2002, p. 294).

Aliado ao planejamento e políticas públicas, julga-se pertinente abordar a teoria de Butler (1980) como contributo para o turismo em relação ao seu desenvolvimento e evolução. O autor propõe um modelo de Ciclo de Vida de Áreas Turísticas, conhecido como TALC. O modelo apresenta uma curva de base “S”, que ilustra a ondulação da atividade turística em suas diversas etapas. Ele detalha sobre as fases de início, meio e continuidade ou fim.

Pesquisadores nacionais e internacionais se utilizam do TALC para referendar suas pesquisas na análise dos estágios de evolução das áreas turísticas de suas mais diversas áreas de estudos e regiões. São seis fases detalhadas no modelo: a fase de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e rejuvenescimento ou declínio.

Na fase de exploração, a destinação encontra-se sem intervenções em relação a turismo. Tudo que há nela se volta para a necessidade de seus residentes. Guedes (2010) aplicou o TALC na destinação Vila de Alter do Chão (Santarém/PA), afirmando que a mesma se encontra na fase de exploração, ele ressalta que a localidade está em transição, migrando para o envolvimento. Coelho e Lourenço (2015) realizaram a análise adaptada do modelo de Butler (1980) no mercado de sol e praia no sudoeste do Mediterrâneo. Aplicando o Índice de Desenvolvimento Turístico – IDT, onde dados como o PIB (Produto Interno Bruto), população residente e turistas são variáveis que, junto com as receitas turísticas, determinam o grau de desenvolvimento turístico. Esta análise levou-os a conclusão de que Portugal, Marrocos, Argélia e Tunísia, estão na fase de exploração desse mercado de sol e praia, sendo Portugal o país que mais se aproxima à fase de envolvimento. Esta análise mostra a dinamicidade do modelo, onde o mesmo pode ser aplicado também por segmento.

Durante a pesquisa, percebeu-se que a maior parte dos estudos se voltam para as fases posteriores à exploração, o que provoca uma inquietação em relação aos estudos do turismo: a ideia de que o turismo passa a ser estudado a partir do momento que ele é realidade; a partir da presença de um fluxo de pessoas ou de políticas e formas de gestão onde há intervenção de áreas e espaços comuns.

Observando empiricamente, há inúmeros casos de localidades que se encontram na fase de exploração, especialmente nos tempos atuais em que se busca o diferente, o prático, o ousado. Esse consumidor, nominado de “novo turista” por procura um tratamento diferenciado, almeja por experiências diversas incluindo modos de vida desconhecidos.

Este novo consumidor de Turismo não é apologista de Turismo de massas, ou do marketing massivo. Na realidade, este novo turista procura o Turismo diferenciado, um tratamento personalizado, conhecer outros modos de vida e experienciar vivências autênticas e genuínas. Trata-se de um turista informado, na vida de quem as tecnologias de informação têm uma presença plena. Este novo turista sabe o que procura, respeita o ambiente e a comunidade. (*Id*, 2017, p. 30).

Baseado nessa realidade, entende-se como sendo importante haver um modelo onde as localidades consideradas não turísticas, possam realizar uma análise atual e se posicionar e planejar enquanto sendo um possível destino turístico, ou tão somente levantar informações locais para uma melhor administração podendo, a partir daí, acompanhar a sua evolução. Cantallops e Cardona (2014) já sugeriam algo semelhante, quando na aplicação do TALC em Ibiza (Espanha), propuseram a introdução de uma fase pré-turística para aprimorar o modelo de

Ciclo de Vida. Essa fase pré-turística poderia se enquadrar no estudo da exploração, uma vez que estuda o local praticamente em sua forma natural.

No estágio de envolvimento estão os destinos que começam a apresentar alguns níveis de comprometimento com o turismo. Assis-de-Souza (2014) fez a análise do TALC na região Seridó/RN, Paula et al (2016), aplicou o TALC em Vila Flores/RS e Teixeira et al (2012) fez a verificação do modelo de Butler (1980) em Diamantina/MG. Todos os trabalhos concluíram que as localidades analisadas se encontravam na fase de envolvimento, quando a população começa a despertar para o turismo e os destinos adotam medidas locais para que se desenvolver de forma eficiente. O modelo não se limita a afirmar o potencial turístico de uma localidade, mas a direcioná-lo na orientação da fase em que se encontra para assim, a localidade planejar os passos futuros.

O terceiro estágio é chamado de fase do desenvolvimento, que se caracteriza pela definição de um mercado turístico local. O estudo realizado por Aires et al (2012) no município de Natal/RN afirma que a cidade se encontrava na fase de desenvolvimento desde o ano de 1986. O TALC foi aplicado no litoral sul de Sergipe por Lima e Vilar (2014), que concluíram que a destino estava na fase de desenvolvimento, analisando a evolução dos meios de hospedagens tradicionais através do número de leitos disponíveis entre 1983 e 2000, assim como a evolução do número de domicílios de segunda residência, utilizados como casas de veraneio, com dados do IBGE, censos de 1970 a 2010. Esta fase apresenta, entre outros aspectos, clareza na definição do mercado turístico local e facilidades de hospedagem. Este é o estágio mais longo do ciclo de vida de áreas turísticas na proposição de Butler (1980).

A quarta fase é a consolidação, aplica-se quando o destino já é conhecido e possui número de visitantes maior do que de residentes e grande parte da economia local advém do turismo. A ilha de Fernando de Noronha foi inserida no estágio de consolidação por Falcão (2010), que destacou dificuldades de associar o modelo de Butler (1980) com as dimensões de sustentabilidade, motivo que fez a pesquisadora realizar um estudo em parceria (FALCÃO E GÓMEZ, 2012), estabelecendo esta relação, defendendo que essa seria a maneira possível de pensar na durabilidade da atividade turística com foco no desenvolvimento sustentável.

Outro destino consolidado no turismo é Bonito/MS, segundo os estudos de Araújo et al (2007) e Chaves e Rangel (2012). Os autores concordam que o município se encontra na fase de consolidação, sendo interessante mencionar que mesmo com cinco anos de diferença entre

um estudo e outro, a conclusão sobre o estágio de consolidação foi a mesma, não havendo até a presente data outro estudo de atualização ou alteração de estágio.

Pereira e Lopes (2010) analisaram o litoral urbano de Natal/RN. Os autores usaram o modelo reduzindo as seis fases propostas por Butler (1980) em quatro: Introdução, crescimento, maturidade e declínio, concluindo na pesquisa que a localidade encontra-se chegando na fase de estagnação, já que está migrando da fase de crescimento para a maturidade e no estudo, os autores explicam que em sua interpretação, a maturidade aproxima-se da estagnação, essa última, sendo a nomenclatura adotada por Butler (1980).

O modelo TALC também foi aplicado na localidade que Barros (2005) nomeia como Região Turística de Pipa (RTP), litoral sul do Estado do RN, afirmando que o destino está na fase de consolidação. Aguilar (2009) usou o modelo para medir a evolução do turismo de Puerto Vallarta, se referindo ao destino como um dos principais pontos turísticos litorâneos do México; unindo o TALC aos parâmetros de unidades habitacionais, permanência e gasto médio por turista, o pesquisador concluiu que a localidade encontra-se na fase de consolidação. Outro destino que se encontra em estágio de consolidação é Gramado/RS. De acordo com Mecca et al (2018) afirmam que, mesmo diante da crise econômica que o Brasil vem enfrentando, o crescimento do fluxo turístico tem estimulado a expansão da oferta.

O estágio seguinte do TALC é a estagnação, que ocorre quando a localidade recebe o número máximo de visitantes, unindo a isso, problemas ambientais, econômicos e sociais causados pelo turismo. Aguilar (2009) aplicou o modelo na cidade de Puerto Vallarta, no México, concluindo que o destino se encontra na fase da estagnação. Lá, o turismo de segunda residência veio entre as fases de desenvolvimento e consolidação como alternativa para não se antecipar um período de declínio antes da estagnação. No trabalho de Coelho e Lourenço (2015) citado anteriormente, em relação ao mercado de sol e praia no sudoeste do Mediterrâneo, eles consideram que a Espanha encontra-se na fase de estagnação.

O sexto ponto do modelo de Butler (1980) divide-se em dois. Em seu estudo, ele afirma que, após o período de estagnação a localidade opta ou consegue renovar a sua oferta, migrando para o período de rejuvenescimento, ou estará fadada ao declínio, por não apresentar atrativos diferentes ao turista. Omar et al (2014), realizaram a análise do TALC na parte hoteleira da ilha de Langkawi (Malásia) e identificaram que o destino passou pelos primeiros estágios, estando entre as fases de declínio ou rejuvenescimento.

Souza e Dantas (2020) realizaram um estudo na Praia dos Artistas, Natal/RN. O local, que já foi a maior zona turística de Natal, encontra-se no período de declínio devido a falta de interesse em investimento da iniciativa privada, da falta de atuação do poder público e da favelização. Álvares e Lourenço (2006), aplicaram o TALC na Ilha da Madeira em Portugal, indicando uma tendência ao declínio, devendo mudar as estratégias de marketing a fim de buscar o rejuvenescimento.

Outro ponto interessante do modelo é a possibilidade de sua análise, e com ela, a possibilidade de identificação da fase em que a localidade analisada se encontra, para que decisões emergenciais ou de longo prazo possam ser tomadas, como sugerem os autores acima citados.

Seguindo o curso contrário ao declínio, Butler (1980) apresenta a fase de rejuvenescimento, com duas alternativas para tal: A criação de atrativos artificiais ou o uso dos recursos naturais que ainda não tenham sido utilizados anteriormente. Um dos lugares citados como na fase de rejuvenescimento é Benidorm (Espanha) que, segundo Soares et al (2015), desde 2007 vem buscando se renovar, embora tenha sentido a crise internacional de 2008, existe uma recuperação por questões geográficas e geopolíticas, assim como o governo tem investido criando a Fundação de Turismo de Benidorm como órgão de gestão público/privado do turismo local e que vem desenvolvendo iniciativas interessantes apesar das dificuldades que enfrenta em relação a financiamento público e privado. O Governo regional criou o Instituto Valenciano de Tecnologias de Turismo como um compromisso com a inovação e o desenvolvimento tecnológico no turismo, embora sofra com as questões orçamentárias.

Cantallops e Cardona, (2014) aplicaram o modelo de Butler em Ibiza (Espanha), concluindo que o local chegou em sua fase de estagnação a partir dos anos 2000, e que está em processo de redesenhar a oferta, dando a entender que está passando pela fase de rejuvenescimento. Afirmam que a ilha está sendo visitada por famosos e está associada a uma ideia de liberdade e luxo. Sugeriram que fosse introduzida uma fase pré-turística no modelo, a fim de compreender o lugar antes da atividade turística.

Butler (1980) reforça em seu estudo que o ciclo pode não apresentar as fases de maneira nítida de um lugar para o outro, ou que a mudança de ciclo possa ser associada somente ao crescimento do número de visitantes. Ele afirma que o processo existe de acordo com a atratividade do local e que pode se tornar desinteressante antes da fase de envolvimento.

Além das análises e aplicações do TALC em destinos, há a possibilidade de aliá-lo ao planejamento, facilitando a criação de prognósticos, como foi o caso da região norte de Portugal, onde Cepeda e Fernandes (2000) realizaram um estudo no período de 1980 a 2000, traçando um prognóstico para o ano de 2004, para a realização da Euro-2004. Benedetto (1993) apresenta o efeito de fatores estratégicos e ambientais para Cypress Gardens (Flórida), realizando um estudo quantitativo (step-logarithmic), ele identificou uma extensão na fase de estagnação devido à abertura da Walt Disney World.

Há também sugestões feitas para serem adaptadas ao modelo de Butler (1980), reflexões sobre como o planejamento do turismo pode ser melhor utilizado se o conceito de evolução de uma área turística for baseado em um quadro de análise estruturado na teoria da seleção natural de Darwin do que no conceito de ciclo de vida (HAYWOOD, 1986). Cooper e Jackson (1989) defendiam a importância de utilizar o TALC pelo fato de fornecer uma ferramenta útil para analisar o desenvolvimento de destinos e seus mercados.

Panosso Netto e Scótolto (2015) reafirmaram este pensamento quando analisaram o TALC associando-o ao conceito de Desenvolvimento Local endógeno (DLe); os autores consideram a maneira mais viável para proporcionar as boas práticas do turismo em destinos planejados, concluindo que a atividade, uma vez implantada, pode ter um longo ciclo de vida, podendo ainda rejuvenescer-se, assim como Falcão e Gómez (2012) propuseram uma adequação do ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade, como já citado neste trabalho.

Álvares e Lourenço (2006) apresentaram um Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT em sua concepção e aplicabilidade. O MAPT tem como base o TALC (BUTLER, 1980) e o modelo para áreas de expansão urbana (LOURENÇO, 2003), apresentando contextualização empírica dos destinos de Ouro Preto – MG, e Salvador – BA. Coelho e Lourenço (2015) sugerem uma ferramenta complementar ao TALC, acrescentando o IDT – Índice de Desenvolvimento Turístico no modelo, levando em consideração a importância econômica do turismo, como mencionado anteriormente.

Ma e Hassink (2013) realizam uma análise sistemática e teórica sobre evolução do turismo, argumentando que a virada evolutiva na geografia econômica pode enaltecer a discussão teórica sobre o tema, sugerindo teorias da geografia, a path dependence e coevolution (quando os territórios estão sujeitos a dependências de trajetória temporal e espacial que estão

entrelaçados uns com os outros) no contexto empírico, defendendo a combinação dessas teorias para analisar o desenvolvimento na área do turismo.

Alguns autores criticam a teoria e outros modelos de avaliação de destinos turísticos e seu percurso evolutivo, propondo que as análises realizadas através dos mesmos são mais indutivas do que assertivas em relação ao percurso do desenvolvimento turístico. (ÁLVARES et al, 2019).

Chapman e Light (2016) criticam o TALC afirmando que o mesmo trata os destinos como entidades homogêneas. Os autores visualizam os destinos como um mosaico de elementos que podem seguir um ciclo de vida diferente do ciclo do destino e que os destinos podem ser conceituados como 'montagens' de elementos em interação.

Há a discordância em relação ao processo de declínio ser associado ao ciclo de vida ou uma fase específica; Agarwal (2002) defende que o declínio está ligado a interações de forças internas e externas e que a reestruturação deve incorporar uma maior valorização da distinção do local. Por fim, Ivars i Baidal et al (2013) criticam os modelos de evolução turística por julgarem que estes são determinísticos. Sugerem que os modelos avaliativos sejam revistos para que haja uma reflexão complexa e dinâmica de evolução turística, associado à interação dos destinos com o turismo, mercado e ambiente socioeconômico global.

Respeitando todos os pontos de vista expostos, esta tese defende o modelo de Butler (1980) entendendo que é inevitável que haja lacunas em sua interpretação, visto que não se trata de uma ciência exata. Contudo, compreende-se que o modelo é válido e relevante para o turismo, especialmente em relação à sua base abrir precedentes para numerosos estudos e, por esse motivo, contribuir para a evolução da teoria do ciclo de vida de áreas turísticas.

Considerado um clássico do turismo, o modelo TALC (Tourism Area Life Cycle) proposto por Butler (1980) é uma teoria que auxilia diretamente o planejamento turístico, unindo o desenvolvimento da infraestrutura turística e modificação do espaço. A proposta desta pesquisa visa a compreensão do TALC e a análise do modelo de maneira comparativa para que se identifique o que de fato pode auxiliar para o desenvolvimento e evolução da atividade turística. O modelo de Butler consiste em avaliar a evolução de destinos turísticos em uma perspectiva de ciclo de vida, seguindo seis estágios: Exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio/rejuvenescimento, conforme figura 1:

Figura 1: Hipótese de Evolução da Área Turística

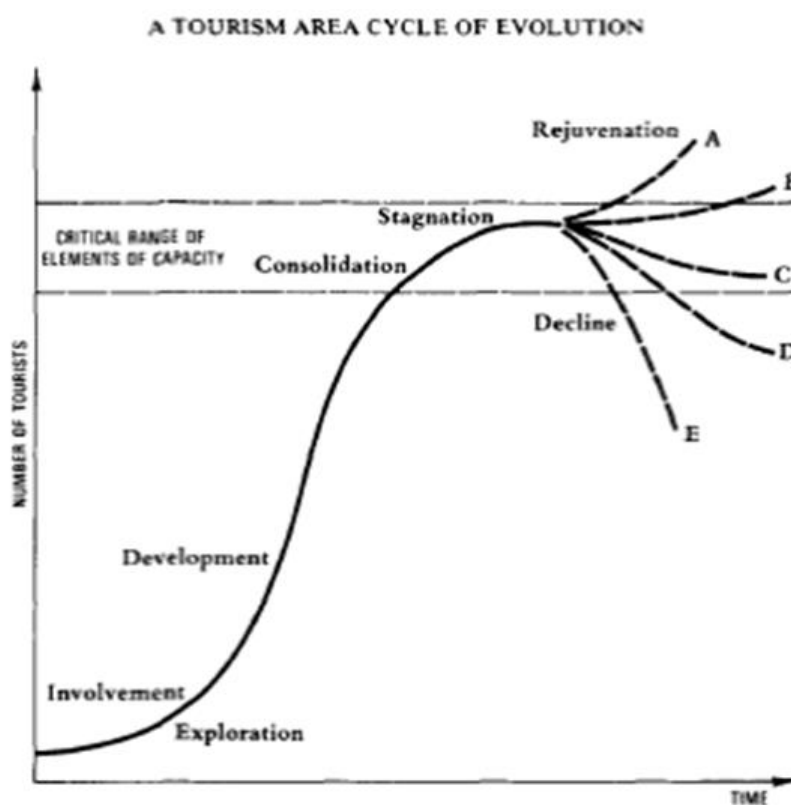


FIGURE 1. Hypothetical evolution of a tourist area. (For explanation of A-E see 'Implications.')

Fonte: BUTLER, 1980, p. 07.

Butler (1980) utilizou as teorias de Stansfield (1978), que discutiu o desenvolvimento de Atlantic City baseado no ciclo resort. No artigo o autor se refere à Atlantic City como um resort (complexo turístico que oferece opções de entretenimento e hospedagem) ligando-a aos jogos de azar. Ele afirma que isso ocorreu por mais de um século, tornando a localidade obsoleta como resort devido às mudanças na tecnologia de transportes e na geografia de recreação e que, na ocasião, encontrava-se em declínio. Ele ainda afirma a possibilidade do que Butler veio nomear como rejuvenescimento, relatando que apenas uma mudança radical na fórmula de atração de demanda para a localidade, faria com que o destino voltasse a ser bem sucedido.

Houve contribuição do pensamento de Noronha (1976), quando afirmou que o turismo se desenvolvia em três fases: a) descoberta; b) resposta local e iniciativa; c) institucionalização. Ele assevera que o desenvolvimento do turismo passa por esses três estágios e que no estágio I (descoberta), “uma nova área é encontrada por algumas almas intrépidas” (Id, p. 70); No estágio II as necessidades dos turistas são atendidas fora do local e instalações turísticas são construídas por empreendedores locais. O estágio III, refere-se ao turismo como estando institucionalizado,

onde o turismo de massa é realidade e o controle do desenvolvimento do turismo estaria fora do controle do local.

Butler (1980) explicita o conceito de Christaller (1963) que afirma que tipos de turistas mudam com as áreas turísticas. Ele diz que a análise espacial pode ser conduzida de duas maneiras básicas: Uma com a ideia abstrata de espaço puro; a outra com a área real possuindo montanhas, planícies, costa e vegetação. O autor defende que é possível distinguir vários fatores que desempenham um papel importante na adaptação do homem ao espaço.

Desenvolvendo sua teoria, Butler (1980), reitera que a investigação sobre as características dos visitantes é muito difundida, mas que pouco foi feito em suas motivações e desejos e exemplifica a tipologia concebida por Cohen (1978), que caracteriza os turistas como institucionalizados ou não institucionalizados, como exploradores, e turistas em massa individuais, e turistas de massa organizados.

Pensando nas características dos visitantes, ele acrescenta de maneira incisiva e determinante em seu estudo a pesquisa realizada por Plog (1972), em psicologia da viagem, e utiliza a caracterização de viajantes como alocêntricos, mesocêntricos, e psicocêntricos, Plog baseia-se no argumento de Christaller (1963), ratificando que as áreas turísticas são atraentes para os diferentes tipos de visitantes, começando com um pequeno número de alocêntricos aventureiros, seguido por um número crescente de mesocêntricos, quando a área torna-se acessível, mais confortável e mais conhecida, dá lugar aos psicocêntricos, sendo estes em menor quantidade que os anteriores. Nesse momento, o local apresenta-se mais velho, mais ultrapassado, e menos diferente para as áreas de origem dos visitantes.

Plog sugere que as áreas turísticas são atraentes a diferentes tipos de visitantes à medida que as áreas evoluem, começando com um pequeno número de alocêntricos aventureiros, seguidos por um número crescente de mesocêntricos. Como a área torna-se acessível, mais bem servida e conhecida, dando lugar a um número decrescente de visitantes psicocêntricos à medida que a área se torna mais velha, mais desatualizada e menos diferente das áreas de origem dos visitantes. Embora o número real de visitantes possa não diminuir por um longo tempo, o mercado potencial irá reduzir de tamanho conforme a área, pois terá que competir com outros mercados que foram desenvolvidos mais recentemente. (BUTLER, 1980, p. 6 – Tradução nossa).

Plog (1972) resume seu argumento afirmando que é possível visualizar a destinação se movendo através de um espectro gradualmente ou lentamente, mas inexoravelmente para o potencial de sua própria morte. Ele reforça que áreas de destino carregam consigo o potencial

de sementes de sua própria destruição, pois permitem-se a tornar-se mais comerciais e perdem as qualidades que inicialmente atraiu turistas, fadando à realidade de que embora os números reais de visitantes possam não diminuir por um longo tempo, o mercado potencial vai diminuir de tamanho, assim, a área terá que competir com os outros destinos que estão mais recentemente desenvolvidos.

Unindo as características presentes em cada pensamento dos autores citados, Butler conclui que o ciclo de vida de áreas turísticas apresentaria seis fases. A primeira fase é a da exploração, essa fase configura-se na descoberta do lugar, turistas que buscam um destino diferente, desconhecido (turistas aloctônicos) e caracteriza-se por uma demanda tímida de turistas que busca se aventurar pelo desconhecido. Em seu artigo, Butler (1980) pouco se estende em relação a esta fase, referindo-se a ela da seguinte maneira:

A fase de exploração é caracterizada por pequenos números de turistas, aloctônicos de Plog e exploradores de Cohen fazendo organização de viagens individuais e seguindo padrões de visitação irregulares. Pelo modelo de Christaller, eles também podem ser visitantes não locais que foram atraídos para a área por ser única ou possuir diferentes características naturais e culturais. Neste momento não haveria instalações específicas fornecidas aos visitantes. O uso de instalações locais e o contato com os residentes locais provavelmente será alto, o que pode em si ser uma atração significativa para alguns visitantes. O tecido físico e meio social da área não seria alterado pelo turismo, e a chegada e a partida de turistas teriam relativamente pouca importância para a vida econômica e social dos residentes permanentes. (BUTLER, 1980, p. 6-7 – Tradução nossa)

A segunda fase é a do envolvimento, quando a localidade começa a responder os estímulos do turismo, e a infraestrutura de apoio ao turismo começa a ser implementada.

Conforme o número de visitantes aumenta e assume alguma regularidade, entrará no estágio de envolvimento e alguns residentes locais começarão a fornecer instalações principalmente ou exclusivamente para visitantes. [...] A medida que esta fase avança, alguma publicidade especificamente para atrair turistas pode ser antecipada e uma área de mercado inicial básica para os visitantes pode ser definida. Pode-se esperar que um turista apareça na estação e serão feitos ajustes no padrão social dos residentes locais, pelo menos os envolvidos no turismo. Há algum nível de organização, podem ser esperados arranjos de viagens turísticas e surgem as primeiras pressões sobre governos e agências públicas, para fornecer ou melhorar o transporte e outras instalações para visitantes. (BUTLER, 1980, p. 7-8 – Tradução nossa)

A terceira fase é a do desenvolvimento. Butler (1980) apresenta no gráfico que esta pode ser a fase mais extensa do processo, acontece quando existe uma definição de mercado ligada ao marketing, surge a descaracterização do espaço, há necessidade de Políticas Públicas, os

períodos de alta e baixa estação são bem definidos. Os turistas que costumam visitar a localidade nessa fase são pessoas que buscam um certo conforto, mas valorizam aquilo que não é massificado (turistas mesocêntricos).

O estágio de desenvolvimento reflete uma área de mercado turístico bem definida, parcialmente formada por publicidade pesada em áreas geradoras de turismo. À medida que esta fase avança, o envolvimento local e o controle do desenvolvimento diminuirão rapidamente. Alguns fornecedores e instalações locais terão desaparecido, sendo substituídas por maiores, mais elaboradas, e instalações mais atualizadas fornecidas por organizações externas, especialmente para alojamento de visitantes. [...] Mudanças na aparência física da área irão ser perceptível, e pode-se esperar que nem todos sejam bem-vindos ou aprovado por toda a população local. [...] O envolvimento regional e nacional no planejamento e fornecimento de instalações quase certamente é necessário e, novamente, podem não estar completamente de acordo com preferências locais. O número de turistas em períodos de pico provavelmente será igual ou irá exceder a população local permanente. [...] O tipo de turista também terá mudado, já que uma visão mais ampla de mercado é desenhada, representando o mesocêntrico da classificação de Plog [...] (BUTLER, 1980, p. 8 – Tradução nossa)

A quarta fase é a consolidação e ela se dá quando a concentração de turistas é maior que a de residentes. A permanência aumenta, há instalações de franquias e existe a tendência de insatisfação local. O lugar começa a ser conhecido como destino da “moda”. Aliado a isso, a taxa de aumento de demanda diminuirá.

Conforme a fase de consolidação é inserida, a taxa de aumento no número de visitantes diminuirá, embora o número total ainda aumente, e o número total de visitantes exceder o número de residentes permanentes. Uma parte importante da economia da área está ligada ao turismo. O marketing e a publicidade serão de amplo alcance e esforços feitos para estender a temporada de visitantes e área de mercado. Principais franquias e redes em a indústria do turismo estará representada, mas poucos, se houver, acréscimos serão feitos. Pode-se esperar um grande número de visitantes e as instalações fornecidas para eles pode despertar alguma oposição e descontentamento entre os residentes permanentes, principalmente aqueles que não estão envolvidos na indústria do turismo de forma alguma, o que resulta em alguns privações e restrições às suas atividades. (BUTLER, 1980, p. 8 – Tradução nossa).

A quinta fase é a estagnação, que ocorre quando a localidade atinge o número máximo de visitação. Os problemas causados pelo turismo apresentam-se mais latentes, os roteiros tornam-se repetitivos e as atrações artificiais. Os turistas que necessitam de segurança em

relação ao tipo de turismo que irá praticar e à qualidade dos serviços que serão prestados são maioria nessa fase (turistas psicocêntricos).

Conforme a área entra no estágio de estagnação, o número máximo de visitantes terá sido alcançado [...] com os problemas ambientais, sociais e econômicos concomitantes. A área terá uma imagem bem estabelecida, mas não estará mais na moda. Haverá uma forte dependência de visitação repetida e de convenções e formas semelhantes de tráfego. Estará disponível uma capacidade excedente de leitos e serão necessários esforços extenuantes para manter o nível de visitação. As atrações culturais naturais e genuínas provavelmente foram substituídos por instalações "artificiais" importadas. [...] O tipo de visitante também pode ser esperado que mude em direção ao turismo de massa organizado identificado por Cohen e o psicocêntrico descrito por Plog. (BUTLER, 1980, p. 8-9 – Tradução nossa).

A sexta fase se subdivide em duas: Declínio ou Rejuvenescimento. Se o lugar buscar o rejuvenescimento, deverá buscar duas alternativas: ou cria atrativos artificiais para diversificar a oferta, ou utiliza recursos que não foram utilizados anteriormente.

Caso não busque o rejuvenescimento, o local estará fadado ao declínio, que ocorre quando há dificuldade de competir com novos atrativos, o número de visitantes e de marketing diminuem, o lugar se torna um destino de fim de semana ou passeios rápidos. Os equipamentos turísticos são substituídos por estruturas não-turísticas (condomínios, apartamentos). Pode perder sua função turística pela possibilidade de transformar-se em uma “favela turística”.

No declínio, a área não será capaz de competir com as atrações mais recentes e assim enfrentará um mercado em declínio, tanto espacial quanto numericamente. Não vai mais apelar para os turistas, mas será cada vez mais usado para viagens de fim de semana ou de um dia, se for acessível a um grande número de pessoas. [...] Hotéis podem se tornar condomínios, casas de convalescença ou aposentados, ou apartamentos convencionais, desde os atrativos de muitas áreas turísticas os tornam igualmente atraentes para assentamento permanente, particularmente para os idosos. No final das contas, a área pode se tornar uma verdadeira favela turística, ou perder completamente sua função turística. (BUTLER, 1980, p. 9 – Tradução nossa).

Seguindo pelo rejuvenescimento, o local fica passível de permanecer mais tempo no turismo, com o mesmo protocolo a partir da estagnação.

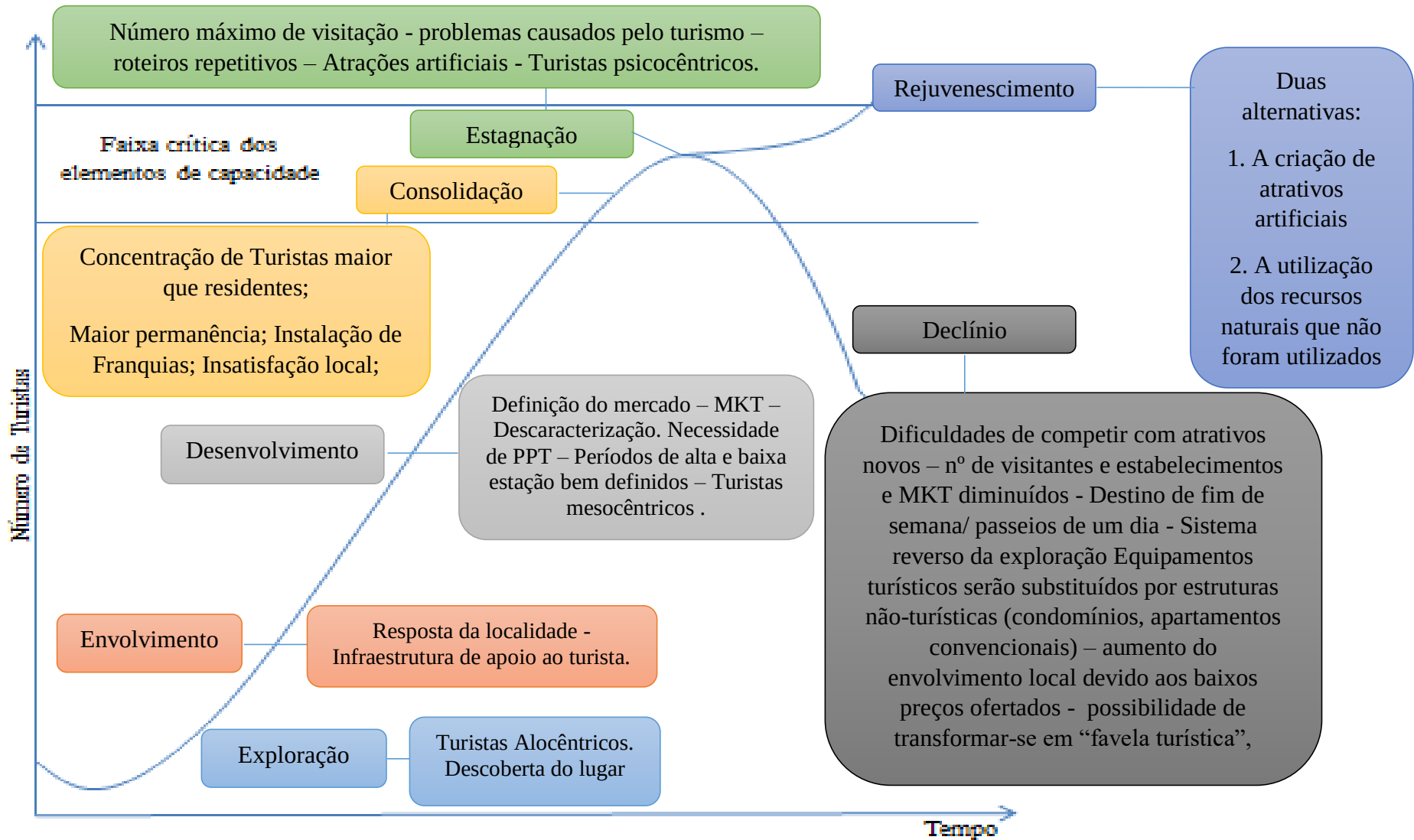
[...] o rejuvenescimento pode ocorrer, embora seja quase certo que este estágio nunca será alcançado sem uma mudança completa nas atrações em que o turismo é baseado. [...] O desenvolvimento de novas instalações torna-se economicamente viável, e simultaneamente serve para revitalizar o antigo comércio de férias de verão. Como novas formas de recreação, não é impossível que outras áreas turísticas encontrem anteriormente recursos naturais não apreciados para se desenvolver. (BUTLER, 1980, p. 9 – Tradução nossa).

O rejuvenescimento é um grande desafio, pois atua de maneira a desconstruir aquilo que foi trabalhado por tanto tempo. O destino, nesse caso, precisará ofertar algo diferente do que de costume, mas que atraia e agrade o turista.

O modelo TALC, proposto por Butler (1980) é sabidamente, o modelo mais adequado em se tratando de evolução do turismo, permite descrever essa evolução em seis fases, o que auxilia nos diagnósticos estratégicos da área de planejamento. Trinta e dois anos depois, Butler e Coelho (2012) criam a ferramenta IDT – Índice de Desenvolvimento Turístico, que torna o TALC mais operacional, inserindo variáveis que endossam a importância econômica do turismo, como o PIB e as receitas turísticas. A presente tese se baseia nas teorias expostas, sugerindo uma maior atenção para as fases iniciais, para que qualquer localidade possa vislumbrar o turismo como uma oportunidade, ao passo de pensar e planejar a realização desta prática em suas atividades econômicas. Sendo assim, as fases de exploração e envolvimento poderão ser melhor analisadas, através das variáveis do setor turístico (COOPER et al, 2007), facilitando o planejamento e os prognósticos na área.

Para um entendimento mais didático, a figura 2 a seguir mostra as fases e suas características.

Figura 2: Modelo explicativo – Butler (1980)



Fonte: Assis-de-Souza (2014, p. 41)

Observando o quadro anterior, percebe-se fases específicas e decisivas para cada etapa do TALC. Cabe destacar que, para esta tese, são importantes os pontos em que estão presentes o planejamento e as políticas públicas, que fazem parte da terceira fase do TALC, entendendo que estes aspectos são relevantes para que haja participação ativa da sociedade, sendo este assunto melhor abordado no próximo subcapítulo.

2.1.3 Políticas Públicas de Turismo no Brasil

O turismo enquanto política pública deve objetivar os diferentes aspectos do desenvolvimento, pois a política pública do turismo é norteadora da atividade e, seguindo as diretrizes atuais, deve agir de forma regional e sincrônica, segundo o PNT, seguindo a metodologia do planejamento participativo, aonde a comunidade tem poder de decisão acerca do seu futuro no turismo, sendo neste momento absorvido o capital social da região.

No Brasil o turismo intensificou-se enquanto prática no período pós-guerra, abrindo espaço para as regulamentações e políticas voltadas para este fim. O modelo atual de Plano Nacional do Turismo brasileiro foi idealizado na gestão de Fernando Collor (1990 – 1992), ganhando caráter oficial na gestão de Itamar Franco (1992 – 1994), se fortalecendo na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) com a aplicação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, gerando um resultado positivo quanto à intervenção pública e regularização do setor turístico. A proposta apresentava uma gestão descentralizada, onde havia a participação direta do agente de turismo local na construção dos planos e ações do turismo, o que permitiu o engajamento dos municípios.

No ano de 2003, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), foi criado o Ministério do Turismo, que trouxe ações mais concretas para o turismo no que diz respeito ao gerenciamento e direcionamento da atividade, modificando o PNT apresentando um novo modelo de gestão de polos, transformando o PNMT em Programa de Regionalização do Turismo – PRT, mantendo a proposta de gestão descentralizada e planejamento participativo pelas instâncias de governança (BRASIL, 2007).

O conceito do PRT se apresentou de uma maneira mais abrangente, substituindo a dinâmica do turismo que até então atuava pontualmente nos municípios, para atuar nas regiões turísticas de cada estado, visando a distribuição do fluxo turístico para além das capitais e destinos indutores do turismo de cada estado brasileiro, priorizando o inventário da oferta

turística. O mesmo formato foi seguido nas gestões subsequentes de Dilma Rousseff (2012 – 2016), Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (desde 2019).

As políticas públicas de turismo existem e se fazem necessárias para que haja um direcionamento ordenado da atividade turística e para que, dessa maneira, seja possível que o turismo venha a ser positivo para os turistas e, sobretudo, para a comunidade receptora que sentirá os impactos do turismo associados à sazonalidade que é comum da atividade.

Contudo, o discurso do turismo sustentável está gradativamente ganhando espaço, perpassando as necessidades de que o setor econômico assuma a posição de destaque. Além disso, a inserção dos atores locais desponta como necessária, priorizando a valorização da preservação sociocultural, ambiental e a redução das desigualdades, como afirma Coriolano (2006, p.34) quando diz que “Torna-se cada vez maior as exigências da sociedade com o combate às desigualdades regionais, com as disparidades sociais e com a conservação ambiental, com a defesa do patrimônio histórico e com a manutenção de lugares saudáveis”, onde a população assume o papel de protagonista frente a uma realidade de benefícios ou prejuízos que uma gestão ineficiente pode oferecer.

Para que os processos ocorram de forma democratizada e partindo das necessidades que uma determinada localidade possui, o planejamento participativo foi absorvido nas políticas públicas brasileiras, tornando-se relevante a participação dos atores e agentes locais nos processos de planejamento e aplicação de recursos financeiros.

O Governo possibilita essa inclusão através de planos onde a participação dos atores locais é prioritária, como nos orçamentos participativos, elaboração de planos diretores participativos, entre outros, alternando o rumo dos processos de gestão, adaptando-se às demandas da sociedade, fazendo-se presente a cidadania participativa (Teixeira, 2002).

O turismo é uma cadeia produtiva, seu crescimento estimula o crescimento de diversos outros setores da economia e da administração pública, estando intrinsecamente ligados a eles os setores de meio ambiente, saneamento básico, transportes, saúde, educação, segurança, fomento a atividades produtivas, entre outras, sendo uma atividade de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer destino pelo seu poder de transformar o local, tanto social quanto economicamente, através da geração de empregos e renda direta e indiretamente.

PETROCCHI (2001, p. 48), afirma que:

São atribuições do poder público, por exemplo, elaborar as diretrizes que definirão o futuro de um núcleo turístico, via planejamento do uso do solo e definição de posturas municipais. Regulamentações governamentais, por outro lado, são bem vindas para preservar os direitos e a segurança física dos consumidores/turistas, pois daí surgirão dividendos para a construção da imagem do sistema turístico perante o mercado. A preservação do meio ambiente é outra função do governo.

As diretrizes elaboradas pelos governos são importantes e necessárias para que o turismo ocorra de maneira ordenada. A visão de futuro determinada através do planejamento deve direcionar o foco nas ações de estruturação, regulamentação e controle da atividade.

Podemos definir a política pública como um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum. (DIAS, 2003, P. 121)

Em se tratando de políticas públicas de turismo no Brasil, esta é uma realidade relativamente nova levando em consideração que a atividade turística no país ganhou força pós II grande guerra, sendo aqui demonstrado um breve recorte das mesmas partindo das ações das políticas públicas brasileiras por um período de aproximadamente sessenta anos, iniciando na década 30, se estendendo até a década de 90, citando acontecimentos de maior relevância para o setor a partir da demonstração cronológica visando à compreensão do processo de fomento do turismo brasileiro.

Autores e pesquisadores como Dias (2003), Barretto (2002) E Cruz (2002), Shiki (2007), Fratucci (2008), Borges (2008), Carvalho (2009), Henz (2009), Brandão (2010), Virgínio (2011), entre outros, se referem à Política Pública do Turismo como tema principal, abordando os aspectos explanados a seguir.

Os registros jurídicos do turismo no Brasil, aparecem a partir da década de 30, com Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, que previa a “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias”. (FERRAZ, 2000, p. 152).

Um ano após, é criada a Divisão de Turismo, podendo ser considerada o primeiro órgão oficial de turismo em instância federal.

O Decreto-lei nº 1.915, amplia o significado do turismo para a administração pública federal. Pela primeira vez um diploma legal demonstra explícita preocupação com o conjunto dos serviços relativos ao turismo interno e externo, não mais se restringindo a legislar apenas sobre a venda de passagens ou sobre o funcionamento das agências de viagens e turismo. (CRUZ, 2001, p. 44)

Observando as questões de deslocamento e doméstico e internacional, entre as décadas de 40 e 50 a gestão federal percebeu que tornava-se necessário gerenciar e controlar este fluxo e que isso seria responsabilidade direta da administração federal. Em seguida, o Decreto-lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940, apresentou a preocupação acerca da regulamentação de serviços turísticos, exigindo registro prévio das agências de viagens e turismo, classificando-as em três categorias, impondo esta obrigatoriedade como condição para seu funcionamento, junto a órgãos do governo. No ano de 1951, estas agências estariam subordinadas ao Departamento Nacional de Imigração e Colonização, que mais à frente, tornou-se Instituto Nacional de Imigração e Colonização, finalizando a ligação destas com a Superintendência da Política agrária (Lei Delegada nº 11 de outubro de 1962). Em 21 de novembro de 1958, através do Decreto nº 44.863, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) (FERRAZ, 2000).

A década de 60 foi um marco para o turismo brasileiro. Segundo o MTur (BRASIL, 2008), através do Decreto de Lei nº 55, definiu-se a Política Nacional de Turismo, e foram criados o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), além disso, regulamentou-se no mesmo ano, através do Decreto nº 58.483, as agências de viagens e turismo iniciando uma diversos acontecimentos no setor destacando a realização, através da EMBRATUR, do I Encontro Oficial do Turismo Nacional (1967) e do primeiro levantamento de dados estatísticos do turismo receptivo no Brasil (1968).

Durante a década de 70, os registros do turismo se resumem no lançamento, por parte do governo federal, do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo), oferecendo incentivos fiscais para os investimentos no setor, contudo, é importante registrar que neste período houve uma discussão e preocupação mundial em relação às questões ambientais.

De acordo com Nascimento (2012), a partir das discussões da Conferência de Estocolmo em 1972, e da Rio +20 em 1992, passou-se a olhar para o desenvolvimento observando, além da perspectiva ambiental, sua dimensão social, considerando que as ações de sustentabilidade devem contemplar a busca pela igualdade social e melhorias nos níveis de qualidade de vida.

Sachs (2004) complementa afirmando que a sustentabilidade social tem, portanto, como essência, a busca pela melhoria na qualidade de vida da população.

A EMBRATUR inicia o projeto “Turismo Ecológico” em 1985, lançado dois anos depois, em 1987, sendo criada nesse mesmo ano a Comissão Técnica Nacional, constituída juntamente com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e sendo incluídas leis ambientais na formulação das políticas públicas pela EMBRATUR com vistas ao direcionamento do segmento.

No ano de 1992 a atividade turística brasileira passou a ser gerenciada pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e apresenta o primeiro Plano Nacional de Turismo, criando o Programa de Desenvolvimento do Turismo e o PRODETUR/NE, sendo este último implantado entre os anos de 1993 e 1994, juntamente com a publicação das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, resultado de uma parceria entre a EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente. Ainda em 1994 é lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Em 1996 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, e apresentada a nova Política Nacional de Turismo (1996 – 1999).

Conforme visto anteriormente o primeiro Plano Nacional de Turismo do Brasil foi criado em 1992, último ano de gestão do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). O PRODETUR/NE foi iniciar a sua prática somente no final da gestão de seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994) que recebeu maior atenção no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando teve aplicados os seus recursos nos estados do Nordeste.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, é lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, interiorizando o turismo com foco no planejamento participativo, onde o residente se torna protagonista e tem voz em relação às atividades e ações voltadas ao turismo local. No PNMT, pela primeira vez, o Brasil utilizou o planejamento participativo em sua gestão. Este modelo de gestão fez com que o residente modificasse seu pensamento, entendendo que a atividade turística não favorecia somente ao empresário.

Utilizando a mesma metodologia empregada pelo Organização Mundial do Turismo (OMT), o PNMT visava “implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística” (DIAS, 2003, p. 144),

O PNMT tinha o foco em municipalizar o turismo com o intuito de que cada município tivesse conhecimento de seu potencial para o setor e trabalhasse as estratégias sugeridas pelo programa para facilitar a implantação do mesmo, favorecendo a atividade turística no local, iniciando no ano de 1995 a oficinas de capacitação em todo o país.

De acordo com a EMBRATUR (1999, p. 09), o PNMT visava:

[...] à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários Monitores Municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Para formar a base de estruturação do Programa, foram estabelecidos os princípios da descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação, possuindo para sua operacionalização uma estrutura definida pelas três esferas do governo.

Para tanto, a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003 foi um marco para o setor, pois busca, entre outras coisas, direcionar de forma estratégica as políticas públicas de turismo no Brasil através de instrumentos como o Plano Nacional de Turismo.

Dentro desse contexto, o Ministério do Turismo adotou um modelo de gestão voltado para a disseminação do turismo nos demais municípios e regiões do Brasil, uma vez que as Capitais abrangiam a maior parte do contingente turístico Nacional e Internacional. Observando que alguns destinos sobressaíam de outros em relação à oferta turística, o MTur mudou a estratégia de planejamento de âmbito municipal para regional, entendendo que os destinos mais evoluídos turisticamente poderiam se tornar polos de atratividade regional, unindo os potenciais turísticos de uma região através de rotas turísticas, tornando a experiência mais robusta e interessante para o turista. A estratégia visava usar o município polo como indutor da atividade e despertar os destinos próximos ainda iniciantes no turismo, porém com atrativos interessantes, a buscar incrementar o desenvolvimento nessa área, fomentando o turismo e fortalecendo a região. Desse modo, o PNMT foi extinto, dando lugar ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PRT), apresentando-se como um importante macroprograma do Plano Nacional de Turismo, gerando opiniões divergentes para estudiosos da área.

A mudança dos Programas gerou opiniões divergentes em estudiosos da área, a exemplo de Virgínio (2011) que entendeu a transição do PNMT para PRT como positiva, frente ao

entendimento de que sendo trabalhadas as regiões turísticas em vez de municípios isolados faria mais sentido em relação à diversidade para o turismo local, devido a quantidade reduzida de oferta turística que os municípios menos evoluídos turisticamente apresentavam. Por outro lado, Fratucci (2008) enxerga a mudança do programa como negativa, já que o PNMT elencava uma série de requisitos para que o destino recebesse um selo correspondente ao cumprimento destes, estando entre eles: a criação de Conselhos Municipais de Turismo e a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico. O autor entende que se o PNMT fosse mantido, naturalmente as comunidades se interligariam e se organizariam em instâncias regionais, visão esta corroborada por esta autora.

Com o Ministério do Turismo implementado, foi apresentado o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), um documento feito de forma participativa, elaborado por representantes de entidades, instituições e empresas que representavam o segmento turístico brasileiro, será apresentado o conteúdo deste plano a seguir, sendo por isso repetida a sua referência.

A primeira reunião contou com a participação de todas as entidades, instituições e empresas de porte nacional e representativas no segmento turístico. A segunda reunião contou com a presença dos secretários e dirigentes estaduais de turismo e presidentes de empresas públicas de turismo. (MTur, 2003, p. 15).

O plano se apresentava de maneira estruturada e estratificada, apresentando programas que pertenciam ao que foi denominado de macroprogramas, que foram criados no intuito de atingir os objetivos para o turismo no período de 2003 a 2007.

Os Macro Programas são desdobramentos temáticos que foram escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nos OBJETIVOS e METAS para o turismo no período 2003 – 2007, bem como, resultado das contribuições de todas as entidades do setor ouvidas e manifestas (Idr, 2003, p. 32).

Os macroprogramas do PNT 2003-2007 foram apresentados de forma segmentada, sendo estes divididos em: gestão e relações institucionais, fomento, infraestrutura, estruturação e diversificação da oferta turística, qualidade do produto turístico, promoção e apoio à comercialização e informações turísticas.

Finalizado o período do PNT 2003-2007, o Ministério do turismo realizou a sua atualização, apresentando o PNT 2007-2010.

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o

turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno. (MTur, 2007, p. 11)

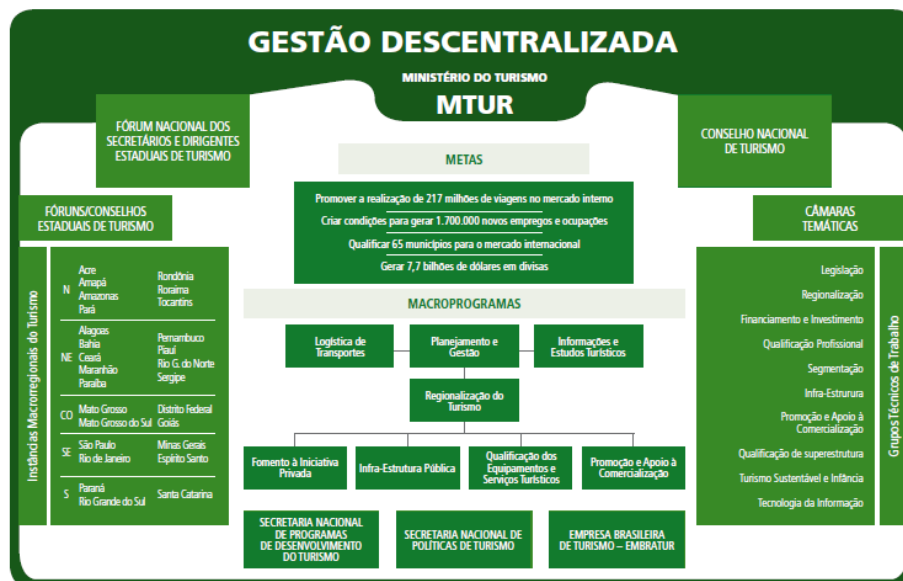
Esta versão ratifica o compromisso do país com o planejamento turístico, apresentando como tema prioritário o turismo como facilitador e indutor da inclusão social. Da mesma maneira do PNT 2003-2007, este Plano apresenta oito macroprogramas, fazendo-se necessário destacar a proposta da gestão descentralizada e de que maneira ela se apresenta.

O Ministério do Turismo aparece como administrador e facilitador do processo, estando como órgão executor das atividades através do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, que tem como membros as representações das instâncias macrorregionais do turismo, divididas nas cinco regiões brasileiras (Norte – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; Centro-oeste – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás; Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; Sul – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

O Fórum utiliza as metas (Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, criar condições para gerar 1.700.000 novos empregos e ocupações, qualificar 65 municípios para o mercado internacional e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas) e os oito macroprogramas (logística de transportes, planejamento e gestão, informações e estudos turísticos, regionalização do turismo, fomento à iniciativa privada, infra-estrutura pública, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos e promoção à comercialização) estabelecidos pelo PNT que devem ser pensadas estrategicamente para sua execução, para isto, se faz presente para atuar na parte de planejamento e execução das estratégias o Conselho Nacional de Turismo – CNT, que se divide em dez Câmaras Temáticas: Legislação, Regionalização, Financiamento e Investimento, Qualificação Profissional, Segmentação, Infra-estrutura, Promoção e Apoio à Comercialização, Qualificação de Superestrutura, Turismo Sustentável e Instância e Tecnologia da Informação. Nestas câmaras temáticas são realizadas discussões e desenvolvidos projetos relacionados a cada tema, que são encaminhados e validados/reprovados pelo Conselho ao qual fazem parte para deliberação e direcionamento da execução, tendo com participantes do processo, na base, a Secretaria Nacional de Programas de

Desenvolvimento do Turismo, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e a EMBRATUR, esta última, como membro do CNT, conforme mostra a figura 3.

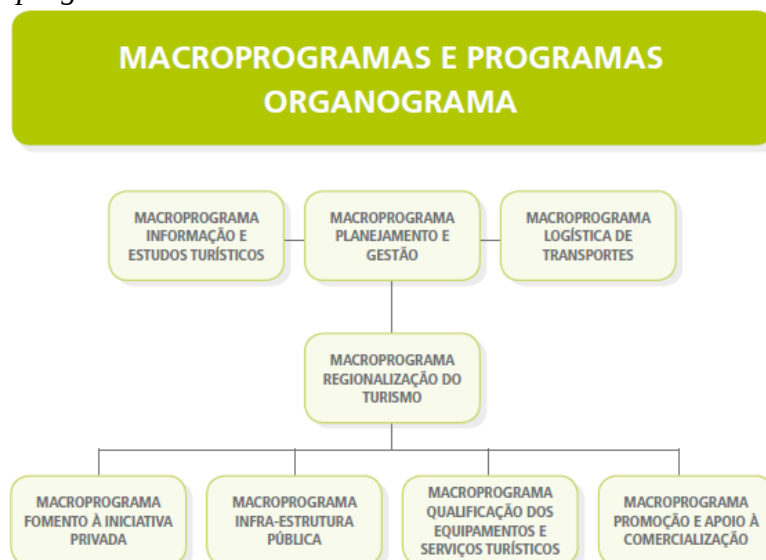
Figura 3 – Gestão descentralizada do turismo



Fonte: MTur (2007, p. 45).

Conforme mencionado anteriormente, o PNT 2007-2010 apresentou oito macroprogramas, organizados em organograma, tendo um deles como elo dos demais, sendo estes: Informação e estudos turísticos, planejamento e gestão e logística de transportes no topo, regionalização do turismo (como elo), e fomento à iniciativa privada, infraestrutura pública, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos e promoção e apoio à comercialização (figura 4).

Figura 4 – Macroprogramas do Ministério do Turismo



Fonte: Mtur (2007, p. 58)

Esta atualização manteve o foco em algumas ações que já vinham sendo trabalhadas, contudo ainda necessitavam de atenção, apresentando o macroprograma de regionalização como ponto central e prioritário para o desenvolvimento e abertura para novos produtos do turismo brasileiro.

Os macroprogramas são desdobramentos temáticos agregados, escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nas metas. Eles se estruturam em três grupos de atividades relacionados à formulação e implementação da Política Nacional de Turismo, ao estabelecimento das referências básicas sobre a territorialidade turística do país e às ações e atividades finalísticas e de suporte que possibilitam, efetivamente, a realização das bases para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável. (MTUR, 2007, p.57).

A gestão descentralizada estava no cerne da execução deste Plano, aliado à necessidade de avaliação e cumprimento das ações previstas. A regionalização do turismo foi um resultado do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado no ano de 2004, com vistas à estruturação, ordenamento e diversificação da oferta turística brasileira. A proposta de um modelo de gestão descentralizada, flexível e articulada, sugeria a mobilização dos diversos setores da sociedade e a cooperação na tomada de decisões, tendo sido transformada neste PNT no macroprograma 4 – Regionalização do turismo, que interliga os demais. Apresentava-se com 4 programas: Planejamento e gestão da regionalização; estruturação dos segmentos turísticos; estruturação da produção associada ao turismo; e apoio ao desenvolvimento regional do turismo.

Incorporada nesta versão do PNT como Macroprograma de Regionalização do Turismo, a proposta é balizada pela segmentação – da oferta e da demanda – como uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridade e especificidade de cada região. A oferta turística adquire maior significância e identidade pela qualidade e originalidade da produção artesanal, industrial e agropecuária local, capaz de agregar valor ao produto turístico, estrategicamente denominada produção associada ao turismo. (*Id*, 2007, p. 67).

O macroprograma Regionalização do turismo se propunha a realizar a promoção, desenvolvimento e criação de novos produtos no intuito de diminuir o adensamento da demanda em áreas específicas, oferecendo novas alternativas ligadas ao maior núcleo emissor, aumentando e diversificando produtos de qualidade nas múltiplas diferenças regionais do país, possibilitando a inclusão de novos destinos e a criação de novos roteiros para comercialização; fomento à produção associada ao turismo, potencializando os benefícios do turismo para as comunidades locais, tendo em vista a integração e dinamização dos arranjos produtivos do

turismo, possibilitando a competitividade dos produtos; e o aumento da permanência do turista nos destinos. (Id, 2007).

O PNT 2007-2010 apresentou-se como sendo estruturado e desafiador visando o desenvolvimento regional e promoção do país em nível global. Somente três anos depois houve a atualização do PNT 2013-2016 que, diferente do que vinha sendo apresentado, veio com uma proposta de mapa estratégico, que fazia uma projeção de 2013-2022. Este Plano apresentou 4 diretrizes para o desenvolvimento do turismo, sendo estas apresentadas como: Geração de Oportunidades de Emprego e Empreendedorismo; Participação e Diálogo com a Sociedade; Incentivo à Inovação e ao Conhecimento e Regionalização – região como abordagem territorial. Outra percepção que permite ser gerada, é que este Plano veio como uma necessidade de adequação e apresentação das ações do turismo em decorrência da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (figura 5).

Figura 5 – Marco Lógico – Agenda estratégica 2013/2022 – PNT em ação



Fonte: PNT (2013, p. 50)

O marco lógico 2013-2022 teve como premissa a promoção do desenvolvimento econômico equilibrado, socialmente justo, dinâmico e ecologicamente responsável, possibilitando o entendimento da visão e priorização da sustentabilidade no turismo. Apresentou na abordagem temática 4 macroambientes de negócio (parques nacionais, litoral, turismo cultural e outros) e na abordagem transversal a cadeia produtiva do turismo (legislação, crédito, infraestrutura, qualificação, acessibilidade, gestão, regionalização e promoção e

comercialização) apresentando também a promoção de impactos observando os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Entendendo o planejamento e a formulação de políticas públicas como pressupostos para a obtenção de resultados que se estendessem a toda a sociedade e enxergando o Brasil como um país dotado de consideráveis dimensões e complexidade regionais, o Plano fala do turismo como uma atividade econômica potencialmente capaz de impulsionar e colaborar para a consolidação dos desenvolvimentos ambiental e socioeconômico equilibrado, independente das condições territoriais distintas apresentadas, respeitando as diferenças e costumes regionais, proporcionando avanços na inclusão social e distribuição de riquezas, se inserindo como “referência para a política pública setorial do turismo, que deve ter como perspectiva a efetivação do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo”. (PNT 2013-2016, p. 29)

A viabilização dos propósitos deste PNT, pressupõe diretrizes necessárias à sua aplicação, para tanto, apresentou-se a diretriz Geração de Oportunidades e Emprego, considerando o desenvolvimento da atividade, a realização de megaeventos e o legado deixado por eles, se comprometendo a realizar ações que proporcionando o acesso formal ao trabalho e fomento ao empreendedorismo.

O turismo brasileiro vinha sendo pautado em um modelo descentralizado e participativo, que promovia a integração nas diversas instâncias governamentais, incluindo a sociedade civil e a iniciativa privada componentes da cadeia produtiva do setor. Nesse contexto, a diretriz Participação e Diálogo com a Sociedade vem respaldar aquilo que vinha sendo trabalhado em relação ao modelo de gestão descentralizada com participação dos diversos nichos do mercado turístico, legitimando a ação ministerial em conjunto com os atores.

Considerando que o mercado turístico está em crescente expansão, o tema inovação foi abordado na diretriz Incentivo à Inovação e ao Conhecimento, apresentando-se de maneira transversal no turismo, nas ações governamentais e nas ações empresariais. O PNT 2013-2016 afirmava que

Inovar é uma ação primordial para o avanço da competitividade nos diversos segmentos econômicos e se aplica a toda a cadeia produtiva. O ambiente tecnológico atualmente vivenciado em todo o mundo, as facilidades de acesso à informação e a disputa internacional pela atenção e preferência do turista têm transformado o setor e a forma de interação entre seus diversos atores. (PNT, 2013, p. 30)

Esta diretriz apareceu como um reconhecimento da importância da inovação para o avanço da atividade turística, sendo necessário fomentá-la no uso de tecnologias inovadoras objetivando a promoção dos destinos, além do incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, produção de conhecimento e comportamento do mercado turístico.

Outra diretriz deste plano é a Regionalização, presente na política pública de turismo do Brasil desde 2003, ela permita a interlocução do Ministério do Turismo com as 27 Unidades Federativas brasileiras e resultou em um olhar voltado para as particularidades e singularidades de cada região, apresentadas didaticamente no Mapa do Turismo brasileiro, tendo continuidade neste Plano que se comprometia em apoiar as ações de fortalecimento institucional através do planejamento e qualificação, buscando a competitividade de produtos turísticos atuando nas diversas instâncias de governança presentes nos territórios.

Um ponto que merece destaque nesta atualização do Plano é a categorização de municípios turísticos. Segundo o MTur (2013) a partir do ano de 2013 o Ministério do Turismo do Brasil iniciou a utilização de um sistema de categorização dos municípios brasileiros com base em critérios estabelecidos pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), cujo objetivo é de auxiliar na identificação e no desenvolvimento do potencial turístico de cada região, bem como na distribuição de recursos e na formulação de políticas públicas voltadas para o setor.

A categorização dos municípios brasileiros é feita em cinco grupos, denominados "categorias turísticas". Sendo elas:

Quadro 1: Categorização de Municípios Turísticos – MTUR

Categoria	Descritivo
A	Municípios que possuem um fluxo turístico internacional e nacional consolidado. São destinos conhecidos tanto nacionalmente quanto internacionalmente, com uma infraestrutura turística bem desenvolvida.
B	Municípios que possuem um fluxo turístico regional consolidado e também recebem visitantes de outras regiões do país. Esses destinos têm uma infraestrutura turística relativamente desenvolvida e oferecem uma variedade de atrativos e serviços.
C	Municípios que possuem um fluxo turístico local consolidado, recebendo principalmente visitantes da própria região em que estão localizados. São destinos com uma infraestrutura turística em desenvolvimento, com potencial para atrair turistas de outras regiões.
D	Municípios que possuem um fluxo turístico incipiente, recebendo principalmente visitantes locais. Esses destinos têm uma infraestrutura

	turística em estágio inicial de desenvolvimento, necessitando de investimentos e apoio para a consolidação do turismo local.
E	Municípios que não se enquadram nas categorias anteriores, ou seja, não possuem fluxo turístico significativo e sua infraestrutura turística está pouco desenvolvida. São municípios que têm potencial para explorar o turismo, mas que ainda necessitam de investimentos e estratégias de desenvolvimento turístico.

Fonte: Dados do estudo, 2022, adaptado de MTur (2013).

A categorização dos municípios pelo Ministério do Turismo é importante para orientar a formulação de políticas públicas, o planejamento do turismo em cada região e a alocação de recursos financeiros para o desenvolvimento do setor. Além disso, essa categorização também pode ajudar os viajantes a identificar e escolher destinos turísticos de acordo com suas preferências e expectativas.

Seguindo a mesma linha do PNT 2013-2016, o mais atual Plano Nacional de Turismo apresentou as diretrizes do programa como pontos estratégicos para o turismo brasileiro. As diretrizes do PNT 2018-2022 estão direcionadas a incentivar ações voltadas ao Fortalecimento da Regionalização, Melhoria da Qualidade e Competitividade, Incentivo à Inovação e Promoção da Sustentabilidade. (PNT 2018, p. 54). As discussões envoltas a esta questão tornaram-se uma constante quando se trata de destinos que pensem em um futuro melhor.

A iniciativa somou-se ao esforço das Nações Unidas em promover o desenvolvimento sustentável do planeta, por meio da consecução da Agenda 2030, um conjunto de 17 objetivos e 169 metas a serem perseguidas por todos os atores desde o nível local, regional, nacional até o supranacional. Tais objetivos são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Essa importante celebração ocorreu 50 anos após o Ano Internacional do Turismo – Passaporte para a Paz (1967) e quinze anos após o Ano Internacional do Ecoturismo (2002). (PNT 2018, p. 57)

A preocupação com as mudanças climáticas esteve presente e este Plano reconheceu que a piora dessas condições pode impactar consideravelmente os destinos com consequências diretas na visitação de atrativos e serviços turísticos. Houve o entendimento de que é necessário enxergar o turismo de forma ampla, tendo em vista a garantia e a preservação dos recursos naturais, da cultura e preservação das comunidades visitadas.

A partir deste breve levantamento dos Planos Nacionais de Turismo do Brasil, pode-se afirmar que a ideia do planejamento permanece permeando os Planos, identificando a sua necessidade como essencial para o desenvolvimento da atividade turística, a busca pela qualidade de produtos e serviços turísticos merecem atenção, tendo em vista a ideia de que esse

ponto é essencial para uma experiência positiva e para a segurança do turista e, entre outros aspectos, a regionalização, sendo identificada como ponto central das políticas de turismo e como meio de ligação e comunicação entre as diversas instâncias de governança locais, pois são elas que respaldam a intenção do turismo de cada território a partir da participação ativa através dos Conselhos de Turismo regionais aumentando a governança e fortalecendo o capital social de cada região.

2.2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Refletir e sistematizar os fatos que levam ao desenvolvimento turístico é desafiador e requer esforço para relacionar as diversas facetas em que a atividade está inserida. Tendo o entendimento do turismo associado às dimensões da sustentabilidade, permite apresentar uma abordagem contemporânea em que desmistifica a ideia de que a prática leva à aculturação, diminuição do envolvimento da comunidade, vulnerabilidade do espaço e dano ao ambiente (MENDONÇA, 2001; KIYOTANI, 2011; COSTA, NETO E SILVA, 2014).

Dentro de uma visão holística e pragmática, é possível afirmar que o turismo pode não ser o culpado pela degradação do espaço como um todo, a ausência de monitoramento do destino que deve atentar e responder para estes casos. Na verdade, o viés sustentável do turismo atua de maneira a preservar não só as questões ambientais de um destino, como as questões socioculturais de participação ativa da população e governança, além da utilização adequada dos recursos, gerando desenvolvimento econômico com foco na ecoeficiência.

Considerando a governança local, entende-se como relevante abordar questões relacionadas ao planejamento participativo, uma vez que este viés busca a presença e autonomia da comunidade local em suas diversas instâncias, para tanto, essa abordagem será iniciada a partir das premissas do planejamento participativo.

2.2.2 Planejamento Participativo

O planejamento das ações locais apresenta-se como ponto relevante para o desenvolvimento. A partir da metodologia utilizada pelo MTur nas atividades voltadas para o turismo, os atores locais compreenderam a importância de sua participação para elencar os pontos específicos a serem trabalhados e desenvolvidos turisticamente, no ponto de vista do residente. Esta iniciativa incentiva o desenvolvimento do capital social local, onde a comunidade se identifica, se apropria e desenvolve um senso de responsabilidade, cuidado,

orgulho e autonomia com o lugar em que vive. Para compreender um pouco mais sobre o capital social, discorre-se a seguir sobre o tema.

Na abordagem voltada para capital social, serão utilizados os pensamentos de estudiosos como autores como COLEMAN (1990), TOCQUEVILLE (2000), CASTELLS (1999), AQUINO (2000), PUTNAM (2006) e AZEVEDO (2008), e embora tenha sido desenvolvido por Coleman, ganhou projeção e notoriedade através da obra *Comunidade e Democracia*, de Robert Putnam.

Mesmo tendo PUTNAM (2006) como maior referência para essa narrativa, é importante que sejam abordados aspectos de como esta teoria se desenvolveu, sendo analisados os estudos de COLEMAN (1990) na criação da teoria.

Para Coleman (1990), o sistema social configura-se como sendo uma "abstração importante", pois muito embora a função das ciências sociais esteja direcionada a explicar os fenômenos sociais, e não comportamentos singulares, o autor apresenta em sua obra uma visão mais qualitativa de sistema, ou seja, o sistema não representa o todo, mas cada indivíduo que o compõe. Sendo assim, o autor refere-se a relações de sistemas sociais aonde participam apenas dois atores, que estão igualmente envolvidos em relações de autoridade e confiança, sendo baseado nestes processos (autoridade e confiança) que ele percebe uma demanda voltada para normas sociais e a efetivação destas normas que Coleman elabora a teoria do capital social. Esta visão qualitativa demonstrou uma postura racional do autor, sugerindo a quebra do paradigma da análise racional, optando pelo individualismo metodológico, afirmando que para um teórico [...] examinar como um fenômeno ganha existência, é preciso descer do nível macro-social para o nível dos atores, abandonando, pois, o paradigma da análise funcional [...]. (COLEMAN, 1990, p. 260).

Utilizando o princípio de que as normas são importantes para a teoria social, ele não exclui a sua não aplicação em um contexto diferente e questiona sobre como as normas podem ao mesmo tempo surgirem e serem mantidas em um "conjunto de indivíduos racionais". Percebendo a partir do cumprimento ou não cumprimento das normas, um comportamento que pode favorecer a uns e desfavorecer a outros, em detrimento de um grupo, direciona-se para a questão da racionalidade do altruísmo, entrando na abordagem da produção de bens coletivos.

Coleman (1990) propõe a observância de três momentos para a composição de uma teoria social: o primeiro refere-se à transição do macro para micro, relatando a influência dos

fenômenos sociais sobre os indivíduos, partindo do nível maior para um nível mais específico; o segundo momento está voltado para a ação racional no nível micro, onde se dá a percepção das ações realizadas pelos indivíduos; e por fim o terceiro, que volta-se para a transição do nível micro para macro, onde se exhibe de que forma as ações individuais influenciam as mudanças sociais, estando este terceiro momento ligado à predição, como explica a citação:

(...) três componentes que eu propus como necessários para a teoria social: a transição macro-para-micro, a ação racional no nível micro e a transição micro-para-macro. As normas são construtos situados no nível macro, baseadas em ações racionais no nível micro, mas criadas sob certas condições através de uma transição micro-para-macro (Coleman, 1990, p. 244).

De acordo com AQUINO (2000), Coleman (1990) tece uma discussão acerca da teoria social abordada como racionalista sendo criticado por diversos estudiosos sobre este modelo, alegando que na sua teoria a racionalidade é considerada de forma ampla, aonde as compensações materiais não compõem a finalidade buscada por atores racionais, incluindo componentes como respeito, amor, honra, entre outros no momento de definir o objetivo a ser alcançado.

Ao desenvolver este conceito, Coleman (1990) visa à compreensão de como são formadas as relações de confiança, propícias à ação coletiva organizada. Entre os atores sociais, nem todos os interesses podem ser satisfeitos por meio de uma ação individual. Alguns dos interesses passam a ser conquistados por meio de relações sociais.

Entrando no conceito de capital social, este significa o conjunto das relações sociais que torna possível a realização de objetivos que, sem essas relações, seriam impossíveis de se alcançar, ou financeiramente mais difícil. O capital social está inserido nas relações entre os indivíduos, e não somente nos próprios indivíduos.

Outro aspecto que constitui o capital social é aquele voltado para as organizações registradas por escrito, tendo em vista que no momento em que os indivíduos se associa, para atingir objetivos comuns, as relações de confiança, geradas como fruto da ação organizada, poderão perpassar para além dos fins da organização, como aborda Putnam (2006) em seu estudo, quando refere-se aos membros de associações serem mais ativos, mais preocupados com causas sociais, mais dotados de civilidade.

O estudo de PUTNAM (2006) direcionou-se a uma visão empírica voltada para a Itália, quando na década de 1970, passou por uma reforma administrativa, e deixou de ser um Estado unitário, possuindo a partir da referida reforma, vinte regiões com autonomia governamental. Havendo inúmeras diferenças regionais, o governo central decidiu por adotar um modelo de distribuição e aplicação de recursos e investimentos diferenciados.

Tal estudo se deu em procurar entender como seria o processo de adaptação das regiões e o desempenho das mesmas com sua autonomia governamental. Das vinte regiões, os governos que obtiveram maior destaque em questão de desempenho institucional, foram os da Itália Setentrional, composto por oito regiões e os que obtiveram desempenho inferior foram os da Itália Meridional, composto por seis regiões, tendo como conclusão que as regiões do norte da Itália apresentavam-se com bom desempenho institucional, enquanto que as regiões do sul apresentavam mau desempenho, o que trouxe à tona um questionamento, voltado para identificar o que diferencia os bons e maus desempenhos dessas regiões, assim como as mais prósperas das menos prósperas.

Na experiência da Itália moderna, PUTNAM (2006) descarta a ideia de que a modernização econômica não estaria associada à democratização, pois identificou que as regiões que obtiveram melhor desempenho institucional não foram as mesmas que receberam mais investimentos, assim como, admitindo a existência de uma relação entre a modernidade econômica e a democratização, o autor afirma que ela não é direta, ela necessita de um elemento que a incentive.

Iniciando uma discussão teórica acerca da comunidade cívica Putnam (2006) anuncia que Maquiavel e outros estudiosos afirmaram que “o êxito ou o fracasso das instituições livres dependia do caráter dos cidadãos, ou seja, de sua “virtude cívica”” (Id, 2006, p. 100), afirmação esta que foi derrubada por Hobbes, Locke e outros pensadores liberais, que defendiam o individualismo e os direitos individuais. Esta visão foi substituída a posteriori, pela descoberta do “humanismo cívico”.

Em vez de exaltarem o individualismo, os novos republicanos evocam a eloquente exortação comunitária de John Winthrop aos cidadãos de sua “cidade no alto da colina”: “Devemos nos comprazer mutuamente, fazer nossas as condições dos outros, regozijarmo-nos juntos, prantear juntos, trabalhar e sofrer juntos, tendo sempre em mente nossa comunidade, como membros do nosso corpo”. (Id, 2006, p. 101).

A participação cívica é outro item que merece destaque, pois Segundo Michael Walzer, citado por Putnan (2006, p. 101) “O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. O autor afirma que embora nem toda atividade política possa contribuir para o bem comum, o princípio da virtude cívica está em “um reconhecimento e uma busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular” (Id, 2006, p. 101).

O autor afirma que nenhuma sociedade, ou nenhuma pessoa pode destituir o interesse próprio ao altruísmo, mas que na comunidade cívica o interesse próprio se estende ao interesse ao interesse dos outros, como explica quando se refere à questão da igualdade política. Em uma comunidade cívica os cidadãos têm direitos e deveres iguais.

Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. (PUTNAM, 2006, p. 102).

Ainda assim, na comunidade cívica os líderes devem considera-se responsáveis por seus concidadãos, devendo alertar para o poder absoluto ou a falta de poder, porque tanto um quanto outro podem levar à corrupção, suscitando um senso de irresponsabilidade. Para ele a comunidade será “tanto mais cívica quanto mais política se aproximar do ideal de igualdade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo”. (Id, p. 102).

Sendo assim, os cidadãos são mais do que atuantes, eles são motivados, participativos, mesmo frente aos conflitos que decerto surgem, pois eles são convictos de suas opiniões e decisões, contudo, são tolerantes a opiniões contrárias, assemelhando-se a uma relação de amizade, pois são prestativos e mantêm a relação de respeito mesmo quando possuem opiniões distintas relacionadas a temas importantes. O envolvimento da sociedade nas atividades e a inclusão da população gera o sentimento de governança, eles percebem o poder que a comunidade tem quando se unem em um propósito e que são protagonistas no processo de desenvolvimento local.

Com essa abordagem, a compreensão da importância do planejamento participativo vai além da questão de decisões comuns, esta iniciativa pode convergir para a união, responsabilidade cívica, social e sentimento de pertencimento, tema que será abordado à posteriori.

Para a compressão do planejamento participativo, julga-se necessário uma breve abordagem sobre o processo de planejamento. No turismo autores como Beni (2007), Dias (2003), RUSCHMANN (2008), Molina (2001), entre outros, defendem a necessidade de sua aplicação. Em outras áreas o planejamento é abordado com a mesma intensidade, como pode-se mencionar a visão de Santos (2004) que compreende o planejamento como um processo que auxilia no desenvolvimento social, atuando nas melhorias de condições de uma localidade com vistas a metas estipuladas para o futuro.

[...] o planejamento é um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis (SANTOS, 2004, p. 24).

Compreende-se que planejar significa uma ação organizada que tem como base metodologias específicas com foco nas decisões baseadas em uma necessidade, tendo em vista o melhor aproveitamento dos recursos, que deve ser entendido, de acordo com Bissoli (1999) como um instrumento norteador que orienta a direção correta a seguir, não possuindo caráter definitivo por depender de pessoas, órgãos ou instituições que apliquem as decisões tomadas no processo.

Relacionando ao turismo, a autora afirma que o planejamento turístico (ou planejamento do turismo) é

[...] um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido (BISSOLI, 1999, p. 34).

Segundo a autora, o planejamento apresenta diversos benefícios sendo bem estruturado, contribuindo para a definição de metas e as maneiras para alcançá-las, sendo necessário monitoramento das ações, objetivando o desenvolvimento da atividade e lembra que a integração com a política pública, o setor privado e o terceiro setor é fundamental para a tomada de decisões.

Em apresentar a participação dos setores da sociedade (poder público, iniciativa privada e sociedade civil), Bissoli (1999) traz à tona a necessidade de participação social, que oportuniza a inserção do planejamento participativo. Autores como Bordenave (1994), Teixeira (2002) e Santos (2004) afirmam que participar significa fazer parte, ser parte ou tomar parte de uma ação ou procedimento.

Para Bordenave (1994) a participação coloca-se ao oposto da marginalidade, contribuindo para uma ruptura da distribuição desigual dos interesses e benefícios, possibilitando mais equidade entre direitos e deveres. Barretto (1991) afirma que a participação é um dos cinco princípios básicos do planejamento e Buarque (2000) complementa definindo a modalidade do planejamento participativo como uma manifestação clara de comprometimento e interesse com o futuro por parte dos próprios atores sociais envolvidos no processo. Beni (2006, p. 63) complementa expressando que planejamento o participativo, ou a gestão participativa

[...] pode trabalhar em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisórios, mas na democratização da informação e de dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando, em vez disso, um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais.

O planejamento participativo é uma abordagem que envolve participação ativa das pessoas em torno de uma decisão ou ação, onde permanecem envolvidas na sua concepção, implementação e avaliação. Apresenta-se como um processo de construção coletiva, visando incorporar perspectivas, opiniões e interesses de indivíduos e grupos envolvidos, a fim de tornar as decisões democráticas e legítimas, onde as decisões não são tomadas por uma pessoa ou um grupo específico, e sim permitindo a participação das partes interessadas na tomada de decisões.

No planejamento participativo, os participantes são considerados agentes ativos e colaboradores na identificação dos problemas, definição das soluções e na implementação das ações necessárias para atingir os objetivos alcançados. Essa abordagem pode ser aplicada em diversos contextos, como no planejamento urbano, no desenvolvimento rural, na gestão de recursos naturais, na formulação de políticas públicas, entre outros.

Ele tem como objetivo criar um plano, programa ou projeto que reflita as necessidades e desejos de todas as partes interessadas envolvidas, podendo incluir membros da comunidade, grupos de interesse, funcionários da organização, parceiros e outros, sendo decisivo para o processo de inclusão da comunidade e superação de conflitos, como cita o Mtur: “Só um trabalho participativo poderá superar conflitos e problemas no decorrer do processo de planejamento e minimizar interferências negativas, geradas a partir de desigualdades e diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, ambientais e econômicas”. (BRASIL, 2007, p. 19).

Permitindo um espaço de promoção de diálogos e negociação, esta modalidade de planejamento envolve atores interessados em discutir suas necessidades e interesses, compartilhar informações, analisar alternativas e tomar decisões conjuntamente. É importante que o processo seja inclusivo e transparente, para que todos os envolvidos possam participar igualmente e acompanhar o progresso das ações interativas. O seu processo envolve diversas etapas, incluindo a identificação das partes interessadas, realização de consultas, compartilhamento de informações, coleta de feedback, análise de dados e a tomada de decisões em conjunto, sendo importante o envolvimento de todas as partes interessadas desde o início do processo para garantir que suas necessidades sejam levadas em consideração, além da importância da participação de diversos atores sociais.

Devem estar presentes no planejamento participativo do turismo: a gestão pública, uma vez que ele direciona a gestão da atividade turística nos espaços (VIGNATI, 2008); a iniciativa privada, por suprir a necessidade dos turistas em relação a hospedagem, alimentação, transportes, passeios, entre outros pontos. Esse setor é responsável pela geração de emprego e renda para a localidade e deve estar presente para defender os interesses privados que dão suporte aos turistas através da infraestrutura de equipamentos e serviços ofertados, com interesses voltados ao marketing e estruturação da destinação (COOPER et al, 2007), contribuindo para o desenvolvimento do turismo e foco das ações; O Terceiro Setor envolve a sociedade civil organizada, são as “instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público” (PATRUCCO E BARRETTO, 2011). Sendo assim, as organizações do terceiro setor representam classes específicas, com interesses que favorecem toda a população; e a comunidade, esta como o agente direto impactado pela atividade turística positiva ou negativamente. Os habitantes serão favorecidos com o desenvolvimento do turismo pela geração de emprego e oportunidades de melhoria de vida, contudo poderão ter sua rotina alterada. A partir da participação direta da comunidade “o planejamento turístico deixa de acontecer de forma vertical ou autoritária em que antes as comunidades eram passivas, ou seja, só ficavam olhando e assistindo às transformações que aconteciam no seu lugar, sem direito de opinião” (NOVO e SILVA, 2010, p. 46). A comunidade passa a ser protagonista das ações e tem voz ativa nas decisões do rumo que o turismo possa vir a seguir na localidade.

O planejamento participativo pode levar mais tempo e esforço do que o planejamento tradicional, embora possa levar a melhores resultados, uma vez que as decisões são dominadas

por uma ampla gama de perspectivas e experiências. Além disso, a participação das partes interessadas pode ajudar a construir consenso e criar um senso de propriedade em relação ao plano, programa ou projeto resultante.

Dessa maneira, o planejamento participativo pode trazer muitos benefícios, como o aumento da manifestação das ações iniciadas, a melhoria da qualidade das decisões, o fortalecimento da cidadania e da participação social, a redução de conflitos e a manifestação da manifestação das políticas e programas implementados, contribuindo para o fortalecimento do capital social local.

Tendo em vista a discussão apresentada, será exposto nesse contexto o programa DEL Turismo, considerando que o seu escopo está ligado às questões inerentes à visão deste trabalho que visa o desenvolvimento do turismo com foco na governança e sustentabilidade.

2.2.2 DEL Turismo

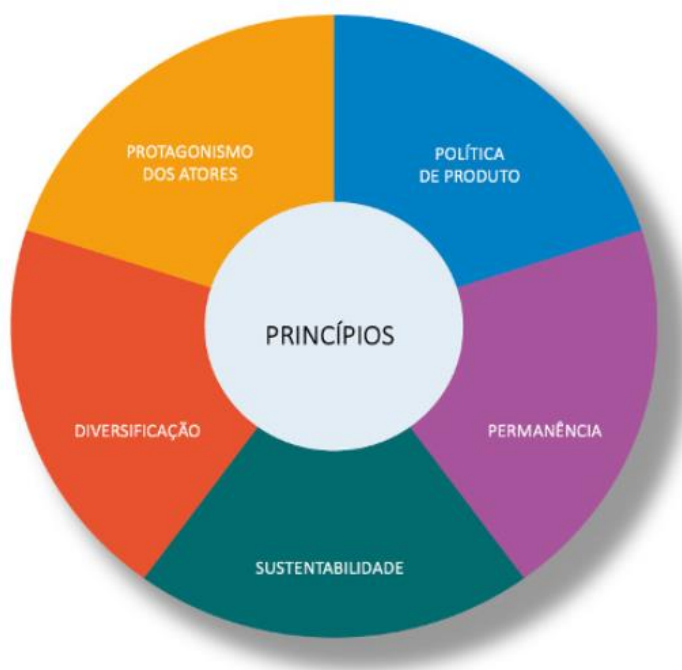
O desenvolvimento econômico de uma localidade encontra-se no centro das necessidades, sobretudo em uma sociedade capitalista. Considerando a importância do desenvolvimento e a necessidade de subsidiar países que necessitam de auxílio por estarem em situação inferior aos países desenvolvidos. Nesse sentido, o Instituto Educacional da Economia Bávara (BBW, sigla em alemão) possui uma série de projetos de cooperação internacional, inclusive no campo do desenvolvimento econômico, firmando parceira em um programa no Brasil iniciado no ano de 2012.

Foi lançado no ano de 2012, no município de Fraiburgo/SC o Programa Desenvolvimento Econômico Local (Programa DEL) através da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC). A criação do programa se deu a partir da demanda das associações filiadas e prefeituras catarinenses que necessitavam de um programa específico para o desenvolvimento econômico local, voltado principalmente para municípios de pequeno e médio porte (IDEL, 2022).

A metodologia do programa foi criada na Alemanha e desenvolvida a partir do Consenso de Essen, logo após a Segunda Guerra Mundial, no intuito de unir forças entre todos os poderes da sociedade visando a retomada das atividades e o desenvolvimento do local em busca de atingir objetivos em comum, inserindo o agente local como protagonista do sistema.

O Programa DEL tem como princípios o protagonismo dos atores locais (gestão participativa que envolve a sociedade civil com o poder público e privado local), a sustentabilidade (atende as necessidades atuais do município de forma responsável e comprometida em preservar o desenvolvimento sustentável), a diversificação (visa a criação de empresas dos setores secundário e terciário, investindo na participação e permanência da população local e criando fatores de competitividade), a permanência (assegura estruturas organizacionais permanentes, permitindo que as políticas de desenvolvimento sejam sólidas e contínuas, independente de mudanças na gestão do município) e a política do produto (agrega valor ao destino, investindo na atratividade do mesmo ao público-alvo), conforme demonstra a figura 6.

Figura 6: Princípios do Programa DEL



Fonte: IDEL (2022)

Os bons resultados, obtidos nos primeiros anos do Programa, chamaram atenção de outras Federações do Comércio e em 2015 foi estabelecida uma parceria entre Federação das associações Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) e FACISC, que possibilitou a implementação do Programa DEL nos primeiros municípios gaúchos. Entre 2012 e 2022, o Programa DEL já atendeu e atua em mais de 30 municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, “permitindo aos municípios participantes utilizar suas forças endógenas para promover seu desenvolvimento econômico de forma sustentável” (IDEL, 2022, p. 8), ampliando a sua atuação no estado de Santa Catarina, onde foi incorporado como um programa de governo,

fazendo-se presente em 61 municípios daquele estado através do programa Gente Catarina (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2022).

Em 2017, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte (SENAC RN) aderiu como 3º parceiro ao programa DEL por meio de uma cooperação entre as federações comerciais desses estados (Fecomercio e Facisc) em conjunto com o Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha (BMZ, sigla em alemão) e as entidades empresariais alemães BBW e SEQUA. A metodologia foi adaptada às necessidades de muitos municípios potiguares que lançou em janeiro de 2019 o Programa DEL Turismo, uma solução para municípios que tem o turismo como principal fonte de renda ou pretendem fortalecer esse setor de sua economia.

Desde 2019, o DEL do RN esteve presente em 9 municípios do estado, com o DEL tradicional nos municípios de Assu e São José de Mipibu e com o DEL Turismo nos municípios de São Miguel do Gostoso (3 contratos), Tibau do Sul (3 contratos), Parnamirim, Tibau, Galinhos, Porto do Mangue e Apodi. O Programa DEL Turismo tem parceria com a Fundação holandesa Green Destinations e incentiva os destinos participantes do Programa a monitorar o caminho à sustentabilidade através da certificação.

O Programa DEL Turismo atua através dos conselhos municipais de Turismo e de Câmaras Técnicas criadas a partir da necessidade local, onde a formulação de projetos é realizada através de membros do poder público, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade com foco no planejamento das ações de maneira participativa e democrática.

2.3 PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES E PROTAGONISMO

O papel dos residentes no desenvolvimento do turismo possui significativa relevância no processo de planejamento e na percepção dos impactos positivos e negativos ocasionados pelo turismo, observados os pontos referentes às oportunidades e aos benefícios ou custos advindos da atividade turística seja para os residentes, turistas ou trabalhadores do turismo que, porventura, migrem para as localidades em busca de trabalho, o que Beni (2007) explica como uma inter-relação existente entre três grupos, sendo um grupo receptor (comunidade) e dois grupos migrantes (turistas e trabalhadores temporários).

Há um aspecto importante a ser abordado quando fala-se sobre percepção dos residentes referente à relação que este tem com a localidade em que vive. Para o envolvimento com as ações do local, há que existir por parte da comunidade um sentimento de pertencimento

compreendido como apego ao lugar. Woosnam e Aleshinloye (2015) referem-se ao tema explicando que apego ao lugar está ligado a participação de um indivíduo em sua comunidade, desenvolvendo um vínculo emocional com o espaço em que vive.

O apego ao lugar está diretamente ligado ao comportamento humano, relaciona-se ao vínculo criado pelas pessoas a outras pessoas ou ao lugar em que vivem, criando laços de afetividade e emocionais (SILVA, CHAGAS E MARQUES JÚNIOR, 2016) com o local em que a pessoa decide morar, estando esta decisão voltada para o apego e o tempo em que vive na comunidade, o sentimento de pertencimento, localização, poder de atratividade da localidade (LIMA E BONFIM, 2009), assim como aos ganhos advindos de atividades econômicas (GURSOY; RUTHERFORD, 2004; JUROWSKI et al, 1997; BOLEY et al, 2018) ou ainda estando relacionado às raízes (simbolismo) projetadas através de lembranças e memórias criadas, gerando o sentimento de pertencimento ao lugar (WILLIAMS, et al, 1992), entre outros aspectos.

No turismo, a percepção do residente refere-se à opinião e avaliação de que os moradores locais têm sobre o impacto do turismo em sua comunidade. É importante compreender a percepção do residente no turismo, uma vez que a atividade pode ter efeitos sobre as comunidades locais, tanto positivos quanto negativos.

Entre o turismo e o residente podem ser percebidas relações diversas, dentre as quais se destacam as relações existentes entre os setores ambiental, social, cultural e econômico (DIAS, 2003; LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008; BENI, 2007; BUHALIS, 2000). É voltado para esta visão que a presente tese se debruça, pensando na maneira que os residentes visualizam e percebem os benefícios ou malefícios da atividade turística.

Na área ambiental os efeitos são significativos em relação a preservação ou não preservação da natureza. Há possibilidade de o residente sentir os efeitos da degradação através do mau uso da oferta natural, bem como dos recursos disponíveis de água, energia, solo, desmatamentos para construção de empresas turísticas, o que pode afetar diretamente a fauna local (LOHMANN E PANOSSO NETTO, 2008) contudo, a valorização e preservação de áreas naturais, assim como estudos de capacidade de carga podem vir a ser realizados em decorrência do turismo (DIAS, 2003).

No campo social pode-se observar problemas de choque cultural, transformação das estruturas de trabalho e comportamento social, mudanças nas condutas morais e valores,

alteração nos padrões de consumo, entre outros impactos (BARRETTO, 2007; DIAS, 2003) contudo, o turismo pode auxiliar o campo social possibilitando, segundo Krippendorf (2003), alternativas para populações que lidam com a pobreza ou localização desfavorável, por exemplo, sendo alternativa para a diminuição do êxodo rural, possibilitando melhor qualidade de vida para os residentes.

No âmbito cultural a comunidade pode perceber a diminuição das atividades tradicionais no intuito de buscar alternativas para outras práticas atraentes para o turismo, havendo possibilidade da perda de identidade local (DIAS, 2003). Ainda assim, pode apresentar aspectos positivos voltados para a preservação e conservação de espaços subutilizados anteriormente como local de interesse turístico (IPHAN, 1967). Além de patrimônio material, o turismo pode auxiliar no patrimônio imaterial, como afirmam Savoldi (1998) e Lópes (2004), fortalecendo comunidades a desenvolver e apresentar danças, costumes, alimentos, artesanatos típicos, favorecendo o engajamento da comunidade, apreciação e apropriação de sua cultura

Na esfera econômica, o deslocamento do turista amplia o fluxo financeiro através das oportunidades geradas de trabalho formal ou informal, além da ampliação da infraestrutura local com foco na demanda de visitantes, podendo sofrer os impactos da sazonalidade, diminuindo a geração de renda (MOESCH, 2012).

Os residentes podem avaliar positivamente o turismo se perceberem que ele traz benefícios psicológicos, sociais e culturais para a comunidade, como a criação de empregos, o aumento da renda, o desenvolvimento de infraestrutura e a preservação do patrimônio cultural e natural. No entanto, se os moradores sentirem que os negativos do turismo superam os benefícios, sua percepção pode ser negativa. Esses efeitos negativos podem incluir aumento de preços, congestionamento de tráfego, aumento de problemas sociais como tráfico e consumo de drogas, perda da identidade cultural e aumento da prostituição com turismo sexual.

Compreende-se que a percepção do residente acerca do turismo pode ser identificada de várias formas, sendo definida com comportamentos, opiniões, sugestões e atitudes por parte de uma comunidade (Xavier, 2007), fazendo com que as experiências ou expectativas dos residentes contribuam para a valorização da identidade e cultura local, uma vez que a relação existente entre a comunidade e os visitantes acontece inevitavelmente quando há turismo no local, podendo gerar impactos que podem ser apresentados de diversas formas.

[...] se manifestam em elementos, entre eles podemos citar na simples presença de turistas; na compra de terras e negócios pelos visitantes; na imitação que é realizada pelos anfitriões do comportamento e modelo de despesas dos visitantes; nas modificações na estratificação social; e na rejeição dos visitantes. (PÉREZ, 2009, p. 91)

Para que haja de fato desenvolvimento do turismo, é necessário que o residente perceba a atividade como positiva, extraíndo dela os benefícios para o local, caso contrário, a comunidade pode se incomodar com o fluxo constante de pessoas estranhas em seu espaço, o que é uma realidade em Barcelona (Espanha), em que Panosso Netto et al (2021) afirmam que há um sentimento de repulsa aos turistas por parte da população, condicionado pelo comportamento inadequado dos turistas, fluxo constante de pessoas, aumento dos preços de imóveis, causando gentrificação, fenômeno que afasta os residentes das áreas centrais urbanas, destinando-os à periferia, entre outros.

Santana (2009, p. 154), reforça a relação entre comunidade e turistas afirmando que “embora, os atores e cenários sejam muitos, os principais afetados pela atividade turística são as pessoas que moram nas áreas receptoras de turismo”. Salienta-se outrossim, que os impactos gerados pelo turismo podem ser positivos ou negativos, contudo, eles existirão de uma maneira ou de outra.

A percepção do residente pode ser avaliada através de pesquisas de opinião e consultas comunitárias. Os resultados dessas estimativas podem ser usados para desenvolver políticas e práticas de turismo mais eficientes e equilibradas, que atendem tanto às necessidades dos visitantes quanto dos residentes.

Percebe-se nas abordagens apresentadas que as questões existentes entre residentes e turistas permeiam os pontos que envolvem ambas as necessidades: Para o turista, o local demandado deve oferecer opções de atratividade e infraestrutura adequadas e para o residente, o turismo deve oferecer benefícios a ponto da comunidade julgar interessante a recepção de visitantes. A questão encontra-se no equilíbrio da atividade para turistas e residentes. Havendo planejamento, organização e ordenamento do turismo através do envolvimento dos diversos atores locais, onde estes não se sintam à margem da atividade turística, mantendo sua qualidade de vida e sendo contemplados com os benefícios que o turismo possa proporcionar, os residentes poderão estar satisfeitos com a localidade em que vivem para que assim o turista possa usufruir daquilo que a comunidade possui.

O envolvimento dos residentes no processo de planejamento e gestão do turismo é fundamental para garantir um turismo mais responsável e sustentável a longo prazo, sendo apresentada a seguir as questões voltadas à sustentabilidade.

2.4 SUSTENTABILIDADE

O tema sustentabilidade vem sendo abordado com frequência na conjuntura da sociedade contemporânea (DIAS, 2003). Inicialmente associado às questões ambientais, a abordagem foi ampliada, abarcando as áreas ambiental, social, cultural, econômica (SACHS, 2004), estando estas quatro áreas presentes na discussão desta tese. Pode-se encontrar na teoria outras dimensões ligadas ao tema como a sustentabilidade política, psicológica e espacial (MENDES, 2009) áreas importantes e necessárias para a observação do desenvolvimento sustentável, porém nesta narrativa, essas abordagens não foram investigadas.

Estando em destaque nas últimas décadas, sobretudo em se tratando das questões ambientais, Calmon de Passos (2009) enfatiza que a preocupação com esta temática não é recente e diversos fatores históricos contribuíram para sua abordagem em um aspecto global.

Diante disso, pode-se entender por sustentabilidade como sendo a capacidade de equilíbrio entre as questões ambientais, culturais, sociais e econômicas visando o não comprometimento das necessidades das gerações futuras, conforme previa o Relatório de Brundtland de 1983 (JAPIASSÚ E GUERRA, 2017), usando de forma responsável os recursos naturais e humanos. A utilização e extração de recursos naturais como a produção de alimentos e geração de energia podem gerar impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade como poluição do ar, degradação do solo, perda de biodiversidade e mudanças climáticas, resultantes da exploração excessiva de tais recursos.

Neste contexto, o debate sobre a temática ambiental internacional ganhou notoriedade pelas conferências da Organização das Nações Unidas – ONU, citando como destaque para o amadurecimento das discussões: A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia em 1972 (LAGO, 2006); Conference of the Changing Atmosphere em Toronto, no Canadá em 1980 (WEART, 2003); Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC em 1989 (LAGO, 2006); First Assessment Report em Sundsvall, na Suécia em 1990 (SCHLEICHER, 2006); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, no Brasil em 1992; Convenção da Diversidade Biológica

– CDB, no Brasil em 1992; e Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul em 2012 (LAGO, 2006).

Vale ressaltar que o início das tratativas acerca da preocupação com o meio ambiente surgiu com ênfase entre as décadas de 60 e 70 (DIAS, 2008), a partir do relatório elaborado pelo Clube de Roma, em 1972, intitulado “Os limites do crescimento”. O referido relatório colocava em atenção a questão do alto consumo dos recursos naturais e avanço da industrialização, tema que permeava as discussões entre os membros do Clube de Roma desde meados da década de 60, o que despertou a ONU para a inclusão do tema na pauta da Conferência de Estocolmo. No período entre 1961 a 1971, U. Thant, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, fez um alerta para a defesa do meio ambiente abordando a iminência de uma crise de proporções mundiais englobando países em desenvolvimento como os desenvolvidos (CALMON DE PASSOS, 2009).

Com intuito de avaliar os 10 anos da Conferência de Estocolmo, Oliveira (2012) explica que foi em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD pela Assembleia Geral da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, sendo apresentado, no ano de 1987 o documento conhecido como Relatório Brundtland, que leva o nome da referida primeira-ministra com o título “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum) que apresentou um olhar novo sobre o desenvolvimento, afirmando que este seria o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A pesquisadora cita também que foi a partir deste documento que criou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, inserindo em seus pilares questões que iam além das preocupações com o ambiente, pois apresentava os temas cultura e economia como parte do todo, apresentando uma ideia de que estes três pilares deveriam ser observados e respeitados para que se chegar ao desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável é baseado em três pilares principais: o ambiental, social e econômico (BARBIERI, 2011). Eles devem ser integrados e equilibrados para que haja de fato o desenvolvimento, não levando em consideração lucro econômico em detrimento da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente a conservação dos recursos naturais.

Tendo em vista a promoção da sustentabilidade, é necessário que se adotem práticas e tecnologias que minimizem o impacto ambiental e social das atividades humanas através de

utilização de fontes de energias renováveis, redução do consumo excessivo de recursos, desenvolvimento de tecnologias limpas, proteção da biodiversidade e fomento a práticas justas e equitativas no intuito de incentivar a conscientização e mudança de comportamento dos indivíduos através da educação ambiental (ONÇA, 2011), participação cidadã com a adoção de hábitos de consumo responsáveis como a reciclagem, reutilização de materiais, incentivo à agricultura sustentável, promoção de políticas de inclusão social e de redução de desigualdades (BRITO & SILVA, 2017).

Ao promover o desenvolvimento sustentável, é possível garantir um futuro mais justo e equilibrado para as gerações presentes e futuras, preservando os recursos naturais e criando condições para que as pessoas possam ter uma vida digna e próspera. Nesse sentido, a ONU atua com metas, práticas e ações voltadas para o tema. Uma das iniciativas foram as diretrizes elaboradas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015), como apresenta a figura 7.

Figura 7 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Brasil (Mtur – ODS, 2017, p. 2).

Nos ODS (ONU, 2015), são abordadas dezessete metas a serem atingidas até o ano de 2030, especialmente para países em desenvolvimento. As metas estão baseadas, nesta interpretação, dentro das quatro dimensões da sustentabilidade, com foco na preservação e bom uso dos recursos naturais, promoção da inclusão social, conservação da cultura e utilização adequada dos benefícios econômicos, conforme explica melhor o entendimento no quadro 2:

Quadro 2: ODS (ONU, 2015) e as dimensões da sustentabilidade

OBJETIVO	DESCRIPTIVO	DIMENSÃO
1 – Erradicar a pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Social
2 – Erradicar a fome	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	Social/Ambiental
3 – Saúde de qualidade	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	Social
4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Social
5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Social/Cultural
6 – Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos	Ambiental
7 – Energias renováveis e acessíveis	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia	Ambiental
8 – Trabalho digno e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	Social/Econômica
9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	Econômica
10 – Reduzir as desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Social/Cultural
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Social/Cultural
12 – Produção e consumo sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	Ambiental
13 – Ação climática	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos	Ambiental
14 – Proteger a vida marinha	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Ambiental
15 – Proteger a vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	Ambiental
16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Social
17 – Parceria para implementação dos objetivos	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	Ambiental

Fonte: Dados do estudo, adaptado de Agenda 2030 (ONU, 2015).

No quadro 2, buscou-se mostrar em que dimensões da sustentabilidade os ODS (ONU, 2015) se enquadram como forma de compreender a visão dos objetivos e a compreensão de sua atuação. O MTur (BRASIL, 2019, p. 3-4) elaborou um documento apresentando como os ODS podem se aplicar ao turismo, que será apresentado em resumo:

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. O turismo pode atuar promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico em seus diversos níveis através da criação de empregos, auxiliando na redução da pobreza e promovendo abertura de pequenos negócios;

ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Nessa área, o turismo pode incentivar a produção agrícola e a venda dos produtos nos destinos, além de promover o agroturismo para complementar as atividades tradicionais, permitindo mais possibilidade de ganhos e de consciência para a população, agregando valor à experiência turística.

ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A contribuição do turismo pode causar um efeito indireto sobre a saúde e o bem-estar da população através do investimento público nessas áreas resultante das divisas geradas pelo turismo.

ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O setor turístico pode fornecer incentivos a serem investidos na educação e formação profissional. Mulheres, jovens, idosos, povos indígenas e pessoas com deficiência podem se beneficiar diretamente, uma vez que o turismo tem potencial para promover a inclusão.

ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A atividade turística abre a possibilidade de empoderamento das mulheres através da geração de emprego e criação de oportunidades de empreendedorismo.

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. O turismo pode desempenhar um importante papel no acesso e segurança da água, assim como na higiene e saneamento básico através do uso eficiente da água, com medidas de segurança voltadas para o gerenciamento de águas residuais, controle de poluição e eficiência em tecnologia.

ODS 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. O turismo pode acelerar a mudança da energia tradicional para a energia renovável, fomentando a abertura de empresas que utilizem energia sustentável e utilizar esse viés para sensibilizar o turista e residentes para as práticas sustentáveis, através de soluções inovadoras para as diversas áreas do território.

ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Sendo uma força motriz do crescimento econômico global, o turismo permite oportunidades de trabalho decente envolvendo toda a sociedade.

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Para o desenvolvimento do turismo é necessário que haja boa infraestrutura pública e privada e que estes disponham de um ambiente inovador, podendo incentivar os governos nacionais a melhorar a sua infraestrutura e a modernizar suas indústrias de modo a torna-las mais sustentáveis e eficientes por meio de recursos limpos, atraindo turistas e fontes de investimento estrangeiros.

ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Envolvendo a população local no processo, o turismo pode ser um instrumento de redução de desigualdades regionais, contribuindo para a renovação urbana e o desenvolvimento rural, proporcionando às comunidades prosperarem em seu local de origem.

ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Tendo como referência a ideia de que o local deve ser bom primeiro antes para a população para poder ser agradável ao turista, o turismo sustentável pode contribuir para a infraestrutura e pode promover a regeneração de áreas degradadas, preservando o patrimônio natural e cultural.

ODS 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Neste objetivo, o turismo pode atuar com práticas de produção e consumo sustentáveis tendo em vista seu papel na sustentabilidade. Dessa maneira, o turismo atuaria através do desenvolvimento e implementação de ferramentas de monitoramento dos impactos, gerando emprego, promovendo a cultura e os produtos locais.

ODS 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Esse deve ser um interesse próprio do setor em atuar com liderança na resposta global às mudanças climáticas através da diminuição do consumo de energia e migração para fontes de energias renováveis.

ODS 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. O turismo deve atuar participando da gestão integrada da zona costeira auxiliando na conservação e preservação de ecossistemas marinhos frágeis e na promoção da economia azul.

ODS 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Os turistas visitam os destinos especialmente por sua atratividade, seja ela natural ou cultural. Sendo assim, o turismo tem um papel fundamental na conservação e preservação da biodiversidade e no respeito aos ecossistemas terrestres, esforçando-se em reduzir o desperdício e o consumo excessivo.

ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Devido a troca cultural existente no turismo, o setor pode promover tolerância e compreensão, estabelecendo bases para uma sociedade mais pacífica, além de poder proporcionar o fortalecimento de identidades culturais e estimular atividades empresariais, ajudando a prevenir a violência e o conflito, fomentando a paz nas localidades.

ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Por ser multissetorial, o turismo é capaz de fortalecer parcerias público-privadas sendo estas bases necessárias para o desenvolvimento da atividade.

A partir deste resumo, pode-se compreender o papel do turismo e a sua aplicabilidade dentro dos ODS (ONU, 2015), uma vez que julga-se interessante a participação do turismo atuando como um agente de fomento à sustentabilidade com vistas a ajudar na erradicação da pobreza, na proteção do planeta e na garantia do bem-estar da população em consonância com a preservação da cultura e do ambiente.

2.4.1 Programa e Certificação de Turismo responsável e Sustentabilidade

2.4.1.1 GSTC – Conselho Global de Turismo Sustentável

O tema sustentabilidade permeia as discussões voltadas para o campo do turismo, havendo vertentes que acusam a atividade como responsável pela degradação local voltada para os aspectos da sustentabilidade

O Global Sustainable Tourism Council (Conselho Global de Turismo Sustentável – GSTC) é uma instituição de abrangência internacional independente e sem fins lucrativos, que estipula e regula os padrões universais para viagens e turismo sustentável, denominados como “critérios GSTC”, direcionados para destinos e operadores turísticos (GSTC, 2013).

Os Critérios GSTC resultam de um empenho global, iniciado em 2007, com a finalidade de elaborar uma linguagem mundial acerca da sustentabilidade no turismo (MARGONI e MENEGUEL, 2016). Os referidos critérios são agrupados em quatro pilares: gestão sustentável, impactos socioeconômicos, impactos culturais e impactos ambientais, baseados no entendimento de que cada destino turístico tem características próprias relacionados à natureza, cultura, costumes e leis, devendo ser adaptados às condições locais.

O GSTC atua de modo a validar entidades certificadoras do turismo sustentável e credencia programas de certificação e/ou selos de turismo sustentável, que segundo sua norma de certificação, estejam alinhados com os critérios GSTC, tornando estas entidades acreditadas para implementar seus programas de reconhecimento da sustentabilidade (GSTC, 2013).

Uma instituição acreditada pelo GSTC passa por uma verificação rigorosa, tendo como parceira a Assurance Services International (Serviços de Garantia Internacional. ASI, sigla em inglês) em que a ASI atesta que o organismo de certificação outorga a certificação às empresas, de acordo com procedimentos seguem os padrões internacionais e as boas práticas esperadas (GSTC, 20??). Estas instituições podem usar o logotipo GSTC, uma destas instituições é a Green Destinations, que será melhor abordada a seguir.

2.4.1.2 Green Destinations

As ações e programas voltados à sustentabilidade são importantes e necessários para o desenvolvimento sustentável, para isso existem programas de certificação turísticas de sustentabilidade, entre eles, está a Green Destinations.

A Green Destinations é uma Fundação holandesa, acreditada pelo GSTC, que atua na certificação de empresas e destinos sustentáveis.

A Green Destinations (GD) é uma organização sem fins lucrativos, que tem o objetivo de certificar hotéis e destinos de todas as dimensões e oferecer um leque de ferramentas para aumentar a sustentabilidade ambiental no turismo. A GD foi fundada dia 30 de abril de 2014, por Albert Salman e Suzanne van der Veeke na conferência ESTC (Conferência Internacional do Ecoturismo) em Bonito (Brasil), onde foi igualmente anunciada a norma GD (conjunto de 37 critérios para reconhecimento de sustentabilidade) como sendo uma certificação dos destinos turísticos. Assim, a GD enquadra-se como uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver e reconhecer os destinos sustentáveis. Esta empresa trabalha para melhorar o destino turístico nas suas práticas para serem mais sustentáveis e, reforçarem a sua qualidade, beneficiar de uma comunidade de destinos verdes, através de *stakeholders*, representantes e destinos. (MENDONÇA, 2022, p. 21).

O programa de certificação é baseado em um conjunto de critérios de sustentabilidade que abrangem aspectos como a gestão ambiental, a conservação da natureza, a proteção do patrimônio cultural, a promoção do turismo sustentável, a inclusão social e a governança local.

As localidades que desejam obter a certificação Green Destinations devem preencher um questionário online que avalia o seu desempenho em relação aos critérios de sustentabilidade. O questionário é revisado por um auditor independente que verifica as informações fornecidas e realiza uma avaliação *in loco* para verificar a conformidade com os critérios (GREEN DESTINATIONS, 2022).

Os destinos que atendem aos critérios recebem uma certificação que pode variar entre bronze, prata e ouro, dependendo do nível de desempenho alcançado. A certificação é válida por dois anos e deve ser renovada periodicamente para garantir que o destino continue a seguir as melhores práticas em termos de sustentabilidade. Atualmente o Estado do Rio Grande do Norte possui dois destinos certificados com selo prata: Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso.

Além da Certificação, Mendonça (2022) relata que a Green Destinations conta com o Programa Top 100, onde são abertas inscrições para submissão de histórias de sustentabilidade pertencente a seis eixos: Soluções para a gestão do destino, natureza e cenário, ambiente e clima, cultura e tradição, comunidades prósperas e negócios e marketing.

No Brasil, 6 municípios possuem a certificação Green Destinations, todos eles participantes do programa DEL Turismo e DEL, sendo eles: Tibau do Sul (Categoria A) – Selo Prata 2020 e São Miguel do Gostoso (Categoria B) – Selo Prata 2021, ambos no estado do Rio Grande do Norte, aguardando a revalidação do selo para 2023; Orleans (Categoria D) – Selo Bronze 2022 e Bombinhas (Categoria A) – Selo Prata 2022, ambos do estado de Santa Catarina. Outros dois destinos brasileiros catarinenses também receberam a certificação Green

Destinations: Treze Tílias – Selo Bronze 2022, Itá – Selo Prata 2022, estes não estão mencionados na pesquisa por fazerem parte do programa DEL e não do DEL Turismo. A informação é importante de ser mencionada uma vez que como relatado no decorrer da presente tese, programas de gestão do turismo são importantes para direcionar a atividade turística e buscar a preservação visando o desenvolvimento local sustentável.

2.4.2 Dimensões da Sustentabilidade

Para uma análise das dimensões da sustentabilidade, foram aplicadas as quatro dimensões contidas no objeto de estudo: as dimensões ambiental, cultural, social e econômica. O assunto será exposto através do desenvolvimento em cada área.

2.4.2.1 Desenvolvimento Ambiental

O turismo é uma atividade que necessita de espaços naturais ou modificados pelo homem para acontecer e é comum identificar na literatura pesquisadores abordando a temática do turismo em áreas naturais como sendo geradora de impactos negativos, ainda que haja a defesa da abordagem da sustentabilidade como uma das formas resolutivas para esta causa, uma vez que a prática sustentável prioriza as orientações voltadas à não destruição dos espaços em que os seres vivos dependerão do seu futuro para existir.

O turismo no meio ambiental, quando realizado de forma não sustentável pode causar fortes impactos, alguns até irreversíveis, especialmente se tratando de natureza, o que pode acarretar na superação dos impactos negativos aos positivos. Referindo-se a impactos, RUSCHMANN (2004, p.34) explica que estes são “consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de Turismo provocam diferentes impactos, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem”.

De acordo com Dias (2003, p. 100): “[...] uma lista dos impactos ambientais provocados pelo turismo será sempre incompleta pela diversidade de efeitos que a atividade provoca no meio ambiente, daí a necessidade de monitoramento permanente”. Esses impactos podem ser reversíveis, se identificados no seu início ou irreversíveis quando não se percebe ou já não há mais maneiras para sua reversão, o que pode acontecer em destinos sem a devida percepção do desenvolvimento turístico. Segundo Cooper et al (2001) “As formas inferiores e mal concebidas de desenvolvimento do Turismo também destroem ambientes naturais insubstituíveis, cujos

benefícios reais e a longo prazo podem não ter sido adequadamente avaliados” (COOPER et al, 2001, p. 96). Tal fato abre uma lacuna imensurável por se tratar de ambientes naturais que, mesmo havendo a possibilidade de restauração, não manterá os seus aspectos de autenticidade iniciais.

No turismo os impactos são gerados devido ser considerado para o turista como um espaço de liberdade, livre de regras, fazendo com que o visitante não se sinta responsável por qualquer dano causado, o que está diretamente ligado ao comportamento do turista no destino, pois “[...] um ambiente estranho muitas vezes atua como um libertador sobre o turista, o qual demonstra um comportamento que, em seu país, no meio familiar ou no trabalho, seria qualificado de incomum e sofreria sanções”. (KRIPPENDORF, 2003, p. 55).

Alguns visitantes podem não demonstrar interesse, ou de fato não se preocupar com os problemas gerados a uma comunidade por desejar apenas aproveitar os momentos vividos, sem pensar como esse comportamento pode afetar negativamente locais e pessoas que vivem ou não do turismo, pois eles voltam para seus locais de origem e não se dão conta do agravo que possam ter causado. Contudo, o turismo não deve ser considerado responsável por todos os impactos negativos causados ao ambiente natural, pois existem diversas questões que podem ocasionar problemas ao meio ambiente como queimadas feitas por agricultores para uma nova safra, desmatamento para comercialização de madeira ou causado pela especulação imobiliária, “o vazamento de óleo de um navio no mar, [...], provoca mais danos à flora e à fauna marinhas do que milhares de turistas na praia em um final de semana”. (RUSCHMANN, 2004, p. 56).

Composto por recursos naturais natural, o meio ambiente dispõe de uma gama de atrativos naturais que podem ser utilizados pelo turismo como águas terapêuticas, praias, lagos, terras, montanhas, clima, ar puro. Com o crescimento das áreas urbanas, é mais comum a procura do turista por espaços diferentes daquele em que vive, ampliando a demanda por áreas naturais. Swarbrooke (2000, p.84) afirma que “O Turismo e o meio ambiente estão intrinsecamente ligados e são interdependentes. Se o Turismo continuar a crescer, teremos que encontrar formas de melhorar a relação entre os dois e torná-lo mais sustentável”. A ideia do autor se sustenta na percepção de que o turismo apresenta impactos positivos e negativos ao meio ambiente por estarem intrinsicamente ligados, todavia existem alternativas por parte do turismo para que, ao invés de degradação haja proteção do meio natural, sendo uma alternativa para sua preservação e conservação o incentivo financeiro proporcionado através do turismo, especialmente ao que concerne à gestão pública.

“[...] o Turismo pode ser benéfico ao meio ambiente natural quando oferece uma motivação para a sua conservação. Sem o incentivo financeiro para essa conservação, representado pelo Turismo, muitos órgãos do setor público provavelmente dariam menos atenção à proteção do meio ambiente natural. Swarbrooke (2000, p.78)

Tendo em vista a oportunidade gerada pelo turismo associado à questão econômica, ele é visto com bons olhos pelos governantes e empresários, dessa maneira, o fenômeno turístico tanto pode contribuir para a preservação dos recursos naturais, como pode ser uma ameaça a preservação dos mesmos, caso sejam utilizados sem planejamento.

A valorização dos recursos naturais se funde ao turismo quando há a necessidade de preservação do espaço para que o atrativo comercializado possa permanecer um chamariz, como é o exemplo de áreas que ofertam observação de pássaros, golfinhos, tartarugas, baleias, entre outros projetos ligados à educação ambiental e preservação de espécies.

Contudo, faz-se necessário mencionar que da mesma maneira que o turismo pode atuar de maneira a preservar espaços e espécies, pode trazer com ele a caça e pesca predatória, erosão causada pelo assoreamento no leito dos rios, a poluição sonora causada pelo aumento de veículos, assim como pela presença humana com “ruídos que assustam animais e provocam sua fuga de ninhos e refúgios [...]”(RUSCHMANN, 2004, p. 64), ou até a alimentação de animais, afetando sua alimentação natural, o que pode causar doenças e provocar até a morte das espécies; degradação do espaço pela coleta de corais no mar ou de estalagmites e estalactites em cavernas e grutas, seja diretamente pelo turista ou pelos autóctones na intenção de criar souvenirs para comercialização; poluição do ar causada através da emissão de gases poluentes originados pelos veículos; poluição das águas, poluição causada por resíduos, alguns deles até irreversíveis como é o caso de esgotos que desembocam nos mares, rios e lagoas sem tratamento; no meio rural o turismo pode causar destruição de plantações quando expostas a visitação, pelo risco de incêndios ocasionados por cigarros ou por fogueiras acesas, entre tantos outros aspectos, como o acúmulo de lixo e o descarte irresponsável.

Essa exploração desenfreada esconde duas evidências: as belezas da natureza certamente são bens gratuitos, o que não significa que estão disponíveis em quantidades ilimitadas. Por outro lado, sua qualidade e atratividade, não são garantidos para a eternidade. Qualquer operação de uso indevido causa danos permanentes. É óbvio que a indústria turística ignora essas verdades duras. (Krippendorf, 1977, p. 48 – Tradução nossa).

É bem verdade que esses são problemas que já podem estar presentes nos lugares sem a presença do turista, porém podem ser acentuados tendo em vista o aumento do quantitativo de pessoas nas localidades.

Convém mencionar aspectos indiretos citados por Cooper et al (2001) quando refere-se ao aumento da indústria da construção impulsionado pela construção de hotéis, assim como os efeitos gerados, por exemplo, por pedreiras que abastecem os construtores e pelo sistema de transporte necessário à logística destes. É válido citar que, a construção de resorts, por exemplo, geralmente localizados em áreas naturais, são comercializados com o apelo de oferecer o contato com áreas desconhecidas ou exóticas, enfatizando a natureza, oferecendo práticas de esportes náuticos, realização de passeios e trilhas ecológicas, contato com a natureza ou descanso, uma realidade conflitante pela possibilidade de degradar os espaços, ainda que sua comercialização apresente o contrário.

Ainda que com todos os impactos negativos que possam ser gerados, há por outro lado impactos positivos decorrentes do subsídio de custos com a conservação do espaço natural (BELTRÃO, 2001). Eles podem ser evitados ou reduzidos através de um planejamento turístico integrado, considerando aspectos existentes no planejamento, estes sendo de mercado, econômicos, financeiros, técnicos e coordenação de território, aliados ao planejamento ecológico (CASAROLA, 2003). Nesta visão, Valls (2006) complementa que o planejamento sustentável do turismo pode ser que gere conflitos em sua implementação e desenvolvimento, mas será compensado no futuro através de uma rentabilidade a longo prazo. RUA (2006) afirma que os efeitos do desenvolvimento do turismo são complexos e necessita de ação conjunta por parte da iniciativa privada e das ações governamentais, acrescentando a estas áreas o poder da sociedade civil.

Há questões divergentes e contraditórias ao relacionar o turismo ao meio ambiente, contudo, quando estas questões estão aliadas ao planejamento do espaço, os danos podem ser minimizados e até ocorrer o efeito inverso (DIAS, 2003; MOLINA, 2001, BENI, 2007; RUSCHMANN, 2008). Áreas até então abertas podem vir a ser preservadas e espaços de exploração podem iniciar um processo de uso consciente, como o caso dos geoparques, utilizados também com fins turísticos (UNESCO, 2021).

Sendo assim, considerando os diversos impactos negativos que possam ser ocasionados para a área ambiental através do turismo, a atividade pode ser uma via de soluções estando em

voga o planejamento turístico e a visão de sustentabilidade para que haja equilíbrio entre o potencial a ser ofertado e a demanda de visitantes. Segundo RUA (2006), os efeitos do desenvolvimento do turismo são complexos e necessita de ação conjunta por parte da iniciativa privada e das ações governamentais, acrescentando a estas áreas o poder da sociedade civil.

2.4.2.2 Desenvolvimento Cultural

As abordagens acerca da cultura são diversas e estão relacionadas a aspectos naturais e sociais de uma comunidade, região ou nação. Santos (2006) fala da cultura através de duas concepções: Uma ligada à existência social de um povo e a outra ligada ao conhecimento e crenças contidos na vida social.

A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação" ou então de grupos no interior de uma sociedade. [...] o sentido em que se fala de cultura é o mesmo: em cada caso dar conta das características dos agrupamentos a que se refere, preocupando-se com a totalidade dessas características, digam elas respeito às maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais. [...]Vamos à segunda. Neste caso, quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Observem que mesmo aqui a referência à totalidade de características de uma realidade social está presente, já que não se pode falar em conhecimento, ideias, crenças sem pensar na sociedade à qual se referem. O que ocorre é que há uma ênfase especial no conhecimento e dimensões associadas. Entendemos neste caso que a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio, da vida social. (SANTOS, 2006, p. 08-09)

Em se tratando de cultura deve-se relacionar a ela aspectos materiais e imateriais presentes no cotidiano do indivíduo e na sociedade em que está inserido, como afirma Menezes (2002, p. 89)

A cultura engloba tanto aspectos materiais como não-materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando.

Assim, pode-se associar à cultura tudo aquilo que estiver ligado à vida humana e a maneira de como a humanidade se organiza tendo em vista a melhoria do seu bem-estar pessoal, social ou em família, relacionando-os ao meio em que vivem, aos saberes adquiridos, manifestações populares ligadas ao patrimônio imaterial e objetos (patrimônio material) que

contam a história de determinada sociedade, seus períodos vividos e evolução, constituindo assim a memória de um povo.

A cultura, por estar ligada tão especificamente a questões pontuais, passa a ser atrativa para outras pessoas que não participam dela, ou não têm um acesso direto para tal, despertando a curiosidade em conhecer e vivenciar suas experiências. É neste prisma que aparece o turismo como alternativa para facilitar esta troca e o acesso a este conhecimento.

[...] a expressão turismo cultural encerra carga muito densa de elementos diferenciais - o que pode perceber pelo próprio designativo de seus componentes: turismo, significando, em última análise, a busca de diferenças; e cultura, representando o código mais profundo que revela o modo de ser de uma dada sociedade. (IRVING E AZEVEDO, 2002, p.151)

O turismo cultural caracteriza-se pela busca por estudos, arte, cultura, monumentos, festivais, sítios históricos, sítios arqueológicos, manifestações folclóricas e também peregrinações, como afirma Barretto (2001), explicando que o turismo cultural seria “[...] todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana.”. (Id, 2001, p. 19). Pensamento corroborado por Beni (2001, p. 422) que explica que este segmento do turismo “refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural”. Os autores ora mencionados fazem alusão à elementos e manifestações materiais e imateriais produzidas pelas sociedades, que resultam de um processo histórico onde o que constitui os fatores que identificam localidades e diferenciam regiões ou países são representações materiais e reproduções das ideias de um povo.

Deve-se incluir nestas representações e reproduções os sítios antigos e objetos, grafismos e gravuras arqueológicos, arquitetura histórica e colonial, obras de arte, documentos, manifestações da cultura popular, comunidades tradicionais, idiomas, sotaques, indumentárias, tradições, artesanato, conhecimento popular e tudo que caracterize um grupo ou uma cultura (CASAROLA, 2003).

O turismo tem sido criticado por pesquisadores que admitem que a atividade auxilia no aumento de problemas socioculturais, principalmente em se tratando de comunidades tradicionais. Brown (1998) afirma que os impactos socioculturais do turismo causa efeitos sobre as pessoas, sua qualidade de vida, valores, costumes e crenças, ressaltando consequências negativas associadas ao turismo como aumento da prostituição e da criminalidade, onde ao mesmo tempo assevera que “[...] a propensão do turismo a gerar impactos bons ou ruins

depende muito de quem vai para onde e dos fatores econômicos, políticos e culturais que influenciam as decisões tomadas no destino” (Id, 1998, p. 78. Tradução nossa). Tal afirmação pode ser associada à necessidade de compreender como está a comunidade receptora, podendo ser mais passível de absorver os problemas citados, aquelas localidades que estão mais expostas e vulneráveis a estas questões.

Relacionando o desenvolvimento cultural associado ao turismo, Barretto (2001, p. 75) afirma que “[...] para que patrimônio e turismo possam ter uma convivência saudável, é necessário que haja planejamento, o que inclui controle permanente e replanejamento”, sugerindo uma intervenção profissional consciente das necessidades locais onde se pense no local como um todo, compreendendo suas singularidades e necessidades, analisando os potenciais existentes e seus limites com a finalidade de propor uma atividade turística que não os prejudique, uma vez que o turismo cultural abarca todos os panoramas de uma viagem, onde as pessoas aprendem sobre os costumes e particularidades do outro (McINTOSH, 2000).

Estudos turísticos relatam a presença da aculturação gerada pelo turismo no que concerne a prática mais agressiva da atividade: o turismo de massa (BRUSADIN E SILVA, 2012). Este segmento do turismo é compreendido como uma prática que pouco valoriza e respeita a cultura local, podendo ser nociva ao destino que gera essa demanda, responsabilizando por vezes o turismo de ser uma prática predatória. O turismo de massa é um segmento do turismo que possibilita aos turistas o acesso a espaços muitas vezes não respeitando a capacidade de carga do lugar (DIAS, 2003), onde essa deveria ser definida pelos órgãos públicos competentes. Dessa maneira, os destinos não organizados e planejados turisticamente tornam-se vulneráveis a impactos negativos, sendo os verdadeiros responsáveis pela prática predatória da atividade.

A ausência de organização e planejamento do espaço pode permitir que o turismo venha a ser nocivo para o destino, podendo acarretar uma possível mudança e até desaparecimento de atrações turísticas culturais que tenham sido chamarizes do turismo em uma perspectiva inicial.

Não pode haver dúvida de que as áreas turísticas são dinâmicas, que evoluem e se modificam ao longo do tempo. Esta evolução é provocada por uma variedade de fatores, incluindo mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes, a deterioração gradual e substituição de instalações físicas e facilidades possíveis, e a mudança (ou mesmo desaparecimento) das atrações originais naturais e culturais que foram responsáveis para a popularidade inicial da área. Em alguns casos, quando essas atrações permanecem, elas podem ser utilizadas para fins diferentes ou vir a ser considerados como menos

significativos em comparação com atrações importadas. (Butler, 1980, p. 01 – Tradução nossa).

Plog (1972) afirma que os turistas aloclétricos são facilmente atraídos pela questão cultural e que estes turistas são responsáveis pela disseminação inicial do destino, o que pode ser modificado no decorrer da evolução do local enquanto destino turístico onde, na fase de estagnação, dada a gama de atrativos turísticos locais, as atrações culturais podem ser substituídas por atrações importadas ou artificiais (BUTLER, 1980).

A preocupação com a cultura relacionada ao turismo vem se estendendo há décadas, assim como o entendimento de que o turismo pode ser um forte instrumento para a conservação e preservação de áreas culturais, como citam Brusadin e Silva (2012), quando se referem à Europa e sua preservação cultural tendo o turismo como aliado. Os autores apresentam parte do documento das Normas de Quito (1967) que trata-se do resultado de uma reunião ocorrida em Quito, capital do Equador, no ano de 1967, sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, organizado pela Organização dos Estados Americanos – OEA. A reunião resultou em uma carta patrimonial favorável ao turismo, que expressam a visão voltada a países em desenvolvimento sobre patrimônio cultural, especificamente da América Latina, para o turismo cultural, muito embora mais uma vez o foco estivesse ligado ao desenvolvimento econômico. Entendeu-se nesse encontro que o fomento ao turismo possibilita o aumento do público interessado no patrimônio cultural, sugerindo a popularização do acesso ao turismo cultural que outrora era praticado apenas por uma minoria.

“Em outras palavras, trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares”. (IPHAN. Normas de Quito, 1967, p. 5).

Além da ideia de expandir o acesso à cultura ao conhecimento de todos, o documento gerado pelas Normas de Quito foi a primeira carta patrimonial que entendeu que a iniciativa privada deve ser parceira na utilização do patrimônio cultural, reconhecendo o turismo como responsável por resgatar o patrimônio arquitetônico monumental americano, que sofria perdas decorrentes da falta de manutenção causada pela carência de recursos. A valorização da iniciativa privada foi um forte aliado para a concretização de propostas de turismo cultural. O documento afirma, do mesmo modo, que o resgate e a conservação do patrimônio cultural europeu deu-se por meio do turismo, uma vez que encontrava-se condenado à destruição, como explicita citação a seguir.

A Europa deve ao turismo, direta ou indiretamente, salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado à completa e irremediável destruição, e a sensibilidade contemporânea, mais visual que literária, tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos da civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico. (IPHAN, 1967, p. 6).

O documento assevera que o turismo não compromete a preservação do patrimônio, afirmando o contrário disso, que a atividade contribui para a afirmação da consciência, seu significado e importância e que a atividade deve remeter ao interesse sociocultural e ação cívica de uma localidade, ainda que entre em conflitos com interesses privados.

Savoldi (1998) e Lópes (2004) por mais críticas que tenham à atividade turística admitem que o turismo pode ser aliado à cultura local, ainda que seus pensamentos estejam voltados à prática inicialmente a partir de uma visão economicista, os autores entendem que a preservação da cultura é mantida com o turismo, eles afirmam que o turismo pode ajudar a preservar monumentos históricos e manifestações populares, assim como pode resgatar a autoestima de um povo e o orgulho por suas raízes, como aconteceu em Urussanga/SC (Id, 1998) e Ouro Preto/MG (Id, 2004)

Em Urussanga/SC, comunidade fundada pelos primeiros imigrantes italianos no Brasil, vindas do norte da Itália (Vêneto, Lombardia, Friuli e Trentino) formando um núcleo da colônia Azambuja foi onde Savoldi (1998) criticou as danças típicas italianas encenadas para os turistas. Inicialmente sua opinião é apresentada com uma crítica em relação a criação de trajes típicos para apresentações, entendendo que seria uma tradição inventada como estratégia de marketing, todavia compreendeu que o entendimento da comunidade em relação ao retorno apresentado pela prática fez com que os residentes deixassem de sentir-se envergonhados de falar português com sotaque italiano, passando a ter orgulho de suas raízes o que os fez restabelecer as ligações com a cultura originária italiana.

Lópes (2004) faz sua crítica à maneira de como o município de Ouro Preto, patrimônio da humanidade pela Unesco, construiu a sua identidade em relação à cultura, ao mesmo tempo em que mostra que o turismo pode ter se apresentado como um ponto chave para a preservação desta, uma vez que considera a valorização do patrimônio local por parte dos turistas, sendo esta a garantia da sobrevivência econômica de seus moradores, onde os munícipes cuidam de seu patrimônio, do meio ambiente e da educação e que buscam preservar a sua identidade.

Ainda que possam ser movidos pelo interesse econômico, há orgulho pela cidade e interesse em preservá-la.

Por ser uma atividade experiencial, o turismo cultural envolve o contato e a troca de diferentes intensidades entre os grupos sociais, a herança cultural e as especificidades dos lugares permitindo a educação cultural, o respeito ao espaço e aos costumes locais e o entretenimento ao turista, oportunizando a vivência e o aprendizado sobre a comunidade. O desenvolvimento do turismo cultural permite à comunidade o reconhecimento e apropriação de sua cultura, pois ela que vai apresentar ao turista a importância histórica e cultural de seu patrimônio o que Dias (2003) apresenta como um impacto positivo do turismo por permitir o fortalecimento da identidade cultural, a conservação da herança cultural e o intercâmbio intercultural, sendo este último responsável por permitir à comunidade algo além de apresentar a sua cultura, mas o contato com outras culturas trazidas por cada turista através de comparações, costumes compartilhados, idiomas e sotaques.

Isto posto, ainda que haja opiniões contrárias em relação à cultura associada ao turismo sugerindo aculturação e priorização do viés econômico, pode-se afirmar que o turismo cultural pode ser um segmento relevante para o desenvolvimento local, pois estimula a comunidade o resgate histórico-cultural, o conhecimento e apropriação de seus hábitos e costumes para assim poder transmiti-los ao turista.

2.4.2.3 Desenvolvimento Social

As relações sociais e culturais se entrelaçam em diversas esferas, possibilitando uma intersecção quando se refere à sua interpretação. Sendo um dos aspectos ligados à esfera da sustentabilidade, é relevante e necessário que este aspecto seja abordado. É fato que a sociedade evolui e se modifica através da cultura, assim como compreende-se diversos acontecimentos suplementares que edificam o meio social. Ainda que as dimensões social e cultural sejam abordadas muitas vezes dentro do mesmo interesse, o que se confirma quando acessando a literatura, é comum deparar-se com o termo sociocultural, será abordado neste item a dimensão social a fim de buscar priorizar o aspecto unicamente humano contido nesta dimensão.

A questão territorial apresenta-se como sendo um componente essencial para o desenvolvimento social, como afirma Barquero (1995) quando diz que o território é suporte das relações sociais e funcionais, apresentando a ideia de que o desenvolvimento local aparece como um processo possível no momento em que possibilita a conversão do território em um

agente de transformação social, porém, pode causar choques culturais, transformação de condutas e valores morais, disseminação de epidemias, crime, sexo e mercantilização da cultura (FERRETTI, 2002; DIAS, 2003).

De acordo com Sachs (2006, p. 208), a dimensão social “[...] aparece como uma preocupação relacionada à organização interna de cada sociedade humana e da comunidade mundial de nações cada vez mais interdependentes”, a qual prima por valores como democracia e igualdade social buscando fazer valer a todos os direitos humanos.

“Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e da liberdade que desfrutamos. (SEN, 2000, p. 28-29)

O autor faz uma crítica sobre a associação do desenvolvimento social com a questão econômica do indivíduo, explicando que o crescimento não deveria limitar-se ao Produto Interno Bruto – PIB, mas perceber o que de fato leva uma sociedade a se desenvolver, mencionando que deve-se observar as privações de liberdade de um povo, privações estas que estão relacionadas à ausência do que deve-se ter de direito, apontando as situações de fome coletiva, subnutrição, o pouco acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, água tratada, educação funcional, emprego remunerado, segurança econômica e social, desigualdades entre sexos, entre outros. Afirma ainda que essa ausência de liberdade, ou negação dos direitos civis básicos, ajuda a estimular o crescimento econômico, ressaltando que ela (ausência de liberdade) não contribui para a formação do desenvolvimento do ser, trazendo à tona a necessidade do olhar para o desenvolvimento social que está voltado para a escala humana.

O desenvolvimento social pode ser entendido como aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes subsistência, trabalho, educação, e condições de vida digna aos cidadãos. Traduz-se “em um modelo de desenvolvimento centrado no homem, em uma cultura de cooperação e parceria”. (CORIOLANO e LIMA, 2003, p. 26).

Coriolano e Lima (2003) argumentam a ideia que o desenvolvimento deve partir da premissa de que o ser humano seja possibilitado de ter uma vida digna, corroborando com Sen (2000) que defende que o desenvolvimento é compreendido como um estado de liberdade, como livre-arbítrio político, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de

transparência e a segurança protetora, acrescentando ainda a esta abordagem o pensamento de Hall (1998), quando refere-se ao desenvolvimento humano de diferenças, inserido nos diversos níveis da sociedade, assumindo que as diferenças humanas não significam deficiências, mas sim possibilidades de desenvolvimento de outras formas de vida cultural, política, social e moral, ou seja, de desenvolvimento de uma política de identidade que vê nas diferenças o espaço de construção de identidades.

Estando associado ao território e as práticas sociais existentes nele, o turismo apresenta-se como uma atividade que pode auxiliar ou não a realidade social de um lugar, contudo, é certo que sua presença irá causar algum impacto. Moesch (2000, p.09) define turismo como sendo:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, [...]

Do ponto de vista social, o turismo teria como potenciais resultados negativos a mudança do estilo de vida da população local e a degradação de culturas tradicionais (SINCLAIR E STABLER, 2009), além da criação de certo ressentimento entre a população local e os turistas devido às diferenças sociais e econômicas entre visitantes e residentes (OMT, 1999).

Há outro aspecto importante a ser levantado: o turismo de massa que leva insatisfação à comunidade receptora dado o comportamento dos turistas e a superlotação dos espaços.

Apesar dos empregos criados e toda a receita gerada pela cadeia produtiva do turismo, residentes de famosos destinos turísticos, tais como as cidades de Veneza (Itália), Londres (Inglaterra) e Santorini (Grécia), já não demonstram tanta alegria e entusiasmo em receber milhões de visitantes. Quando se percebe que os benefícios do turismo são menores que os custos gerados, a intolerância em receber turistas cria o neologismo “turismofobia” – a hostilidade aos visitantes – o que Delgado (2008, s/p [tradução livre]) chamou de “xenofobia substituta” – como de extrema importância nas discussões políticas e institucionais. (PANOSSO NETTO, *et al.* 2021, p. 03)

Panosso Netto et al (2021) relatam a insatisfação por parte dos residentes em destinos com turismo já consolidado e citam o caso de Barcelona, que passou por um processo de gentrificação, migração de residentes sem maior poder aquisitivo para áreas periféricas do destino devido ao custo elevado para residir nas áreas centrais. As áreas centrais da localidade

tornaram-se preferencial para fins turísticos (atrativos, meios de hospedagem, equipamentos de alimentos e bebidas e outras empresas turísticas) e teria sido responsável pelo aumento dos imóveis ali localizados, forçando os residentes a fixarem residências ou comércio local nas periferias, o que causou insatisfação na comunidade receptora, fazendo com que o residente tratasse o turista de maneira hostil.

Referindo-se ao turismo, os processos que envolvem o meio social implicam no desenvolvimento da atividade apresentando-se como alternativa de renda para as comunidades locais e como uma ferramenta de inclusão social sobretudo após os períodos de estruturação econômica das sociedades contemporâneas.

A sociedade se beneficia muito com a geração de empregos tanto nas empresas que lidam diretamente com os turistas quanto nas demais empresas associadas à cadeia produtiva do turismo. No entanto, isso às vezes não é recompensa suficiente para os conflitos sociais que são gerados pela chegada de estranhos que, dependendo da densidade da população, podem causar transtornos por sua mera presença, ao usar a infraestrutura, que em geral, nos países do terceiro mundo, é precária. (BARRETTO, 2007, p. 28-29. Tradução nossa).

Nessa perspectiva, pode-se crer que a atividade turística poderá vir a ser ou não um instrumento de exclusão social presente em limitações impostas por um contexto social (e econômico) mais amplo, capazes de ser superadas mediante estratégias em que a participação dos atores locais seja mais efetiva. Da mesma maneira que existem os aspectos negativos, há a possibilidade ou visão de através do turismo aumentar as possibilidades de desenvolvimento social em uma comunidade.

Ele (o turismo) é visto como uma tábua de salvação para muitas regiões ditas afastadas. O único meio de frear o êxodo rural e melhorar as condições de vida da população nos lugares onde a agricultura não garante renda suficiente, onde a indústria não se implanta em razão de uma localização desfavorável e onde não haja nada mais a vender se não o sol, a paisagem, a neve ou o mar. (Krippendorf, 2003, p. 75)

Krippendorf (2003) evidenciou o turismo, como sendo “tábua de salvação” para questões que assolam diversas populações, como o enfrentamento da miséria, da pobreza e da localização desfavorável como uma alternativa de evitar ou diminuir o êxodo rural e gerar melhores condições de vida para os residentes nestas localidades.

Para o desenvolvimento social, faz-se pertinente registrar o fato de que seja imprescindível envolver os diversos atores sociais nos processos de desenvolvimento, visto que são as pessoas que vivem nos territórios os conhecedores dos problemas e anseios necessários

para o seu progresso para que o turismo não venha a ser uma atividade excludente e concentradora de renda.

Entende-se como necessário ressaltar que, na visão de Lickorish (2000) o turismo não seria o maior responsável pelo distanciamento entre a comunidade e o turista, como explicita citação a seguir:

“O necessário é o reconhecimento de que a população local é parte da herança cultural e, portanto, merece proteção tanto quanto os aspectos do destino do turismo, ou seja, o ambiente. As relações humanas são importantes, já que o excesso de turismo pode ter repercussões problemáticas: transformar a hospitalidade típica de muitos países em práticas comerciais leva os fatores econômicos a suplantarem o relacionamento pessoal. Os efeitos posteriores podem ser o aparecimento do comportamento consumista, o declínio da moral, a mendicância, a prostituição, o consumo de drogas a perda da dignidade e a frustração em não poder satisfazer suas necessidades. No entanto, seria errado culpar o turismo por todos esses problemas, que também estão ligados às mudanças sociais que afetam comunidades no processo de modernização. O turismo acelera o processo, mas não o cria. (LICKORISH, 2000, p. 107-108)

Os impactos negativos causados ao meio social são uma possibilidade, porém a ausência de um planejamento e ordenamento municipal para que se minimizem as questões de necessidades sociais comuns a uma comunidade vulnerável seria de fato a responsável pelos problemas impeditivos ao desenvolvimento social, conforme destaca Rua (2006), quando afirma que além de forte potencial para a geração de trabalho e renda, o turismo pode contribuir para a inclusão social por agregar um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração.

Visto isso, pode-se entender que o turismo vai impactar e modificar o contexto social no destino em que está inserido seja positiva ou negativamente. As possibilidades de alteração de uma sociedade por meio das mudanças no estilo de vida da população, possível degradação de culturas tradicionais, criação de ressentimento entre a população local e o turista ou o turismo de massa que, conforme mencionado, pode levar insatisfação à comunidade receptora devido ao comportamento do turista e superlotação dos espaços, todavia se priorizada a necessidade da população através de um planejamento e ordenamento municipal há possibilidade de que o turismo apresente resultados positivos, surgindo como uma alternativa de renda e uma ferramenta de inclusão social por agregar um conjunto de dimensões que favorecem à integração para que, através da atividade turística o desenvolvimento social possa aumentar na comunidade.

2.4.2.4 Desenvolvimento Econômico

Vivendo em uma sociedade predominantemente capitalista, as pessoas permanecem constantemente em busca da sobrevivência ou acúmulo de riquezas. A necessidade de subsistência ou de acompanhar as tendências vividas pela sociedade de consumo faz com que indivíduos necessitem de uma busca constante do capital. Há séculos teóricos com visões ideológicas abordam a questão econômica como sendo o cerne da sobrevivência das localidades. Heilbroner (1996), economista e estudioso da história do pensamento econômico, disserta sobre o tema e afirma a importância não só da economia, mas do capitalismo, sistema econômico dominante na maior parte do mundo. Embora sendo um socialista declarado, ele admite a força do sistema capitalista na contemporaneidade atestando que o referido sistema consegue organizar as questões materiais relacionadas à humanidade de modo mais satisfatório do que o socialismo.

Andrade (1997) apresenta o desenvolvimento como sendo um “impulso gerado que passaria para cima, do local para o regional e finalmente, ao nível nacional.” (*Id.*, 1997, p.20). O desenvolvimento é apresentado com diversas facetas embora com o mesmo denominador final: gerar resultados positivos.

(...) não se pretende desqualificar a via tradicional do desenvolvimento concentrador e urbano-industrial, mas sim destacar que existem outras vias de desenvolvimento econômico, as quais não têm por que ser consideradas menos eficientes ou interessantes senão, simplesmente, diferentes e, em muitos casos, as únicas possíveis. Uma combinação de ambas as vias parece necessária, caso pretenda utilizar melhor e mais eficientemente a totalidade dos recursos potenciais existentes nas diferentes localidades ou regiões, a fim de gerar mais riqueza e emprego, buscando assim uma difusão mais equilibrada do crescimento econômico em nível territorial e maiores níveis de renda. (LLORENS, 2001, p. 80.)

A visão de Llorens (2001) remete a possibilidade de outras atividades que fomentem o desenvolvimento local através da economia. Na visão acima exposta, autor faz uma análise abordando as atividades econômicas avaliando que cada vez vem sendo menos úteis a distinção clássica entre os setores econômicos primário (agricultura, pecuária, extrativismo), secundário (indústria) e terciário (serviços, atividades comerciais) e defende que estes não necessitam dessa distinção, uma vez que o segmento da inovação tecnológica apresenta-se de uma maneira independente na origem setorial de todos os campos das atividades econômicas. Apresenta, da mesma maneira, a ideia da combinação de ambas as partes como necessária de modo a utilizar a totalidade dos recursos potenciais existentes como forma de mais oportunidades de geração de riqueza e emprego para as localidades. Observa-se como uma alternativa para a visão do

autor a inclusão do turismo como parte integrante desta cadeia em razão da prática se utilizar comumente de recursos já existentes, visando ampliar a capacidade econômica local.

O turismo é considerado como sendo uma atividade pertencente ao setor terciário da economia, que movimenta inúmeros outros setores através de uma cadeia produtiva (LEIPER, 1979), além de uma perspectiva local, podendo abarcar perspectivas regionais e nacionais, tendo em vista o seu potencial e o marketing desenvolvido.

A ideia do desenvolvimento endógeno agrega-se ao setor turístico ao perceber que não há necessariamente a necessidade de interferências de pressões externas, devendo ser compreendido com um grau de autossuficiência, garantindo-se como sendo um atrativo para excedentes econômicos.

É importante reconhecer que há aspectos negativos que se apresentam nesta realidade: a sazonalidade, a pressão inflacionária e os fluxos migratórios decorrentes do crescimento do turismo (OMT, 1999; LAGE; MILONE, 1998, SINCLAIR E STABLER, 2009). A sazonalidade condiciona elevação de preços durante a alta temporada, expondo os residentes a altos custos de produtos durante a alta temporada turística, o que gera pressão inflacionária associada à inexistência de capacidade excedente na economia de determinada localidade.

Deve-se mencionar inclusive, que há no turismo um segmento real e contraditório em relação ao desenvolvimento da comunidade que é o turismo de massa. Abordado por diversos autores, em linhas gerais voltado para uma experiência negativa quando se referem a desenvolvimento. Ruschmann (2008), Dias (2003), Beni (2007) apresentam uma visão sistêmica onde defendem o planejamento turístico como solução para a diminuição da prática. Krippendorf (2003), Swarbrooke (2000) e Coriolano (2006) apresentam uma visão desenvolvimentista onde, mesmo defendendo a necessidade do planejamento turístico, criticam o turismo de massa e o consideram nocivo ao desenvolvimento do turismo.

O turismo de massa é um segmento que faz gerar fluxo, consequentemente, traz à tona a ideia de geração de riqueza. No entanto, esta prática muitas vezes não estimula a cadeia produtiva do turismo e geralmente favorece diretamente as empresas que comercializam as vendas e empresas e prestadores de serviços que fazem parte da rota comercializada. Outras questões do turismo de massa relacionam-se à permanência do turista na localidade, os gastos realizados no período, geralmente mais limitados do que turistas de outros segmentos e a exploração de áreas onde não há monitoramento da capacidade de carga ameaçando a

deterioração do espaço consumido, causando futuro desinteresse da demanda potencial e, consequentemente, diminuição de fluxo.

É nesse momento que outros destinos passam a ser comercializados e o local perde a sua atratividade, caindo em declínio (Butler, 1980), sendo oportuno citar Lickorish, (2000) quando declara que não se pode culpar o turismo pelos impactos negativos causados, admitindo que o turismo auxilia no adiantamento de um processo que fatalmente aconteceria em comunidades no processo de modernização e em estado de vulnerabilidade, sendo de responsabilidade pública o norteamento dos espaços utilizados para o turismo.

Outro impacto gerado pelo turismo é o crescimento da atividade em uma determinada área geográfica, ofertando oportunidades de trabalho e emprego o que pode provocar fluxos migratórios possibilitando o rápido aumento da quantidade de residentes, comprometendo a oferta da infraestrutura básica urbana, assim como pode privar outras localidades ou regiões de possuir mão de obra necessária para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, há um fato a ser colocado em relação ao turismo que se refere à gama de oportunidades de trabalho e geração de emprego que o setor propicia. Lage e Milone (1998) afirmaram que, embora a geração de empregos não seja o principal objetivo do desenvolvimento do turismo, apresenta-se como um dos principais resultados. A OMT (1999) ratifica esta afirmação justificando que o turismo seria uma indústria que depende do fator humano, favorecendo a criação de empregos.

O turismo pode desencadear a concepção e o desenvolvimento de diversas atividades, complementando a renda da população residente onde está inserido, auxiliando na permanência de seus habitantes em seu lugar de origem, evitando a migração para áreas compreendidas como mais desenvolvidas por oferecer mais oportunidades. Através do turismo é possível viabilizar aos destinos investimentos do poder público, em suas diversas esferas, sendo citadas aqui como exemplo o melhoramento da infraestrutura, beneficiando a população local e o acréscimo de divisas extras, gerando mais aumento de receitas ao poder público municipal (LECKORISH E JENKINS, 2000). Os autores explicam que os investimentos favorecem não somente a economia, mas também as áreas ambientais, sociais e culturais de cada destinação, isto é, independentemente do objetivo final, o foco na economia acaba por auxiliar outras áreas de interesse local.

A OMT (1999) apresenta benefícios vantajosos às comunidades que buscam desenvolver o turismo, estando entre estas: criação de novos postos de trabalho, abertura de novas empresas incrementando a renda local, necessidade do desenvolvimento da mão de obra local, melhoria da infraestrutura, qualidade ambiental, tendo em vista a necessidade do turista de visitar lugares limpos e não contaminados, com abastecimento de água e tratamento de resíduos, além de arrecadação de impostos que serão investidos na comunidade para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Compreendido como uma atividade econômica que gera divisas, sobretudo em países em desenvolvimento, as despesas oriundas dos turistas têm o efeito de reposicionar o nível da economia local acima daquela localidade em que não há turismo, resultando em um efeito positivo na renda interna a partir dos níveis de produção, geração de empregos ofertados e receitas (LAGE; MILONE, 1998; SINCLAIR E STABLER, 2009). Tais divisas, segundo o pensamento dos autores citados, não estariam ligadas somente às atividades relacionadas diretamente com o turismo, mas à interdependência que há entre as atividades econômicas locais, beneficiando outros setores através de um efeito multiplicador.

Pode-se considerar o turismo como uma atividade multilateral, que engloba questões que vão além do ambiente mercadológico, como afirma Lemos (2005, p. 22) relatando que “Na compreensão da sociedade como um todo, não somente na esfera mercantil, o turismo se apresenta como um processo de produção social com distinções marcantes daquelas observáveis em outros campos da produção humana”. Fatores sociais, políticos, ambientais, espaciais, dentro outros, alicerçam o processo de construção do que se conhece por desenvolvimento turístico.

Considerando os aspectos citados, é pertinente e significativo que esteja presente mais uma particularidade, tendo em vista o desenvolvimento da atividade turística em detrimento ao seu crescimento: a política de turismo. Compreendida como um conjunto de ações de representantes governamentais com o objetivo de modificar o meio econômico e social (LOPES; TINÔCO; SOUZA, 2011), o papel do governo no turismo é retirar da atividade benefícios sociais e econômicos na organização de uma política de turismo que maximize os retornos positivos com destaque ao que concerne à criação de empregos, geração de renda e arrecadação de impostos decorrentes dela.

Um dos maiores desafios aos órgãos governamentais é a gestão do destino devido à complexidade nos conflitos de interesses dos stakeholders (BUHALIS, 2000), desde a regulação da atividade chegando nas ações de marketing ou posicionamento de mercado, vislumbrando no planejamento a maneira de encontrar os possíveis efeitos positivos e negativos do turismo no destino, devendo este estar aliado às necessidades e aos interesses dos stakeholders envolvidos diretamente na atividade.

Para Buhalis (2000), a gestão do destino tem responsabilidade direta sobre o produto desenvolvido e comercializado, assim como sobre as políticas e incentivos direcionados ao seu desenvolvimento, dessa maneira, é papel do governo oferecer incentivos que regulem e direcionem a atividade turística, o que Rua (2006) complementa reiterando que as políticas públicas de turismo têm a responsabilidade de garantir a equidade da distribuição dos benefícios concedidos à população.

Nesse sentido, pode-se entender que mesmo apresentando aspectos negativos quando priorizada a necessidade de fluxo como pressão inflacionária, fluxos migratórios, sazonalidade e a prática do turismo de massa que adentra nas questões de ausência de planejamento adequado e capacidade de carga, o desenvolvimento econômico é um viés abordado com frequência na literatura do turismo quando relacionado a diversas outras áreas existentes no setor. Críticas voltadas à priorização da parte econômica mesmo quando relacionados outros aspectos da atividade turística são constantes, contudo, é válido ressaltar que o turismo considerado como uma atividade econômica, pode modificar a realidade de uma localidade, uma vez que acrescenta oportunidade de geração de recursos associados a outras áreas previamente existentes e pode desenvolver o local com ampliação da renda e geração de trabalho e emprego, todavia é importante ressaltar que a presença do planejamento turístico é imprescindível para que a comunidade venha a ter não somente o crescimento, mas o desenvolvimento turístico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DO ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os passos metodológicos presentes nesta pesquisa fundamentaram-se no funcionalismo, que corresponde a verificar os diversos componentes que constituem uma sociedade como sendo integrantes de um organismo vivo, sobretudo aplicado em estudos voltados para as ciências sociais (BUCKLEY, 1993; BARBOSA, 2001). Para atender aos objetivos propostos adotou-se a abordagem quantitativa com uma amostra não-probabilística, além da pesquisa bibliográfica, documental e levantamento por amostragem, a partir do banco de dados do DEL Turismo.

O estudo apresenta-se como sendo exploratório-descritivo, (DENCKER, 1998) por haver pouco estudo sobre a temática e pelo fato da pesquisadora conhecer a realidade do problema estudado sendo consultora do Programa DEL no Rio Grande do Norte. Até a defesa desta, não há registro de outro trabalho científico em nível de mestrado e doutorado abordando a perspectiva da percepção do residente a partir do banco de dados do programa DEL Turismo. Devido ao conhecimento de causa da pesquisadora, foi utilizada a observação participante, que se caracteriza como sendo um meio que permite que o pesquisador ingresse na realidade dos participantes (GIL, 1989), diferente de ambientes controlados ou manipulados, ela acontece em um ambiente “natural da existência humana” (JORGENSEN, 1989, p.15). Na observação participante o pesquisador insere-se e compreende o *lócus* em que está inserido.

O pesquisador observador torna-se parte integrante de uma estrutura social, e na relação face a face com os sujeitos da pesquisa realiza a coleta de informações, dados e evidências. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, pode ser parte integrante de um grupo social ou ser simplesmente periférico em relação a ele. (MARTINS E THEÓPHILO, 2007, p. 85)

Embora a observação participante seja uma técnica de instrumento de coleta de dados qualitativos, insere-se aqui por não haver como separar o conhecimento experienciado nos processos durante a aplicação de parte dos questionários, o que permite a descrição e interpretação dos dados do fenômeno estudado, além de ser uma ferramenta que busca teorizar a partir das experiências vividas pelas pessoas, em vez de comprovar ou até mesmo refutar teorias já existentes.

Para coleta de dados, adotou-se um modelo de questionário preexistente estruturado e que foi desenvolvido pelo programa DEL Turismo e aplicado com lideranças locais, conforme

prevê o programa, sendo geralmente, explicados pelos entrevistados os porquês de suas respostas, inclusive as quantitativas, aplicados e respondidos pelo google forms. O questionário é disponível aos participantes em uma plataforma online, autoexplicativa, mesmo assim, o consultor é o responsável por fazer os questionamentos e explicá-los, quando necessário, marcando a numeração escolhida pelo entrevistado. Salienta-se que, o instrumento de pesquisa utilizado foi elaborado, inicialmente, pela Rede DEL e aperfeiçoado pelo SENAC RN, acrescentando as questões analisadas como variáveis neste estudo, utilizando os critérios do GSTC e dos ODS (ONU, 2015). Os objetivos foram construídos a partir das dimensões do Desenvolvimento Sustentável aplicados nas esferas ambiental, cultural, social e econômica.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa por analisar a percepção do residente sobre as quatro dimensões supracitadas e que utilizou uma escala likert de concordância que variou de 0 a 10. A escala likert é usada em trabalhos acadêmicos que expressam concordância sendo realizada a partir da construção de afirmações dentro de cada dimensão, sendo apropriada para pesquisas e levantamentos online (HAIR, et al, 2005).

Esta pesquisa tem como universo os municípios participantes do Programa DEL (Desenvolvimento Econômico Local), que trabalha com as modalidades DEL e DEL Turismo no Brasil. Integrando os municípios brasileiros da Rede DEL. O programa, em seus diversos formatos, já atuou em 106 municípios brasileiros, com destaque para o estado de Santa Catarina com municípios integrantes do Programa Gente Catarina, parceria entre a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC e o Governo Catarinense, no intuito de alavancar o desenvolvimento de 61 municípios que estão com o IDH abaixo do ideal (0,7), dentro da interpretação local.

O programa integra diferentes secretarias e órgãos do executivo estadual para trabalhar de forma articulada e integrada no desenvolvimento de estratégias inovadoras de agregação, geração e transformação da riqueza nos territórios formados pelos municípios. O objetivo principal é melhorar a vida das pessoas, por meio da elevação do IDH. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2022)

Além do programa Gente Catarina, outros 25 municípios brasileiros contrataram o programa DEL no seu formato tradicional, divididos entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Como amostra da pesquisa, delimitou-se como objeto empírico do estudo os municípios integrantes do programa DEL Turismo. Ao total foram investigados 21 municípios, localizados 06 estados brasileiros e nas 5 regiões do país, conforme quadro 3 a seguir. A pesquisa foi

aplicada em formadores de opinião designados por agente de articulação local, orientado pelo programa DEL, conforme categorização dos municípios pelo MTur em 2022.

Quadro 3 – Municípios Integrantes do Programa DEL Turismo até novembro/2022

<u>Municípios Integrantes do Programa DEL Turismo</u>				
	Município	Categoria MTur	Estado	Região
01	Bombinhas	A	Santa Catarina	Sul
02	Gaspar	B		
03	Imbituba	B		
04	Forquilha	D		
05	Orleans	D		
06	Rio Negrinho	D		
07	Schroeder	D		
08	Canguçu	C	Rio Grande do Sul	
09	Rolante	D		
10	Diamantina	B	Minas Gerais	Sudeste
11	Capitólio	C		
12	Tibau do Sul	A	Rio Grande do Norte	Nordeste
13	São Miguel do Gostoso	B		
14	Apodi	C		
15	Parnamirim	C		
16	Tibau	C		
17	Galinhos	D		
18	Porto do Mangue	E		
19	Corguinho	D	Mato Grosso do Sul	Centro Oeste
20	Pedro Gomes	D		
21	Epitaciolândia	D	Acre	Norte

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 COLETA E TABULAÇÃO DOS DADOS

A análise foi realizada a partir dos dados retirados das entrevistas realizadas em 21 municípios pertencentes ao programa DEL Turismo. O programa é realizado por meio do Instituto DEL – SC, em parceria com as Federações do comércio dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre e Mato Grosso do Sul, além de instituição alemã, como a BBW e Fundação holandesa Green Destinations.

A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2019 e 2022 pelo Programa DEL, que possui um roteiro de entrevista fundamentado em teorias e estudos. Essas questões estão inseridas em grande parte dos estudos na área do turismo, a exemplo da literatura sobre a análise estrutural do turismo encontrada em Beni (2007), quando trata das dimensões da sustentabilidade e estarem inseridas na perspectiva dos ODS (ONU, 2015). Além disso, mostram-se como parâmetro em relação à compreensão sobre a percepção dos residentes em

relação ao seu apoio ou não o turismo no local, se os mesmos percebem como sendo positiva a atividade e se enxergam os impactos relacionados aos desenvolvimentos ambiental, social, cultural e econômico causados pelo turismo.

A autora desta tese é consultora do DEL e atuou em parte, na aplicação dessas pesquisas, em treinamentos de implantação do programa e como consultora de destino. Atualmente atua como consultora do DEL tradicional em São José de Mipibu/RN e do DEL Turismo em Tibau do Sul/RN e já participou da aplicação de entrevistas na fase da análise situacional de São José de Mipibu, Porto do Mangue e Apodi; do treinamento do Conselho do DEL Tradicional em São José de Mipibu e em Assu e do DEL Turismo em Apodi, todos no estado do Rio Grande do Norte.

Para atuar na realização destas pesquisas, o consultor passa por uma série de capacitações para compreender o passo a passo de desenvolvimento do programa DEL nos municípios. No estado do Rio Grande do Norte, o programa DEL Turismo está inserido dentro do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e para ser consultor do programa é necessário fazer parte do quadro de instrutores da instituição, sendo preterível a formação como turismólogo, além de expertises como consultor, mediador de conflitos, uso de metodologias específicas como o Metaplan e treinamento direcionado aos consultores do DEL que é realizado anualmente no estado de Santa Catarina, na sede do Instituto DEL. Estas capacitações permitem ao consultor a aplicação segura da pesquisa. A estrutura da pesquisa é usada em todo o país, e já foi realizada nas 5 regiões brasileiras, totalizando 6 estados e 21 municípios, o que reforça a credibilidade do instrumento.

Na região sul as entrevistas foram aplicadas em: Santa Catarina, nos municípios de Bombinhas, Forquilha, Gaspar, Imbituba, Orleans, Rio Negrinho e Schroeder e no Rio Grande do Sul nos municípios de Rolante e Canguçu; Na região sudeste foram aplicadas em Minas Gerais, nos municípios de Diamantina e Capitólio; Na região centro-oeste, em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Corguinho e Pedro Gomes; Na região norte, foi aplicado no Acre, no município de Epiaciolândia; e no nordeste foi aplicado no Rio Grande do Norte, nos municípios de Tibau do Sul, São Miguel do Gostoso, Apodi, Parnamirim, Tibau, Galinhos e Porto do Mangue, totalizando 1.247 respondentes.

Os resultados obtidos com aplicação dos questionários, vão para um banco de dados da rede DEL e são direcionados para o Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte (SÍRIO). O SÍRIO é uma plataforma digital pública, com dados coletados pelo DEL, relacionados

ao turismo brasileiro e potiguar. As informações são viabilizadas por meio de dashboards interativos e dinâmicos de Business Intelligence (BI), que visa auxiliar na tomada de decisão do poder público e da iniciativa privada, a fim de potencializar o turismo como uma atividade estratégica para o desenvolvimento em seus diferentes níveis. O Sistema é resultado de uma parceria entre o Sistema Fecomércio RN (Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Federação e do Senac RN) e o Governo do Estado, por meio da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur).

Para a utilização do banco de dados, a autora fez uma solicitação formal para o Diretor Técnico do Instituto DEL, o senhor Andreas Dohle, que autorizou que o banco de dados fosse utilizado no presente estudo. Os dados são sigilosos, por isso não serão expostos em sua totalidade nesta pesquisa, contudo, por meio da solicitação foi permitido o acesso e utilização dos mesmos.

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados, é realizada na fase da análise situacional, onde são realizadas entrevistas com pessoas formadoras de opinião local. No programa DEL, anteriormente à aplicação da entrevista é realizada a fase 1 – Sensibilização, onde apresenta-se ao contratante o perfil e cargo do Agente de Articulação. Esta função é de fundamental importância para a atuação do DEL no município a partir dos momentos iniciais, visto que este profissional irá ser o elo entre o DEL e o município, atuando por meio do COMTUR. Este profissional atua como secretário executivo do Programa e “desempenha um papel importante de motivação, coordenação e execução das atividades para o desenvolvimento turístico do município”. (IDEL, 2022).

É necessário que o agente de articulação tenha capacidade de negociação e interação com as lideranças locais, além de conhecimento do desenvolvimento da atividade turística e gestão participativa, para tais competências, recebe da Rede DEL um treinamento específico que conta como curso e experiência in loco em um município que possua o programa. Ele é responsável pelo recrutamento das lideranças locais que responderão à entrevista para a análise situacional. Cabe ressaltar que esses respondentes sejam parte da sociedade como um todo, necessitando haver representantes do poder público (prefeito (a), vice-prefeito (a), secretários municipais, vereadores da situação e oposição, ex-prefeitos, entre outros), representantes da iniciativa privada (empresários do setor turístico e outros segmentos), representantes da

sociedade civil organizada (fundações, associações, ONGs, sindicatos) e lideranças da sociedade em geral.

O agente de articulação recruta essas lideranças e agenda as entrevistas que são realizadas por consultores do programa DEL em salas individuais. Os consultores realizam a entrevista fazendo a leitura das perguntas pelo google forms e marcam a resposta do entrevistado seguindo o roteiro de um formulário online. Caso haja dúvida, a questão é explicada ao entrevistado. O questionário é composto por perguntas abertas e perguntas fechadas. Para as perguntas fechadas, são dadas as opções para os entrevistados optarem em um nível de zero a dez, havendo espaço opcional para justificativa da resposta nas perguntas fechadas. Há também a opção de não responder à pergunta, caso não conheça a realidade questionada. Com uma média aproximada de 60 entrevistados por município, as entrevistas são realizadas geralmente no período de uma semana, sendo 4 dias consecutivos de realização de entrevistas, sendo realizado no 5º dia o evento de validação.

Os dados coletados são enviados para a plataforma do SIRIO (Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte), monitorado pelo SENAC/RN, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Todos os entrevistados, são convidados a participar da apresentação dos dados coletados, assim como a comunidade em geral, havendo uma ampla mobilização local por meio da divulgação em mídias sociais, rádios, carros de som. Na apresentação, após a validação dos dados apresentados, os participantes são informados da data e convidados a participar do treinamento do Conselho, partindo para etapa 4 – institucionalização e planejamento.

Para a análise desta pesquisa, os dados coletados foram transferidos para uma planilha do excel e em seguida passaram por um tratamento em que foram retirados os dados qualitativos da pesquisa, tanto em perguntas abertas, quanto em justificativas que a pesquisa permite para as perguntas fechadas, mantendo somente os dados quantitativos. Após esse primeiro tratamento, os dados foram enviados ao software SPSS para análise, onde foi feita a categorização e a transformação de dos mesmos. Para finalidades deste estudo alguns dados qualitativos foram transformados em dados quantitativos:

- 1) Município: Por não haver como calcular o nome do município, estes foram categorizados, transformados em números. Cada município recebeu um número de acordo com a categorização do Ministério do Turismo, inserida no Mapa do Turismo Brasileiro. Os municípios ficaram apresentados em um nível, aqueles que estão como

categoria A no MTur ficaram com peso 5; os municípios que estão na categoria B, ficaram com peso 4; os municípios que estão na categoria C, ficaram com peso 3; os municípios que estão na categoria D, ficaram com peso 2; e os municípios que estão na categoria E, ficaram com peso 5.

- 2) Setor de atuação dos entrevistados: O setor de atuação dos entrevistados dividiu-se em setor público, setor privado, sociedade civil, e transformado em uma análise do tipo *dame*, que é um processo de transformação de nominal de variáveis de zero e 1, usada no SPSS. Três categorias foram criadas, sendo classificados da seguinte maneira: A categoria que está sendo analisada recebe o número 1 e as demais ficam com zero para permitir associar um parâmetro à análise. Quando o setor público está sendo analisado, ele recebe peso 1 e os demais setores zero. Essa é a linguagem que permite ao sistema visualizar e analisar os respondentes daquele setor. Da mesma maneira foi feita com os demais setores.
- 3) Foi realizada uma estatística descritiva e para reforçar a análise dos objetivos apresentados utilizou-se o coeficiente *Rho de Spearman*.

Apresentados esses pontos, será explicada a maneira de como foi realizada a análise dos dados.

O primeiro passo para análise dos dados foi a submissão do coeficiente Rho de Spearman no SPSS, cujo valor de significância é obtido a partir de $^{**}0,01$ onde os resultados que apareceram com dois asteriscos apresentam-se como significante ($^{*}p<0,05$; $^{**}p<0,01$), sendo este um coeficiente de correlação, uma medida que não mede parâmetros de dependência de variáveis, descrevendo a relação destas através de uma função monotética (classificação que utiliza apenas um critério diferenciador), ou seja, se uma variável aumenta ou diminui, o valor da variável distinta aumenta ou diminui (HAIR, 2005; MARTINS E THEÓPHILO, 2007). Na interpretação desta relação, o coeficiente de Spearman estabelece um número que varia de -1 a +1 e quanto mais próximo aos extremos, maior é a força da correlação, quando os valores estão próximos a 0 (zero), as correlações são consideradas mais fracas ou até inexistentes.

Esse teste é capaz de avaliar a relação entre duas variáveis ordinais ou intervalares, medindo o grau de associação entre elas. No presente trabalho, a análise de dados foi submetida ao teste Rho de Spearman, com significância estatística exigida ao nível de 0,05, sendo utilizada a ferramenta SPSS para a execução da análise. Dessa forma, foi possível obter resultados

confiáveis e relevantes para a interpretação dos dados e a tomada de decisões baseadas em evidências.

A questão apresentada com um asterisco apresenta-se como menos significativa, numerado em $<0,05$. O sistema apresenta a matriz de correlação, tendo como referência uma questão, comparando-a a todas as outras questões para analisar como as demais questões se comportam em relação a ela, o que permite a observação de como duas variáveis se relacionam. Utilizou-se o modelo likert em um nível que variou de zero a dez, onde zero refere-se ao parâmetro “piorou muito” e dez refere-se ao parâmetro “melhorou muito”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados neste tópico, onde se faz uma análise e discussão dos mesmos a partir da correlação entre a percepção do residente e sua perspectiva atual e futura sobre as dimensões ambiental, social, cultural e econômica, conforme sugere os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).

Convém mencionar que todos os entrevistados são pessoas residentes nas localidades específicas, sendo 53,2% representantes do setor produtivo/privado, 33,4% representantes do poder público e 9,8% representantes da sociedade civil organizada. A maior parte dos entrevistados está na faixa etária entre 31 e 40 anos (27,2%), seguidos da faixa etária entre 41 e 50 anos (25,6%). 1% dos entrevistados tem até 20 anos, 14,6% têm entre 21 a 30 anos, 17,2% têm entre 51 a 60 anos e 9,1% possui mais de 60 anos. 38,1% dos entrevistados não trabalha com turismo, 33,7% trabalha diretamente com turismo e 27,0% trabalha indiretamente com turismo. Esses dados estão apresentados para que se perceba a heterogeneidade dos entrevistados.

4.2 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO AMBIENTAL

Nesta dimensão analisou-se as respostas obtidas na amostra de 1.193 respondentes e que teve como finalidade identificar a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para a preservação do meio ambiente, a seguinte questão foi apresentada: **“Como o residente percebe que o turismo no município está contribuindo para a preservação do meio ambiente?”**.

Para a dimensão ambiental, conforme tabela 01, observa-se uma correlação negativa sobre a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para a preservação do meio ambiente, comprovado pelo teste de Correlação Rho de Spearman ($\rho = -,116^{**}$; $\rho < 0,001$). A partir da análise, interpreta-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais a localidade percebe a perda do espaço natural para a prática do turismo através do número em destaque na tabela 01 estar apontando uma percepção negativa. Quanto mais desenvolvidos os destinos para o turismo (levando em conta a categorização do Ministério do Turismo) mais a localidade percebe que a atividade pode aumentar a exploração ou não preservação de espaços e áreas naturais, podendo ser nocivo ao meio ambiente conforme apresenta a tabela 1.

Tabela 1 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Ambiental

Variáveis	Percepção dos residentes
Variável 1 - Dimensão Ambiental	-,116**

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa 2022

A sociedade está inserida no ambiente e as áreas naturais são essenciais para a sobrevivência humana, sociedade esta que vem enfrentando uma crise ambiental que está sendo discutida com mais intensidade desde a década de 70 e tem se intensificado com o crescimento mundial. Dessa maneira, os problemas ambientais se agravaram, ocasionados pela priorização do crescimento econômico em detrimento à preservação ambiental (DIAS, 2005).

Na literatura pode-se identificar estudos que relatam a atividade turística como sendo predatória, responsabilizando a mesma por crescimentos desordenados, desmatamentos para construção de equipamentos turísticos, uso inadequado de áreas naturais causando inúmeros problemas para flora e fauna, dentre outros aspectos inerentes a atividades exploratórias, apresentando o turismo como uma atividade nociva ao espaço natural, como alertam Butler (1980), Cooper *et al* (2001), Krippendorf (2003), mencionado por Ruschmann (2008) e Dias (2005).

Paralelamente, encontra-se da mesma maneira na literatura do turismo estudos que relatam a preservação de áreas naturais através de leis de proteção ambiental que garantem o cuidado com o espaço natural, o que se estende além da atividade turística, assim como apresentam o meio natural como atrativo turístico, sendo necessária a sua preservação para garantir o fluxo de visitantes (RUSCHMANN, 2004) ou seja, garantindo a preservação de áreas naturais, o destino pode salvaguardar estas áreas não somente da degradação que porventura pudesse ser ocasionada pelo turismo, mas de construções desordenadas causadas pelo crescimento natural advindo do aumento populacional ou de atividades econômicas que necessitam de maior uso do espaço aberto como exigem a indústria, a agricultura e pecuária entre outras atividades.

A atividade turística necessita de atrativos conforme relata Butler (1980, p. 04) quando cita Cristaller afirmando que os visitantes são “atraídos para a região por suas características naturais e culturais únicas ou consideravelmente diferentes”. Nesta perspectiva, será abordada nesta análise a temática do atrativo natural como sendo um dos pontos relevantes para a atratividade turística local.

O turismo se apropria dos espaços naturais como chamarizes, ofertando atrativos naturais como produto para o consumo imediato do turista, sendo assim, é de interesse turístico que sejam mantidas as áreas preservadas, sem perspectiva de devastação dos espaços para garantir sua permanência e conseqüentemente seu uso, seja por fins econômicos ou ambientais. Dias (2005) relata que a lista de impactos causados ao meio ambiente estará sempre aberta, podendo estes ser reversíveis ou irreversíveis, sendo necessário, para tanto, de monitoramento permanente.

Convém discorrer sobre o fato de que o turismo não deve ser considerado como único responsável aos danos ambientais, conforme aponta RUSCHMANN (2004) quando diz que uma comunidade sem a devida consciência da necessidade e importância da natureza para sua evolução pode ocasionar uma infinidade de problemas sejam eles causados pela especulação imobiliária (construções demandadas pelo crescimento da população e desmatamento para suprir a necessidade desta demanda, por exemplo), por desastres ambientais (vazamento de óleo no mar) ou até pelos costumes locais (práticas tradicionais da agricultura), podendo gerar mais danos ao meio ambiente do que muitos turistas em seus espaços.

Contudo, a partir do crescimento das áreas urbanas, é comum a procura por espaços diferentes do habitual por parte dos turistas, como afirma Swarbrooke (2000), se referindo à ligação existente entre o turismo e o meio ambiente quando afirma que estes estão intrinsicamente ligados, alertando que é necessário, com o crescimento do turismo, encontrar meios para tornar esta relação mais sustentável. O autor defende que o turismo pode trazer benefícios ao meio ambiente se oferecer uma motivação para a sua conservação e ainda afirma que se não fosse o incentivo financeiro gerado pelo turismo, provavelmente o setor público não daria a atenção devida ao meio natural, o que leva a crer que, ainda que seja com vistas à questão econômica, o poder público pode atuar eficazmente na busca pela preservação de áreas naturais em favor do turismo.

Outro aspecto apresentado sobre a contribuição do turismo para o meio ambiente é o planejamento. Esta prática pode evitar ou reduzir custos com a preservação do espaço natural (BELTRÃO, 2001), desde que seja um planejamento integrado com diversas áreas da economia e do setor produtivo, aliado ao planejamento ecológico (CASAROLA, 2003) gerando assim o planejamento sustentável do turismo (VALLS, 2006) que pode trazer situações conflitantes para os territórios nas fases de implementação e desenvolvimento, porém terá compensação no futuro apresentando rentabilidade a longo prazo e apresentará redução de danos ou até maior preservação do que outrora pudesse ser apresentada (DIAS, 2005; MOLINA, 2001, BENI,

2007; RUSCHMANN, 2008). Áreas naturais exploradas através de atividades econômicas, como a mineração, podem ser modificadas através do uso consciente do espaço, como sugere a Unesco (2021), desde que haja uma ação conjunta (RUA, 2006) por parte do poder público, da iniciativa privada e da sociedade.

Mais um ponto importante a ser mencionado, refere-se à orientação dos ODS (2015) em relação à orientação dos passos para o caminho da sustentabilidade. Para o campo ambiental, é possível que destinos possam se organizar atendendo a pontos específicos contidos nos dezessete itens orientados, como por exemplo:

Atendendo ao ODS 4 – Educação de qualidade. A educação e a conscientização são fundamentais para promover a ação climática. Informar as pessoas sobre as causas e os impactos das mudanças climáticas, bem como incentivar mudanças de comportamento, pode levar a ações individuais e coletivas mais sustentáveis.

Atendendo ao ODS 6 – Água potável e saneamento. A localidade pode atuar através de um projeto de saneamento e de uso adequado de componentes que não gerem agressão ao solo e lençol freático;

Atendendo ao ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis e ODS 13 – Ação climática, o destino pode contribuir no cuidado com o clima com os o esforço em mitigar e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas causadas pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa, buscando reduzir os impactos da ação climática através de ações em diferentes níveis como: transição para fontes de energia limpa na redução da queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural e transição para fontes de energia renovável, como solar, eólica e hidrelétrica, bem como buscar a eficiência energética, essa sendo uma atitude voltada para toda a população através de uso de tecnologias mais eficientes, como eletrodomésticos de baixo consumo energético e sistemas de transporte mais eficientes como veículos elétricos, uso de transporte público, transportes compartilhados e bicicletas ou caminhadas em distância aceitável pelo usuário. Tais atitudes podem reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e pode ajudar a reduzir as emissões e melhorar a qualidade do ar nas cidades.

Atendendo ao ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis, o destino pode adotar ações de agricultura sustentável. A agricultura é uma importante fonte de emissões de gases de efeito estufa, especialmente devido ao desmatamento, à pecuária intensiva e ao uso excessivo de fertilizantes. Práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia, a redução do desperdício de alimentos e o manejo adequado do solo, podem ajudar a reduzir as emissões e aumentar a

resiliência dos sistemas alimentares às mudanças climáticas, além de reduzir os a emissão de gases na diminuição do uso de transportes para a distribuição de alimentos.

Atendendo ao ODS 14 – Proteger a vida marinha e ODS 15 – Proteger a vida terrestre, a localidade pode agir preocupando-se com a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, visando a proteção e a conservação dos ecossistemas naturais, como florestas, manguezais e áreas úmidas, ajudando a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de fornecer outros benefícios ambientais, como a manutenção da biodiversidade e a proteção contra desastres naturais.

Atendendo ao ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos. A cooperação internacional é essencial para enfrentar as mudanças climáticas de forma eficaz. Acordos globais, como o Acordo de Paris, estabelecem metas e compromissos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação. Além disso, políticas nacionais e locais ambiciosas são necessárias para impulsionar a transição dos consumos exploratórios tradicionais para o consumo e práticas sustentáveis.

A partir da observação participante é comum ouvir nas entrevistas, justificativas de que com o turismo será possível facilitar a proteção de áreas ambientais, que o turismo pode garantir a preservação de espaços naturais quando este é seu principal atrativo e que com o turismo há uma série de oportunidades de autonomia em relação à gestão do espaço, abrindo possibilidades de criação de taxas para visitação que devem ser usadas para a gestão e manutenção destes, subtraindo esta responsabilidade do poder público, contudo, os destinos mais desenvolvidos tendem a perceber mais a problemática da questão ambiental no turismo. Com o aumento da atividade, caso não haja leis e/ou programas voltados especificamente para o campo ambiental, o uso desordenado das áreas naturais pode gerar degradação dos espaços como descrito pelos autores mencionados anteriormente.

Sendo assim, observa-se pela interpretação dos dados que o residente preocupa-se com a questão ambiental podendo ser interpretado pelos dados expostos que quanto mais desenvolvido o destino, mais se percebe que o turismo pode ser nocivo ao meio ambiente.

4.3 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO CULTURAL

Nesta dimensão analisou-se as respostas obtidas na amostra de 1.189 respondentes e que teve como finalidade identificar a percepção do residente em relação à contribuição do turismo

para o desenvolvimento cultural, a seguinte questão foi apresentada: **“Como o residente percebe que o turismo no município está contribuindo para o desenvolvimento cultural?”**

Para a dimensão cultural, conforme tabela 02, observa-se uma correlação neutra sobre a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento cultural, comprovado pelo teste de Correlação Rho de Spearman ($\rho = -,055$; $\rho < 0,001$). A partir da análise, interpreta-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais a localidade percebe como neutra a intervenção do turismo nas práticas culturais, interpretado através do número em destaque na tabela 02 estar apontando próxima a zero, com percepção mais aproximada à negativa. Quanto mais desenvolvidos os destinos para o turismo (levando em conta a categorização do Ministério do Turismo) mais a localidade percebe que não há alteração significativa causada pelo turismo à cultura, como apresenta a tabela 2.

Tabela 2 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Cultural

Variáveis	Percepção dos residentes
Variável 2 - Dimensão Cultural	-,055

Notas: * $\rho < 0,05$; ** $\rho < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa 2022

As abordagens acerca da cultura relacionam-se com aspectos naturais e sociais de uma comunidade, região ou nação que, segundo Santos (2006) pode ser compreendida em duas concepções: a existência social de um povo e o conhecimento de crenças contidos na vida social, relacionando-se a ela aspectos materiais e imateriais presentes no cotidiano do ser humano e na sociedade em que está inserido (MENEZES, 2002).

Pode-se associar à cultura tudo que estiver ligado à vida humana e sua organização em comunidade, priorizando a melhoria do bem-estar pessoal, social ou em família. Tudo aquilo relacionado a saberes adquiridos, manifestações populares, objetos e construções que contam a história de determinada sociedade, períodos vividos e sua evolução, constituindo a memória de um povo.

Por se tratar de costumes e tradições específicos de um povo, a cultura passa a ser atrativa para pessoas que não participam diretamente dela ou que tem curiosidade de obter mais acesso àquele conhecimento. Nessa necessidade, aparece o turismo como alternativa para facilitar o acesso ao conhecimento desejado (IRVING E AZEVEDO, 2002).

O turismo cultural conforme Barretto (2001), está ligado à busca pela cultura de um determinado povo ou lugar e relaciona-se por interesses voltados à arte, monumentos, festivais,

sítios históricos e arqueológicos, manifestações folclóricas, peregrinações, entre outros, onde o principal atrativo seja algum aspecto relacionado à cultura humana, ou seja, aquilo que vai além da natureza ambiental, relaciona-se com o legado histórico do homem em épocas distintas (BENI, 2001), estando representados pelo patrimônio e por todo acervo cultural resultantes de um processo histórico que identificam localidades e que diferenciam regiões, países através das representações materiais e imateriais de um povo.

Casarola (2003) afirma que nas representações culturais devem ser incluídas representações e reproduções de sítios antigos, objetos e gravuras arqueológicos, arquitetura histórica, obras de arte, documentos, manifestações da cultura popular, artesanato, comunidades tradicionais, idiomas, sotaques, indumentárias, tradições, conhecimento popular e tudo o que seja característico de um grupo social ou de uma cultura. No turismo, os pontos mencionados pelo autor são chamados de atrativos turísticos, são peças que chamam a atenção e curiosidade do turista impactando na sua decisão de visitar determinado destino.

Estudiosos do turismo como Brusadin e Silva (2012), Krippendorf (2003) e Brown (1998) criticam a atividade afirmando que o turismo auxilia na ampliação de problemas socioculturais, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais e sobre o efeito causados sobre as pessoas, qualidade de vida, costumes e crenças, especificando o aumento da prostituição e criminalidade, contudo Brown (1998) admite que os impactos gerados depende dos fatores econômicos, políticos e culturais que influenciam na tomada de decisões dos destinos, o que permite-se associar à esta afirmação a vulnerabilidade presente nas comunidades, sendo necessária uma ação de planejamento para o desenvolvimento da atividade.

Barretto (2001) defende que para que turismo e patrimônio tenham uma convivência saldável, o planejamento se faz necessário através de uma intervenção profissional que acesse as necessidades do local compreendendo suas singularidades, analisando os potenciais e seus limites afim de propor um turismo que não prejudique o destino, neste caso, no contexto cultural. McIntosh (2000) apresenta o mesmo pensamento e afirma que o turismo cultural abarca todos os enfoques de uma viagem, possibilitando o aprendizado sobre particularidades e costumes do outro.

Outra questão apontada por Brusadin e Silva (2012) é sobre a possibilidade de aculturação causada pelo turismo causada pelo turismo de massa. Os autores compreendem esse segmento do turismo como uma prática nociva ao destino e que demanda pouca valorização e

respeito à cultura local, associando a ela o motivo do entendimento que o turismo seja uma atividade predatória. Dias (2005) reafirma esta visão ratificando que o turismo de massa não respeita a capacidade de carga do lugar e que essa capacidade de carga deveria ser definida por órgãos públicos competentes, ou seja, o autor relata que não seria o turismo responsável pelos impactos negativos gerados por uma demanda excessiva de turistas, mas pela própria gestão do destino por não definir e externar pública e oficialmente sua capacidade de receber visitantes.

Os impactos negativos apresentados para a dimensão cultural estão associados à ausência de planejamento, como afirma Butler (1980) quando assevera que há possibilidade de o turismo acarretar mudanças ou desaparecimento de atrações turísticas culturais que antes eram chamarizes do turismo causadas por fatores que incluem mudanças nas preferências dos visitantes, deterioração gradativa, substituição de instalações físicas, mudanças (ou até desaparecimento) de atrações originais.

Plog (1972) quando se referiu aos turistas alocêntricos, mencionou que este perfil seria facilmente atraído pela questão cultural e que estes seriam os grandes responsáveis pela disseminação inicial do destino.

Há décadas vem sendo discutidas questões relacionadas ao turismo e a cultura com opiniões divergentes, julgando-se importante mencionar neste momento a função do turismo como um forte instrumento para conservação e preservação de espaços culturais, como tratam Brusadin e Silva (2012). Os autores mencionam parte das Normas de Quito (1967), carta patrimonial que visualiza a atividade turística como aliado à preservação do patrimônio cultural, ampliando seu acesso para além das minorias eruditas, incluindo as maiorias populares na possibilidade de demanda. O documento apresentou a visão de que a iniciativa privada deveria estar integrada nesse processo para a concretização de propostas de turismo cultural (IPHAN. Normas de Quito, 1967). A carta patrimonial reitera que o turismo é um aliado oportuno da preservação do patrimônio através da afirmação e o significado da consciência, além da importância que a atividade apresenta ao interesse sociocultural de uma comunidade.

As abordagens voltadas aos impactos negativos do turismo voltadas para a questão cultural são diversas, no entanto Lopes (2004) e Savoldi (1998) dividem a mesma opinião. Embora haja críticas em relação à atividade turística, os autores admitem que o turismo pode ser um aliado da cultura local. Os autores defendem uma visão economicista em relação ao turismo mas admitem que a preservação da cultura pode ser mantida por meio do turismo

através da preservação de monumentos históricos de interesse turístico, manifestações populares e o resgate da autoestima de um povo e orgulho de suas raízes em estudos distintos.

Lopes (2004) observou o turismo cultural em Ouro Preto/MG, patrimônio da humanidade pela Unesco e, mesmo criticando a visão voltada para o comércio turístico, admite que o turismo pode ter sido responsável para a sua preservação. A valorização do patrimônio local por parte dos turistas e o fluxo existente garante a sobrevivência econômica de seus moradores o que faz com que os residentes cuidem de seu patrimônio histórico, consequentemente do meio ambiente e da educação da comunidade buscando preservar sua identidade, mesmo que haja interesse econômico, os munícipes sentem orgulho da cidade e interesse em preservá-la.

Do mesmo modo, Savoldi (1998) relata seu estudo no município de Urussanga/SC, comunidade fundada pelos primeiros imigrantes italianos no Brasil. O autor critica as danças típicas italianas encenada para os turistas e os trajes típicos usados nas apresentações como sendo uma tradição inventada, usada como estratégia de marketing. Contudo, admite que através dessas apresentações para turistas os residentes deixaram de se sentir envergonhados pelo sotaque italiano e passaram a ter orgulho de suas raízes, reestabelecendo as ligações com sua cultura originária italiana.

Envolvendo contatos e trocas entre grupos sociais a herança cultural e as especificidades de cada local permitem a educação cultural, respeito aos costumes e geram entretenimento para o turista o que oportuniza a vivência e o aprendizado em relação à comunidade visitada. Dias (2005) reitera que o desenvolvimento do turismo cultural proporciona aos residentes reconhecimento e apropriação de sua cultura através da relevância histórica e cultural de seu patrimônio, o que permite o fortalecimento da identidade cultural e o intercâmbio cultural o que permite a troca entre residentes e turistas de suas culturas, costumes, idiomas e sotaques considerando este feito como um impacto positivo causado pelo turismo.

Tendo em vista a orientação dos ODS (2015) em relação à orientação dos passos para o caminho da sustentabilidade, para o campo cultural, é possível que destinos possam se organizar atendendo a pontos específicos contidos nos dezessete itens orientados, como por exemplo:

Atendendo ao ODS 4 – Educação de qualidade. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cultural. Buscar conhecimento em áreas como arte, música, literatura, dança e história pode ampliar a compreensão e a apreciação das diferentes formas culturais, além de levar para as escolas aspectos culturais locais para orientar desde a infância

acerca das questões específicas de cada localidade, despertando um senso de pertencimento e reconhecimento através da história local.

Atendendo ao ODS 5 – Igualdade de gênero. A cultura pode ser uma plataforma para dar voz às mulheres e promover seu empoderamento. Incentivar a participação ativa das mulheres nas artes, na produção cultural, na tomada de decisões e em espaços de liderança é fundamental para avançar em direção à igualdade de gênero. Isso pode ser alcançado através do apoio a iniciativas culturais lideradas por mulheres e da promoção de oportunidades iguais de acesso e participação.

Atendendo ao ODS 10 – Reduzir as desigualdades. A exploração da diversidade cultural é um importante instrumento contra as desigualdades. É importante buscar a diversidade cultural, seja através da visita a museus, galerias de arte, festivais culturais ou da interação com pessoas de diferentes origens étnicas e culturais. Aprender sobre diferentes culturas, tradições, crenças e práticas amplia os horizontes culturais e promove a compreensão e o respeito mútuo. Engajar-se na comunidade local é uma forma valiosa de desenvolvimento cultural. Participar de eventos culturais, como peças de teatro, concertos, exposições de arte ou festivais, contribui para o fortalecimento e a preservação da cultura local. Além disso, envolver-se em atividades culturais comunitárias, como grupos de dança, corais, clubes de leitura ou projetos de preservação do patrimônio, permite a expressão criativa e a interação com outras pessoas interessadas em cultura.

Atendendo ao ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis. Valorizar e preservar o patrimônio cultural é essencial para o desenvolvimento cultural. Isso pode envolver a restauração e conservação de monumentos históricos, sítios arqueológicos, obras de arte e documentos antigos. A conscientização sobre a importância da preservação cultural contribui para a transmissão das tradições e da identidade cultural para as gerações futuras.

Atendendo ao ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Buscar o desenvolvimento cultural também envolve a integração da cultura na vida cotidiana. Isso pode ser feito através do consumo consciente de produtos culturais, como livros, filmes, música e arte, valorizando a diversidade cultural em casa e no trabalho, e promovendo o diálogo intercultural e a troca de experiências, atuando na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, possibilitando o acesso à justiça e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, fomentando a paz nas localidades, ajudando a prevenir a violência e o conflito.

Observa-se na interpretação dos dados que o residente não percebe de maneira direta a ligação do turismo com a cultura. Na observação participante, percebeu-se em alguns discursos onde os munícipes reconhecem as suas manifestações culturais citando os patrimônios material e imaterial dos destinos, assim como mencionam não visualizarem apoio direto para sua preservação advindo do poder público municipal. Nas entrevistas, eles relatam que através do turismo é possível conseguir outros apoios por meio do poder de atratividade advindo da cultura, como apoios financeiros de fundações, associações, movimentos integrantes do âmbito cultural, bem como de verbas públicas estaduais, federais e internacionais ampliando e fortalecendo sua estrutura e seu potencial para o interesse turístico, afirmando que, através do turismo, abre-se uma possibilidade de manter, retomar, preservar e conservar sua cultura material e imaterial embora seja comum ouvir os relatos de que a cultura é um bem local, que é parte do cotidiano das pessoas que vivem em determinado lugar, independentemente do turismo. Essa percepção volta-se para a interpretação de que quanto mais desenvolvido é o destino, menos se faz referência à modificação da cultura através do turismo, tendenciando a perceberem de uma maneira mais próxima à influência negativa do que positiva.

Nessa perspectiva, pode-se observar que embora o turismo possa ter relevância para a preservação da cultura local por estimular a comunidade o resgate de suas raízes, histórias, além da apropriação de hábitos e costumes tradicionais para assim, podê-los transmitir ao turista, ou o destino fadar-se a uma situação de aculturação por não priorizar a cultura em detrimento a outros aspectos de desenvolvimento, o residente não percebe de maneira direta a ligação do turismo com a cultura local, devendo ser um ponto de atenção para que o impacto negativo não sobressaia ao positivo.

4.4 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO SOCIAL

Nesta dimensão analisou-se as respostas obtidas na amostra de 1.183 respondentes e que teve como finalidade identificar a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento social, a seguinte questão foi apresentada: **“Como o residente percebe que o turismo no município está contribuindo para o desenvolvimento social?”**.

Para a dimensão social, conforme tabela 03, observa-se uma correlação positiva sobre a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento social, comprovado pelo teste de Correlação Rho de Spearman ($\rho = ,096^{**}$; $\rho < 0,001$). A partir da análise, interpreta-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais a localidade percebe como positiva a relação do turismo com o desenvolvimento social através do resultado exposto na

tabela 03 estar apontando percepção positiva. Quanto mais desenvolvidos os destinos para o turismo (levando em conta a categorização do Ministério do Turismo) mais a localidade percebe que relação do turismo com o desenvolvimento social, como apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Social

Variáveis	Percepção dos residentes
Variável 3 - Dimensão Social	,096**

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa 2022

Ainda que as questões social e cultural estejam intrinsicamente ligadas, é importante destacar a abordagem da dimensão social como forma de analisar especificamente o componente humano contido nesta dimensão, uma vez que o desenvolvimento social se traduz através de parceria e cooperação adotados como uma cultura e está centrado no ser humano (CORIOLANO E LIMA, 2003)

O desenvolvimento social necessita de apropriação de territórios, sendo este aspecto suporte das relações sociais e funcionais (BARQUERO, 1995), passível de transformações associadas a valores morais, disseminação de epidemias, criminalidade, prostituição (FERRETTI, 2002; DIAS, 2005).

Valores como democracia e igualdade são necessários para os direitos humanos e devem ser levados em consideração para a formação de espaços territoriais interdependentes (SACHS, 2006) onde Sen (2000) afirma que é importante ser enxergado além da concepção de acumulação de riqueza, mas com a melhoria de vida e autonomia de uma população que quando exposta a privações de liberdade como fome coletiva, pouco acesso aos serviços de saúde, saneamento, água tratada, educação, emprego remunerado, segurança econômica e social, desigualdade entre os sexos, entre outros, fatalmente não alcançarão seu desenvolvimento, necessitando para tal um estado de liberdade, possuindo livre arbítrio político, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Coriolano e Lima (2003) e Hall (1998) complementam esse pensamento admitindo que o homem deve ser possibilitado a ter uma vida digna, onde as diferenças humanas perpassem a ideia de deficiências, mas que seu foco esteja nas possibilidades de desenvolvimento voltados para outras formas de vida cultural, política, social e moral, capaz de aproveitar nas diferenças um espaço de construção de identidades.

O turismo, entendido por Moesch (2000) como uma prática social, impacta a realidade de um território de maneira positiva ou negativa dada a sua dinâmica de objetividades e

subjetividades. Apresentando-se como pontos negativos a possibilidade de mudança do estilo de vida da população e degradação de culturas tradicionais (SINCLAIR E STABLER, 2009), bem como o ressentimento entre a população local e os turistas (OMT, 1999) dadas as diferenças sociais existentes entre eles.

Cabe destacar o turismo de massa como sendo um dos critérios que leva à insatisfação da comunidade receptora, gerado pela insatisfação da comunidade devido à superlotação dos espaços e ao comportamento dos turistas. PANOSSO NETTO et al (2021) relata esta realidade citando destinos consolidados como Veneza (Itália), Londres (Inglaterra) e Santorini (Grécia), e Barcelona (Espanha) expondo questões voltadas para o tratamento hostil dos residentes com os turistas, apresentando o neologismo “turismofobia”, quando a comunidade receptora encara o turista de maneira negativa.

Os autores relatam que os espaços podem sofrer processos de gentrificação, resultando na migração de residentes para áreas periféricas, uma vez que o alto custo cobrados nos imóveis e nas empresas de bens e serviços localizadas nas áreas centrais terminam por afastar os residentes para as periferias, mantendo nos espaços melhor localizados somente o que é de interesse turístico, ou residentes com alto poder aquisitivo, o que causa repulsa ao turismo por parte da população.

Em se tratando de questões voltadas para o meio social, o turismo pode vir a ser uma alternativa de renda para as comunidades e deve apresentar-se como uma ferramenta de inclusão social dada a oportunidade de geração de empregos pelas empresas turísticas quanto nas empresas que se ligam direta ou indiretamente à cadeia produtiva do turismo como sugere Barretto (2007), embora alerte que a atividade possa não ser recompensa suficiente frente aos conflitos sociais com a chegada de estranhos e por estes fazerem uso da precária infraestrutura existente, principalmente em países em desenvolvimento, colapsando o sistema e gerando insatisfação na população.

Paralelo a isto, o turismo pode surgir como uma possibilidade de intensificar o desenvolvimento social em uma comunidade, diminuindo o êxodo rural e melhorando as condições de vida de territórios que possuam uma atividade econômica que não garante renda suficiente ou em destinos que possuam localização desfavorável. Por estar associado a outras atividades, o turismo pode se apresentar como uma opção secundária a atividades já existentes, o que Krippendorff (2003) mencionou como sendo “tábua de salvação”.

Um ponto importante para que o turismo possa atuar favorecendo o desenvolvimento social seria a participação dos atores sociais no processo, uma vez que estes conhecem os problemas e necessidades da localidade, fazendo com que o turismo não se fixe como uma atividade excludente e concentradora de renda. Observando a população como parte da herança local, Lickorish (2000) afirma que as relações humanas devem ser consideradas para que o turismo não gere repercussão problemáticas, tendo em vista que efeitos como o aparecimento do comportamento consumista, a mendicância, prostituição, consumo de drogas seriam questões locais existentes em uma comunidade vulnerável a elas, pois estão ligadas a mudanças sociais contidas no processo de modernização, não sendo de responsabilidade direta do turismo. Ele afirma que o turismo pode acelerar o processo, mas os problemas estão na comunidade e não na atividade turística.

Para o campo social, os ODS (2015) orientam passos para o caminho da sustentabilidade apresentando que é possível que destinos possam se organizar atendendo a pontos específicos contidos nos dezessete itens orientados, como por exemplo:

Atendendo ao ODS 4 – Educação de qualidade. O acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento social. Isso inclui a educação básica universal, programas de alfabetização, educação técnica e profissionalizante, além de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. A educação desempenha um papel fundamental na capacitação das pessoas, na redução da desigualdade, na melhoria das perspectivas de emprego e no desenvolvimento de habilidades necessárias para a participação plena na sociedade.

Atendendo aos ODS 5 – Igualdade de gênero e ODS 10 – Reduzir as desigualdades. O desenvolvimento social exige uma abordagem inclusiva que garanta igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, religião ou status socioeconômico. Isso inclui a eliminação da discriminação, a promoção da igualdade de gênero, a proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da coesão social.

Atendendo ao ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico. O desenvolvimento social requer a criação de oportunidades de emprego decente e produtivo para todos. Isso envolve garantir condições de trabalho justas, salários adequados, segurança ocupacional, proteção social e igualdade de oportunidades. A promoção do empreendedorismo, do desenvolvimento de habilidades e do acesso ao mercado de trabalho são elementos essenciais para alcançar o desenvolvimento social sustentável.

Atendendo ao ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes. O desenvolvimento social está intimamente ligado à promoção da paz, justiça e instituições eficazes em uma sociedade. Esses três elementos são fundamentais para garantir um ambiente estável, igualitário e baseado no Estado de direito e podem ser intensificados através da construção de uma cultura de paz, onde a resolução pacífica de conflitos, a tolerância, a inclusão e o respeito pelos direitos humanos sejam valorizados. Isso envolve a promoção de diálogo, a educação para a paz, a participação cívica, o respeito pela diversidade e a prevenção da violência em todas as suas formas, além do acesso à justiça, fortalecimento das instituições democráticas, prevenção e resolução de conflitos e engajamento social e participação cívica.

Na observação participante, quando questionados sobre o desenvolvimento social os entrevistados demonstraram uma visão positiva na contribuição do turismo para a sociedade quando relatavam as possibilidades de criação de postos de trabalho e geração de emprego que o turismo oportuniza, citando em grande parte das vezes que percebiam a contribuição em relação à realização de eventos nos locais, quando há mais possibilidades de lazer, envolvimento social e ganhos financeiros, esse último sentido especialmente no comércio, o que estimula a cadeia produtiva.

A partir da interpretação dos dados, é possível entender que quanto mais desenvolvido o destino, mais o residente percebe a contribuição do turismo para o desenvolvimento social. Neste sentido, entende-se como necessário o planejamento do espaço com foco no ordenamento municipal com vistas a diminuir as questões e necessidades comuns a uma sociedade vulnerável. Rua (2006) afirma que o turismo pode ir além da geração de trabalho e renda, auxiliando na inclusão social por agregar uma série de dimensões favoráveis à integração e solidariedade.

4.5 PERCEPÇÃO DO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO ECONÔMICA

Nesta dimensão analisou-se as respostas obtidas na amostra de 1.198 respondentes e que teve como finalidade identificar a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico, a seguinte questão foi apresentada: “Como o residente percebe que o turismo no município está contribuindo para o desenvolvimento econômico? ”.

Para a dimensão econômica, conforme tabela 04, observa-se uma correlação positiva sobre a percepção do residente em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico, comprovado pelo teste de Correlação Rho de Spearman ($\rho = ,151^{**}$; $\rho < 0,001$). A

partir da análise, interpreta-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais a localidade percebe como positiva a relação do turismo com o desenvolvimento econômico através do resultado exposto na tabela 04 estar apontando percepção positiva. Quanto mais desenvolvidos os destinos para o turismo (levando em conta a categorização do Ministério do Turismo) mais a localidade percebe que relação do turismo com o desenvolvimento econômico, como explica a tabela 4.

Tabela 4 – Correlação entre a Percepção do Residente e a Dimensão Econômica

Variáveis	Percepção dos residentes
Variável 4 - Dimensão Econômica	,151**

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa 2022

A sociedade contemporânea vive uma cultura capitalista advinda na necessidade de subsistência, acúmulo de riquezas ou acompanhar as tendências existentes pela necessidade de consumo excessivo, fruto do capitalismo que Heilbroner (1996) afirma ser o sistema econômico dominante na maior parte do mundo e, mesmo contrário às suas próprias convicções, admite que o referido sistema consegue ajustar as questões materiais que se relacionam com a humanidade de modo mais satisfatório do que o socialismo.

O desenvolvimento consiste em gerar resultados positivos (ANDRADE, 1997) partindo de baixo para cima, ou seja, inicia no local para o regional em seguida para o nacional. Em sua visão, um país desenvolvido depende de municípios desenvolvidos. Llorens (2001) fala do desenvolvimento como lugar de fomento de intersecção de atividades, unindo os setores econômicos a fim de utilizar todos os potenciais recursos existentes visando mais oportunidades de geração de riqueza e emprego para as localidades e assim ampliar a capacidade econômica local.

A dimensão econômica é bastante mencionada quando fala-se em turismo. Considerado como uma atividade do setor terciário, é uma prática que movimenta diversos outros setores através de uma cadeia produtiva (LEIPER, 1979) não necessitando de interferências e pressões externas, tendo em vista seu grau de autossuficiência e de atratividade para excedentes econômicos.

A dimensão econômica no turismo apresenta impactos positivos e negativos necessários ou nocivos ao seu desenvolvimento. Há diversos impactos negativos presentes nesta dimensão como: sazonalidade, pressão inflacionária, fluxos migratórios decorrentes do crescimento do turismo (OMT, 1999 LAGE; MILONE, 1998, SINCLAIR E STABLER, 2009)

Outro aspecto negativo é o turismo de massa que, embora dê uma impressão de benéfico para o turismo devido ao fluxo que gera nas localidades, o segmento está mais relacionado ao crescimento do que ao desenvolvimento. Autores dividem opiniões entre focos sistêmicos (RUSCHMANN, 2008; DIAS 2005; BENI 2007) e desenvolvimentistas (KRIPPENDORF, 2003; SWARBROOKE, 2000; CORIOLANO, 2006) quando falam do turismo de massa, mas concordam em um ponto: a necessidade do planejamento turístico. Por não estimular a cadeia produtiva do turismo, o turismo de massa favorece diretamente as empresas que o comercializa, assim como empresas e prestadores de serviços presentes na rota comercializada. Há questões relacionadas à permanência do turista na localidade, gastos realizados geralmente mais limitados do que de turistas de outros segmentos; além da exploração de áreas que não possuem monitoramento de capacidade de carga, ameaçando a deterioração do espaço, diminuindo o interesse da demanda, sendo o momento em que o destino perde a sua atratividade e cai em declínio (BUTLER, 1980).

Lickorish (2000) declara que não deve-se culpar o turismo pelos impactos causados, uma vez que a atividade pode adiantar um processo que fatalmente aconteceria devido ao processo de modernização em áreas de vulnerabilidade econômica. Neste ponto entra a responsabilidade da gestão pública para nortear o desenvolvimento da atividade.

De outra maneira, há uma série de oportunidades de trabalho e geração de empregos gerados pelo turismo, embora este não seja seu principal resultado (LAGE E MILONE, 1998). A OMT (1999) justifica que o turismo seria uma indústria que depende do fator humano, favorecendo a criação de empregos, podendo desencadear o desenvolvimento de outras atividades complementares a renda da população, fazendo com que os residentes permaneçam em seus destinos, evitando migração.

Leckorish e Jekins (2000) afirmam que o turismo não favorece somente a questão econômica, mas também as áreas ambientais, sociais e culturais de cada lugar, sendo possível através dele, viabilizar aos destinos investimentos do poder público em suas diversas esferas.

Dentre os benefícios positivos do desenvolvimento turístico estão a criação de novos postos de trabalho, abertura de novas empresas, melhoria da infraestrutura, qualidade ambiental, objetivando um lugar limpo, não contaminado, com abastecimento de água e tratamento de resíduos, além da arrecadação de impostos que serão retornados para investimento na comunidade e, conseqüentemente, melhoria de vida. O turismo pode beneficiar outros setores através de um efeito multiplicador (LAGE E MILONE, 1998; SINCLAIR E

STABLER, 2009), podendo ser considerado como uma atividade multilateral indo além da questão mercadológica como afirma Lemos (2005).

A política de turismo é outro ponto fundamental para se atingir o desenvolvimento turístico. De acordo com Lopes, Tinoco e Souza (2011), a política de turismo pode ser compreendida como um conjunto de ações de representantes governamentais que objetiva modificar o meio econômico e social, com a responsabilidade de garantir a equidade na distribuição dos benefícios à população (RUA, 2006), tendo como um dos maiores desafios em sua gestão os conflitos com os interesses dos stakeholders (BUHALIS, 2000), sendo necessária uma ação de planejamento no intuito de identificar possíveis efeitos positivos e negativos do turismo no destino, aliando-os aos interesses dos stakeholders envolvidos diretamente na atividade.

No campo econômico, os ODS (2015) orientam passos para o caminho da sustentabilidade apresentando que é possível que destinos possam se organizar atendendo a pontos específicos contidos nos dezessete itens orientados, como por exemplo:

Atendendo ao ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico. O crescimento econômico é um componente essencial do desenvolvimento econômico. Refere-se ao aumento da produção total de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. Geralmente é medido pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento econômico sustentado é fundamental para gerar empregos, aumentar a renda, melhorar as condições de vida e fornecer recursos para investimentos em áreas-chave. O desenvolvimento econômico sustentável deve ser inclusivo, reduzindo a desigualdade econômica e social, permitindo trabalho digno e condições de trabalho. Políticas que promovem a igualdade de oportunidades, acesso a serviços básicos, distribuição justa de renda e proteção social são essenciais para garantir que os benefícios do desenvolvimento econômico sejam amplamente compartilhados.

Atendendo ao ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura. O desenvolvimento econômico e a indústria estão intrinsicamente ligados. A indústria desempenha um papel importante no impulsionamento do crescimento econômico, na criação de empregos, no aumento da produtividade e na geração de riqueza. Ela impulsiona a inovação e o desenvolvimento tecnológico. As empresas industriais têm incentivos para investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para melhorar processos, criar novos produtos e explorar novas oportunidades de mercado. Essa inovação tecnológica não apenas impulsiona o crescimento da indústria, mas também tem efeitos positivos em outros setores da economia e na sociedade

como um todo como crescimento econômico, geração de empregos, aumento da produtividade, exportação e competitividade e desenvolvimento regional e urbano do setor privado.

Na observação participante, quando questionados sobre o desenvolvimento econômico os entrevistados demonstraram uma visão positiva na contribuição do turismo para a economia quando relatavam que o setor econômico é um dos maiores vetores para o desenvolvimento local. A partir da visão voltada para a economia, os residentes entrevistados observam uma grande possibilidade de geração de divisas, trabalho, emprego e renda.

A partir da interpretação dos dados, é possível entender que quanto mais desenvolvido o destino, mais o residente percebe a contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico. A partir da visão voltada para a economia, os residentes observam uma grande possibilidade de geração de divisas, trabalho, emprego e renda.

Para uma melhor compreensão das análises, apresenta-se a seguir a tabela (5) de variáveis completa.

Tabela 5 – Correlação entre todas as dimensões

<i>Variáveis</i>	<i>Percepção dos residentes</i>
<i>Variável 1 - Dimensão Ambiental</i>	-,116**
<i>Variável 2 - Dimensão Cultural</i>	-,055
<i>Variável 3 - Dimensão Social</i>	,096**
<i>Variável 4 - Dimensão Econômica</i>	,151**

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa 2022

Após realizada a correlação entre os municípios (pessoas entrevistadas) e os questionamentos voltados para o desenvolvimento ambiental, cultural, social e econômico, percebe-se que quanto mais desenvolvido é o destino, mais se percebe a ação do turismo como negativa para o desenvolvimento ambiental; quanto mais desenvolvido é o destino, menos influência direta do turismo é percebida para o desenvolvimento cultural; quanto mais desenvolvido é o destino, mais se percebe a contribuição do turismo para o desenvolvimento social; e quanto mais desenvolvido é o destino, mais se percebe a contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o questionamento realizado ao início desta investigação científica, sobre qual a percepção dos residentes em relação à sustentabilidade em relação ao desenvolvimento do turismo nas áreas ambiental, cultural, social e econômica, levando em conta os conteúdos expostos pode-se considerar que há percepções distintas quando leva-se em consideração os destinos mais desenvolvidos para os destinos em desenvolvimento. A orientação desta tese volta-se à sustentabilidade, especialmente no que sugere os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015) criados por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, sendo relevante mencionar ações contidas nesses objetivos, a fim de sugerir práticas que podem minimizar os impactos e auxiliar no desenvolvimento ambiental do destino.

Cumprindo o item exposto no objetivo específico a) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão ambiental da sustentabilidade; pode-se entender que na percepção do residente, quanto mais desenvolvido o destino, mais se percebe os impactos causados pelo turismo ao meio ambiente. Quanto mais desenvolvido o destino, mais o residente percebe o avanço de construções em áreas naturais, desmatamentos ou mesmo o acesso a áreas sem a devida proteção. Observando a necessidade de preservação de espaços naturais, preservação da vida e redução de gases, os ODS (ONU, 2015) orientam como as localidades podem agir em busca de um desenvolvimento sustentável com foco no desenvolvimento ambiental ressaltando a atenção para aspectos voltados aos seguintes ODS:

ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis; ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis; ODS 13 – Ação climática; ODS 14 – Proteger a vida marinha; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; e ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos.

Para o desenvolvimento ambiental, orienta-se que a localidade, através de programas voltados ao planejamento do turismo, políticas públicas ou leis municipais façam a gestão dos espaços naturais englobando os aspectos de fauna e flora de biomas aquáticos e terrestres, além de ações de sensibilização e conscientização do uso adequado do solo e orientação para redução de gases do efeito estufa.

Cumprindo o item exposto no objetivo específico b) Identificar a relação entre a percepção dos residentes quanto ao impacto da atividade turística e a dimensão cultural da sustentabilidade; interpreta-se que quanto mais desenvolvido o destino, o residente percebe que

o turismo não interfere diretamente no desenvolvimento cultural, tendo em vista os resultados obtidos através do resultado da pesquisa. Embora a teoria preveja questões negativas relacionadas à aculturação ou anão valorização da cultura ou questões positivas quanto à apropriação cultural com resgate de manifestações populares com fins iniciais de cunho turístico, observa-se que, quanto mais desenvolvido o destino, há a percepção de nulidade em relação aos processos de interferência cultural na localidade. Este ponto merece atenção, uma vez que conforme exposto anteriormente, a cultura é determinante para o desenvolvimento de uma comunidade, sendo relevante a preocupação em preservar a história local e a manutenção das origens.

Seguindo as orientações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015), há conteúdos que se voltam para a questão cultural e que serão expostos a seguir no intuito de sugerir práticas que incentivem o desenvolvimento cultural através da preservação da cultura material e imaterial existente no destino por meio de é um processo contínuo que envolve a promoção e o enriquecimento das expressões culturais individuais e coletivas. Observando a necessidade de preservação de espaços, objetos e manifestações culturais, os ODS (ONU, 2015) orientam como as localidades podem agir em busca de um desenvolvimento sustentável com foco no desenvolvimento cultural ressaltando a atenção para aspectos voltados aos seguintes ODS (ONU, 2015): ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Reduzir as desigualdades; ODS 11– Cidades e comunidades sustentáveis; e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

Para o desenvolvimento cultural, é importante lembrar que a cultura faz parte de um processo individual e coletivo e que cada pessoa tem suas próprias preferências e interesses culturais. O importante é estar aberto às experiências culturais, cultivar a curiosidade e o respeito pelas diferentes formas de expressão cultural para assim garantir a preservação da cultura e de todo o seu patrimônio material e imaterial.

Cumprindo o item exposto no objetivo específico c) Compreender o desenvolvimento turístico a partir da dimensão social; compreende-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais o residente percebe o turismo como sendo positivo para o desenvolvimento social a partir dos resultados coletados na pesquisa. Pode-se entender que na área social a percepção do residente pode estar associada às diversas oportunidades de emprego formal e informal e à geração de renda que o turismo proporciona à comunidade, além da promoção de eventos como oportunidade de lazer para a população, iniciativa que visa a atração de turistas que beneficia toda uma localidade. O desenvolvimento social refere-se a melhorias nas condições e no bem-

estar social de uma sociedade como um todo. Vai além do crescimento econômico e se concentra na qualidade de vida das pessoas, na justiça social, na equidade, na inclusão e na promoção do bem-estar geral.

Observando a necessidade do desenvolvimento social, os ODS (ONU, 2015) orientam como as localidades podem agir em busca de um desenvolvimento sustentável com foco na sociedade ressaltando a atenção para aspectos voltados aos seguintes ODS (ONU, 2015): ODS 1 – Erradicar a pobreza; ODS 2 – Erradicar a fome; ODS 3 – Saúde de qualidade; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8– Trabalho digno e crescimento econômico; ODS 10 – Reduzir as desigualdades; e ODS 16- Paz, justiça e instituições eficazes.

Para o desenvolvimento social necessita-se de melhorias nas condições e no bem-estar social de uma sociedade como um todo, ele caminha além do crescimento econômico e se concentra na qualidade de vida das pessoas, na justiça social, na equidade, na inclusão e na promoção do bem-estar geral.

Por fim, cumprindo o que estabelece o objetivo específico d) Compreender o desenvolvimento turístico a partir da dimensão econômica; observa-se que quanto mais desenvolvido o destino, mais o residente percebe a colaboração do turismo para o desenvolvimento econômico de acordo com os resultados dos dados coletados. Percebeu-se um resultado significativo, fazendo-se entender, a partir do que diz a literatura, que o setor econômico é um dos setores que mais se evidenciam ao se mencionar a prática turística.

Como abordado na discussão dos resultados, alguns autores criticam o fato dos setores ambientais ou socioculturais investirem no turismo em virtude do benefício econômico. Contudo, é válido lembrar que somente o crescimento econômico não determina o desenvolvimento. É possível interpretar que há a compreensão de que o turismo proporciona geração de divisas, trabalho e renda, permitindo que a população tenha uma percepção positiva da atividade.

O desenvolvimento econômico refere-se ao processo de melhoria das condições econômicas de uma sociedade, envolvendo o aumento da produção, a criação de empregos, o aumento da renda per capita e a melhoria geral do padrão de vida das pessoas. O desenvolvimento econômico é um objetivo importante para as localidades uma vez que busca impulsionar o crescimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

Observando a necessidade do desenvolvimento econômico, os ODS (ONU, 2015) orientam como as localidades podem agir em busca de um desenvolvimento sustentável com

foco na economia ressaltando a atenção para aspectos voltados aos seguintes ODS (ONU, 2015): ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico; e ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.

No entanto, é importante destacar que o desenvolvimento econômico e a indústria devem ser orientados para a sustentabilidade, levando em consideração os impactos ambientais e sociais. O desenvolvimento industrial responsável inclui a adoção de práticas sustentáveis, a minimização da poluição, a eficiência no uso de recursos e a promoção de condições de trabalho justas e seguras. Dessa forma, o desenvolvimento econômico e a indústria podem contribuir para um futuro sustentável e equitativo.

O desenvolvimento sustentável é uma abordagem holística que busca equilibrar as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras. É um caminho para alcançar um futuro próspero, justo e seguro para todos, sem comprometer os recursos naturais e o meio ambiente.

A busca pelo desenvolvimento sustentável exige a integração de políticas e práticas que promovam a eficiência no uso dos recursos, a proteção ambiental, a inclusão social, a igualdade de gênero, a justiça social e a participação cidadã. Isso requer uma colaboração e parceria entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais.

Ao adotar uma abordagem de desenvolvimento sustentável, é possível alcançar resultados positivos em diversas áreas-chave, como a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de oportunidades, o acesso à educação, à saúde, à água potável e ao saneamento básico, o fomento à inovação tecnológica, a criação de empregos decentes, a redução das desigualdades, a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável faz-se necessário inserir uma mudança de paradigma, uma transformação dos modelos de produção e consumo, e a superação de desafios como a pobreza extrema, a degradação ambiental, as mudanças climáticas, os conflitos sociais e as desigualdades persistentes.

É fundamental que os governos, as empresas e a sociedade como um todo assumam a responsabilidade e ajam de forma proativa para implementar políticas e práticas sustentáveis. Isso envolve investimentos em infraestrutura verde, promoção de energias renováveis, incentivo à inovação tecnológica, criação de empregos verdes, implementação de políticas de conservação ambiental, promoção da justiça social e combate à corrupção. O desenvolvimento

sustentável é um desafio global que requer ações coletivas e individuais, e todos têm um papel a desempenhar na construção de um mundo mais equitativo e próspero para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism the resort life cycle. *Annals of tourism research*. v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.

AGUILAR C. R. V. El Ciclo de Vida de un Destino Turístico: Puerto Vallarta, Jalisco, México. **CULTUR** – Revista de Cultura e Turismo, ano 03, n. 01, 2009.

AIRES, J. D. M.; BRANDÃO, P. de M.; CUNHA, S. de L.; MARANHÃO, C. H. da S.; PEQUENO, E. A. Análise do Ciclo de Vida do Destino Turístico Natal/RN à luz do Modelo de BUTLER. **XVI Seminário de Pesquisa do CCSA ISSN 1808-6381**. UFRN, 2012.

ÁLVARES D. F., Dalonso Y. S. & Lourenço J. M. B. B. Touristic destination assessment models: design and Applicability. *Revista Turismo em Análise - RTA | ECA-USP* | v. 30, n. 1, p. 1-23, Jan./Apr., 2019

ÁLVARES, D.F.; LOURENÇO, J. M. Modulação de Ciclos de Vida de Destinações Turísticas: O Caso Da Ilha Da Madeira-PT. **Anais do 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável**. Braga, 2006.

ANDRADE, J.R.L.de. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional**: o turismo no Estado de Sergipe. Curitiba, 1997. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1997.

AQUINO, J. A. de, As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais** - vol. 2. n 2, 2000.

ARAÚJO, G. C.; CAMPELO, E. H. R.; FRATA, A. M.; MARIANI, M. A. P.; MICHELS, I. L.; O Ciclo de Vida do Destino Turístico de Bonito, Mato Grosso do Sul. **Anais do XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**, Londrina, 2007.

ASSIS-DE-SOUZA, K. G. D. **Ciclo de vida de áreas turísticas**: um estudo sobre polo Seridó, 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

AZEVEDO, F. F. Desenvolvimento Local e Capital Social: uma abordagem teórica. Aracaju: **Revista Geonordeste**, Ano XIX, nº1, p.87-105, 2008.

BARBIERI, J. C. SILVA, D. da. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: Uma Trajetória Comum com Muitos Desafios**. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. Jan – mar 2011. SÃO PAULO, 2011.

BARBOSA, E. **Teoria Social**: Desafios de uma Nova Era.in: Cadernos de Sociologia, nº 10. Porto Alegre, EDUFRGS, 2001.

BARQUERO. A.V. Del Desarrollo Concentrado al Desarrollo Difuso. Curitiba, IPARDES/ILPES, 1995

BARRETTO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas , SP: Papirus, 1991.

_____. M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Turismo y Cultura**: relaciones, contradicciones y expectativas. Colección PASOS edita nº 1, Tenerife – España, 2007.

BARROS, N. C. de. Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das Destinações no Litoral do Nordeste do Brasil. **Turismo - Visão e Ação**. Vol. 7 - n.2, p. 241 – 256. mai/ago, 2005.

BELTRÃO, O. di. **Turismo: a indústria do século XXI**. Osasco: Novo Século, 2001.

BENEDETTO, C. A. di.; BOJANIC, D. C. Tourism Area Life Cycle Extensions. **Annals of Tourism Research**, Vol. 20, pp. 557-570, 1993

BENI, Mário Carlos. **Análise do desempenho institucional do turismo na administração pública**. In: Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 12 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

BISSOLI, M. A. M. A.; Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999.

BOLEY, B. B., STRZELECKA, M., & WOOSNAM, K. M.. Resident Perceptions of the Economic Benefits of Tourism: Toward a Common Measure. **Journal of Hospitality & Tourism Research**, 42(8), 1295–1314, 2018.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação? São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, Ministério de Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: Perguntas e Respostas. Brasília, 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2007-2010**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de políticas de turismo. Brasília: 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação a distância para desenvolvimento do turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional** Ministério do Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação a distância para desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas públicas do turismo** / autoria do conteúdo técnico científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godói Trigo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Sistema Brasileiro de Classificação de Hospedagem**. Cartilha de Orientação Básica. 2. ed. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Turismo. World Tourism Organization (UNWTO). Turismo e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Trad. Ministério do Turismo. Brasília, 2019.

BRITO H. M. O. de. & SILVA, L. A. M. G. da A Promoção do Desenvolvimento Sustentável por Intermédio do Trabalho Decente e da Economia Verde. **Direito e Desenvolvimento**, 7(2), 152 – 169, 2017. Disponível em:
<<https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v7i2.322>> Acesso em: 23 de out. de 2021.

BROWN, F. Tourism reassessed, blight or blessing? Heinemann, Oxford, 1998.

BRUSADIN, L. B.; SILVA, R. H. T. da. O Uso Turístico do Patrimônio Cultural em Ouro Preto. **CULTUR**, ano 06 - nº 01. Fev/2012

BUARQUE, S. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários com Foco Microrregional. Recife: IPEA, junho, 2000.

BUCKLEY, Walter. **La Sociologia y la Teoría moderna de los sistemas**. Buenos Aires. Amarrortu Editores, 1993.

BUHALIS, D. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**. 21(1), 97-116, 2000

BUTLER, R. W. The concept os a tourism área cycle of evolution: Implications for management of resources. **Canadian Geographer**, 1980.

CALMON DE PASSOS, P. N. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, [S. l.], v. 6, n. 6, 2009. Disponível em:
<<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CANTALLOPS A. S.; CARDONA, J. R. Historia del turismo en Ibiza: Aplicación del Ciclo de Vida del Destino Turístico en un destino maduro del Mediterráneo. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 12 N.º 4. Págs. 899-913. 2014.

CASAROLA, L. **Turismo e ambiente**. Tradução de Waldelina Rezende. São Paulo: Roca, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol 1. 2 ed. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPEDA, F. J. T.; FERNANDES, P. O. Evolução do Turismo na região norte de Portugal: Aplicação do ciclo de vida. II Seminário Luso-Espanhol de Economia Empresarial. Covilhã, 2000.

CHAPMAN A.; LIGHT, D. Exploring the tourist destination as a mosaic: The alternative lifecycles of the seaside amusement arcade sector in Britain. **Tourism Management**. V. 52.

2016. p. 254 a 263.

CHAVES, J. M. P.; RANGEL, R. A. O Ciclo de Vida do Produto Turístico e as Estratégias de Gestão de Marketing: Um Estudo de Caso sobre Bonito (MS). **DESTARTE** v.2, n.1, 2012.

CHRISTALLER, W. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions – underdeveloped countries - recreation áreas. **Regional Science Association Papers**, 12, 1963.

COELHO, J. & BUTLER, R. (2012): The Tourism Area Life Cycle: a quantitative approach of the of the tourism area life cycle. **European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation**, vol. 3 (1), 9-31

COELHO, J. A. S.; LOURENÇO, P. F. A. C. A identificação da fase do ciclo de vida de um destino turístico para as escolhas estratégicas: uma proposta de uma ferramenta expedita. *Revista de Estudios Económicos y Empresariales*, Núm. 27, pp. 15-41, 2015.

COHEN, E. Rethinking the sociology of tourism, **Annals of Tourism Research**, 6, 1978.

COOPER, C. FLETCHER, J. FYALL, A. GILBERT, D. WANHILL, S. **Turismo Princípios e Práticas**. Trad. Alexandre Salvaterra, 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COOPER, C. & JACKSON, S. Destination life cycle: the Isle of Man case study. *Annals of Tourism Research*, 16, 377 e 398, 1989.

COOPER, C. et al. **Turismo, princípios e práticas**. Traduzido por: Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Tradução de: *Tourism – Principles and Practice*.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006-1.

_____. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COSTA, E. C. DO N. NETO, J. I. S. SILVA, M. W. S. de. Impactos ambientais do “turismo de massa”: Um estudo de caso da procissão de n. Srª dos Navegantes na APA da Barra do rio Mamanguape – PB, Brasil. **VIII Fórum Internacional De Turismo do Iguassu**. Foz do Iguaçu, Paraná, 2014

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

EMBRATUR. **Política nacional de turismo**: diretrizes e programas. BRASÍLIA: Governo Federal, 1999.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha**: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade, 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. **Turismo: visão e ação**. Vol. 14, n. 3, jun, 2011 – mai, 2012.

FERRAZ, J. A. Regime jurídico do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Robert; McINTOSH. **Turismo: princípios práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina**, 2022, Disponível em: <<https://www.sde.sc.gov.br/index.php/noticias/3823-2022-programa-gente-catarina-mostra-resultados-com-melhorias-nos-municipios-com-idh-abaixo-de-0-7>> Acesso em: 12 de nov. de 2022.

GSTC – Global Sustainable Tourism Concil. **Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações**. Versão 1.0. Travel Forever. 2013. Documento em português. Disponível em <<https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/2017/01/Portuguese-GSTC-D-Aug-2014-2.pdf>> Acesso em: 25 de nov. de 2022.

_____. **Certificação**. Disponível em: <<https://www.gstcouncil.org/certification/accreditation/certification-recognition/>> Acesso em: 25 de nov. de 2022.

GUEDES, L. C. **O ciclo de vida do destino turístico na Vila de Alter do Chão - PA**: Reflexões para o desenvolvimento turístico sustentável, 2010, 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2010.

GURSOY, D.; RUTHERFORD, D. G. Host attitudes toward tourism: An improved structural model. **Annals of Tourism Research**, v. 31, n. xx, p. 495–516, 2004.

GREEN DESTINATIONS, 2022. Disponível em: <<https://www.greendestinations.org/home/about/>> Acesso em: 17 de out. de 2022.

HAIR JR, JF et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAYWOOD, K. M. Can the tourist-area life cycle be made operational? **Tourism Management**. Sep, 1986.

HEILBRONER, R. **A História do Pensamento Econômico**. Ed. Nova Cultural Ltda. (Trad. Therezinha M. Deutsch, Sylvio Deutsch), 1996.

IDEL - Instituto DEL. **Manual Técnico**. Florianópolis, 2022.

IVARS I BAIDAL, J. A., SANCHEZ, I. R., & REBOLLO, J. F. V. The evolution of mass tourism destinations: new approaches beyond deterministic models in Benidorm (Spain). **Tourism Management**, 34, 184e195, 2013.

JAPIASSÚ C. E. GUERRA I. F. 30 Anos Do Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum E O Desenvolvimento Sustentável Como Diretriz Constitucional Brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 09, nº 4. ISSN 2317-7721 pp. 1884-1901, 2017.

JORGENSEN, D. L. Participant Observation: a methodology for human studies. **Applied Social Research Methods** Series, v.15. Newbury Park: Sage, 1989.

JUROWSKI, C., UYSAL, M., & WILLIAMS, D. R A Theoretical Analysis of Host Community Resident Reactions to Tourism. **Journal of Travel Research**, 36(2), 3–11, 1997.

KIYOTANI, I. B. **Turismo de segundas residências: A degradação ambiental e paisagística das praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga – Conde/PB**, 2011, 72 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: Análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1994.

KOTLER, P. KELLER, K. L., **Administração de marketing**. 12. Ed. São Paulo: Pearson Hall, 750p. 2006.

Krippendorff, J..**Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **Les devoreurs de paysages: le tourisme doit-il de truire les sites out le font vivre?** Lausanne: Editions 24 heures, 1977.

LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. Impactos Socioeconômicos do Turismo. **Revista de Administração**. São Paulo, v.33, nº 4, p. 30-44, 1998.

LAGO, A. A. C. do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão (Funag). Brasília, 2006.

LEIPER, N. (1979). The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. **Annals of Tourism Research**, 6(4), 390-407.

LIMA, L. B. B.M.; VILAR, J. W.C. A aplicação do TALC no destino turístico de sol e Praia no Litoral Sul de Sergipe, Brasil. **Caderno Virtual de turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 219 - 233, dez. 2014.

LIMA, D. M., & BOMFIM, Z. A. Vinculação afetiva pessoaambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, 40 (4), 491-497, 2009.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro - RJ: BNDES, 2001

LOHMANN, G. & PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos E Sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPES, A. O. B.; TINÔCO, D. S.; SOUZA, L. M. **Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo**. Turismo em Análise, vol. 22, nº 3, 2011.

LOPES, T. **Ouro Preto: O Drama Social do Patrimônio**. Campinas: Universidade Federal de Campinas, 2004.

MA, M., & HASSINK, R. An evolutionary perspective on tourism area development. **Annals of Tourism Research**, 41, 89-103, 2013.

MACHADO, M. de B. T. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XX). **CULTUR**, ano 07 - nº 01 - Fev/2013.

MARGONI, C. C. MENEGUEL, C. R. DE A. Metodologia da Global Sustainable Tourism Council Criteria for Destinations (GSTC-D): uma aplicação ao município de Bertioga/SP. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.

MARTINS, G. de A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MECCA, M.S.; BREGOLIN, M.; DE PAULA, A.T.; VIEIRA, L.T. & DANELUZ NETO, R. O destino Gramado-RS e a crise econômica brasileira: uma análise baseada no Modelo de Ciclo de Vida do Turismo de Butler. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 10(4), pp. 653-672, 2018.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.

MENDONÇA, M. M. L. P. F. DE. **Diagnóstico Empresarial de Sustentabilidade Ambiental no Turismo**: Organização Green Destinations, 2022. 112 f. Dissertação. (Mestrado em Direção Comercial e Marketing) – Instituto Superior de Administração e Gestão. Porto, 2022.

MENDONÇA, R. **Turismo ou meio ambiente**: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. de (Org.). Turismo: impactos socioambientais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 305.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Histórico ODS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>> Acesso em: 14 de jun. de 2022.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Dimensão social. In: Beni, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters** 203-218. Barueri: Manole, 2012.

MOLINA, S. **Planejamento Integral Do Turismo**. EDUSC, 2001.

NORONHA, R. **Review of the Sociological Literature on Tourism**. New York: World Bank, 1976.

NOVO, C. B. M. C.; SILVA, G. T. da. **Roteiro turístico**. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. Manaus 2010. Disponível em:
<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/270/Roteiro_Turistico_COR_Capa_ISBN_20100623.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15 de nov. de 2021.

OLIVEIRA, N. C. de. **Desenvolvimento, sustentabilidade e relações internacionais: uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, 169 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OMAR, S. I. OTHMAN, A. G. MOHAMED; B. The tourism life cycle: an overview of Langkawi Island, Malaysia. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**. Vol 8 n. 3, pp. 272-289, 2014.

OMT. **Guia para administradores locais: Desarrollo turístico sostenible**. Madri - Espanha. 1999.

ONU, Organização das Nações Unidas (World Tourism Organization – UNWTO). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável**. ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em:
<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 15 de jun. de 2022.

_____. **A ONU no Brasil**, 2016. Trad. MTur. Brasília, 2019.

_____. **World Tourism Barometer**, Issue 2, Volume 19, March 2021.

ONÇA, S. D. de. **Quando o sol brilha, eles fogem pra a sombra...: a ideologia do aquecimento global**, 2011, 557 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PANOSSO NETTO, A. OLIVEIRA, J. L. S. NEVES, C. C. da S. SEVERINI. V. F. Turismofobia em Barcelona: um tema (que era?) emergente. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 3, p. 325-342, set/dez. 2021.

PANOSSO NETTO, A.; SCÓTOLO, D.; Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. **CULTUR**, ano 09 - nº 01, 2015.

PATRUCCO, L. G; BARRETTO, M. O Terceiro Setor no Turismo: o caso da Câmara de Turismo de Rio Grande do Sul (Brasil). *Revistas turismo em análise*. vol 22. Nº 2 agosto de

2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p294-321>>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

PAULA, T. M. DE; STEIN, G. V.; MECCA, M. S; Ciclo de Vida das Destinações Turísticas: Vila Flores, RS: ‘Terra da Fé, Pão e Vinho’. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 8(I), e004, pp. 1-13, 2016.

PEREIRA, A. S.; LOPES, F. D. Relação entre Ciclo de Vida do Produto Turístico e Estratégias de Cooperação na Faixa Litorânea Urbana do Município de Natal. **Turismo em Análise**. Vol. 21, n. 1, abril 2010.

PÉREZ, X. P. **Turismo Cultural**: Uma visão antropológica. – El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 307p. Incluida bibliografía. 2009.

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PLOG, S.C. Why destination areas rise and fall in popularity, Unpublished paper presented to the Southern California Chapter. **The Travel Research Association**, 1972.

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, 2021/2022. Disponível em: <[PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia**: a experiencia da Itália moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.](https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewptpdf.pdf?_gl=1*13lj57n*_ga*MjEzNTQ1OTkyMy4xNjg1NTUxMzI3*_ga_3W7LPK0WP1*MTY4NTU1MTMyNy4xLjAuMTY4NTU1MTMyOC41OS4wLjA.>, Acesso em: 12 de out. de 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

RUA, M. G. Turismo, Políticas Públicas e Inclusão. In: **Diálogos do Turismo**, uma viagem de Inclusão. Ministério do Turismo e IBAM, Rio de Janeiro, p. 17-37, 2006.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 11ª Edição, Campinas-SP, Editora Papirus, 2004.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus Editora. 14ª edição, 2008. 195 p. (Coleção turismo).

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Uma nova economia para o século XXI. In : **Jornal da USP**. Ano XXII, nº 782, novembro de 2006.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, J. L. dos. O que é cultura. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAVOLDI, A. **O caminho inverso**: a trajetória de descendentes de Imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Florianópolis, 1998, 178 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em antropologia social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SCHLEICHER, R. T. **Ciência, política e institucionalização na cooperação multilateral contra o aquecimento global**. 2006. 98 f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SCHÜLER, T. G. FREITAS, F. E. de. Gestão Pública no Turismo: imagem e discurso. **La Salle Estrela. Revista Digital**, v. 1. n. 4. p. 80-105 - ago-dez 2015

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, V. H. da; CHAGAS, M. M. das. MARQUES JÚNIOR, S. Análise da relação entre perfil sociodemográfico da comunidade local e o grau de apoio ao desenvolvimento da atividade turística, In: XIII ANPTUR, 2016a, **Anais...** São Paulo, 2016.

SINCLAIR, M.T.; STABLER, M. **Aspectos Econômicos do Turismo**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA. C. V. DANTAS, A. S. Análise da ação pública no contexto do modelo de ciclo de vida da Praia dos Artistas em Natal/RN. **Revista INTERFACE**. ISSN 2237-7506. P. 129 154. Natal, 2020.

STANSFIELD, C. A. J. Atlantic City and the Resort Cycle: Background to the Legalization of Gambling. **Annals of Tourism Research**, Vol. V, No. 2, p. 238–251, abril - junho de 1978

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia**. 3 ed. Vol. 2. Editora Aleph, São Paulo, 2000.

_____. **Turismo sustentável: Conceitos e impacto ambiental**. 3.ed. Traduzido por: Margarete Dias Pulido. 1v. Tradução de: Sustainable Tourism Management. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, Salvador: UFBA, 2002.

TEIXEIRA, F. R.; C. E. Silveira; J. Medaglia . Aplicação da teoria do ciclo de vida das destinações turísticas em Diamantina/MG. In: 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística CLAIT, 2012, São Paulo, 2012.

TOCQUEVILLE, A. de. 1805-1859. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOMELIN, C. A. **Mercado de Agências de Viagens e Turismo**: como competir diante das novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001

UNESCO – Ministério do Turismo. **Geoparques:** contexto, origem e perspectivas no Brasil. Documento Técnico. Produto 1. Projeto 914BRZ4024. 2021.

VALLS, J. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEART, S. R. The discovery of global warning. **Harvard University Press**, 2003.

WOOSNAM, K. M.; ALESHINLOYE, K. D. Residents' Emotional Solidarity with Tourists: Explaining Perceived Impacts of a Cultural Heritage Festival. **Journal Of Hospitality & Tourism Research**, [s.l.], v. 42, n. 4, p.587-605, 30 abr. 2015. SAGE Publications.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.